

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL

LUCAS DIÓGENES PITOMBEIRA

**UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL PARA A POBREZA NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2005 E 2015**

Belo Horizonte
2019

LUCAS DIÓGENES PITOMBEIRA

**UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL PARA A POBREZA NO
MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2005 E 2015**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em Ciências Econômicas do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira

Co-orientadora: Prof. Dra. Sibelle Cornélio Diniz da Costa

Belo Horizonte
2019

Ficha Catalográfica

P685p
2019

Pitombeira, Lucas Diógenes.
Uma perspectiva multidimensional para a pobreza no mercado de trabalho brasileiro em 2005 e 2015 [manuscrito] / Lucas Diógenes Pitombeira. – 2019.
89 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.
Coorientadora: Sibelle Cornélio Diniz da Costa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (f. 81-86) e anexos.

1. Mercado de trabalho – Teses. 2. Qualidade de vida no trabalho – Teses. 3. Economia – Teses. I. Oliveira, Ana Hermeto Camilo de. II. Costa, Sibelle Cornélio Diniz da. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 331.12

Elaborada pela Biblioteca da FACE/UFMG – LVR112/2019

Universidade Federal de Minas Gerais | Faculdade de Ciências Econômicas |

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional |



FOLHA DE APROVAÇÃO

ALUNO: LUCAS DIÓGENES PITOMBEIRA

TÍTULO DO TRABALHO: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL PARA A
POBREZA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DE 2005 A 2015.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, para obtenção do título de *Mestre em Economia*, área de concentração em Economia.

APROVADA EM 27 / 08 / 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira
(Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFGM)

Profa. Sibelle Cornélio Diniz da Costa
(Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFGM)

Prof. Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha
(UFSJ)

Prof. André Junqueira Caetano
(PUC-MINAS)

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação só foi possível graças a uma bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sem a bolsa dificilmente teria saído da terrinha para as Minas Gerais.

Dito isto, passa-se a um diálogo menos árido. Peço, desde já, sua paciência. Este é o único espaço que me deixaram para escrever o que eu quiser. Como não sou o maior fã do cordel e não tenho tino para poesia formal, preferi encher algumas páginas com lembranças e uma certa dose de sarcasmo, é claro. Para tanto, não utilizarei a ordem costumeiramente vista nestas seções, isto é, a tríade divindade/família/amigos. Primeiro porque não sou exatamente religioso – veja bem... não sou um herege completo, mas muito menos um devoto. Além disso, preciso colocar família por último, pois, caso contrário, não conseguiria separar a parte melodramática da mais madura e profissional.

Primeiramente, agradeço aos amigos ausentes e aos amores perdidos. Vocês que estão ao redor do mundo me ajudaram a ser quem eu sou hoje e me formaram socialmente e emocionalmente. Dado que minha terra natal não é a mesma em que meu logradouro atualmente persiste, pode-se imaginar a quantidade de pessoas nesse quesito. Circunscrevo, especialmente, Kensou, Sarah, Camila, Jompx, Carol, Carlos, Jill, Medina, Bel... kernel e mais uma carrada de gente. Nesta mesma categoria, ressalto, também, os amigos da época em que estudei jornalismo – Mazza, Gustavo, Tomate, George, Prades e Letal. Sem as cacetadas que tomava de vocês, este trabalho não seria possível. Das amizades mais antigas, frenous – é nós: Germano, André, Renan, José, Iago Antônio, Rodrigues... etc etc etc – esse povo é gente que não acaba mais. Todo mundo dentro do etc. Meus amigos de graduação, que salvaram minha formação, Guilherme, Ito, Letícia, Mirza, Bruna, Zé, Vanessa, Isabela, Lucas, Duda... – estamos no meio do mundo, mas ainda podemos dar um golpe e dominar o mundo. Tirando a última parte, faz-se necessário incluir nesse quesito a amizade com meu orientador de graduação, mesmo hoje em áreas tão díspares, Ricardo.

Dos fisicamente presentes, só tenho a agradecer a todos que conheci no CEDEPLAR. De todos os apertos que tomamos juntos, uma camaradagem grande se sobressaiu. João Pedro, Bebel, Jéssica, Alex, Vitim, Jonas, Raquel, Marcelão, Pedrin, Guilhermes, Amanda e mais vários que tornariam a lista grande demais. Também aos alfarrábios do CEDEPLAR Lucão, Philipe, Rodrigo, Fran, Camila (e Barretinho!), Bill, Tupy, Stélio e mais tantos outros que ensinaram o caminho das pedras (2064 incluso). Aos meus colegas de casa, fica o mais

sincero agradecimento por terem me suportado e pela irmandade advinda do processo: Edu, David, Denes, Tati, Bruna, Pedro e Ana Tereza – sem vocês me suportando todos os dias e aguentando minhas lamúrias não teria conseguido terminar esse processo tão exaustivo.

Os professores, a coordenação e a secretaria do CEDEPLAR merecem um agradecimento especial. Nos momentos mais difíceis, souberam me ouvir e propor soluções. Em especial, professores Sueli e Pedro pela humanidade com que me trataram em momentos tão difíceis. Entretanto, nada se compara às minhas orientadoras. Professora Ana, muito mais do que uma orientação acadêmica você proporcionou conversas para vida que muito me engrandeceram, além de um tratamento extremamente humano. Professora Sibelle, muito obrigado pelo acompanhamento *in loco* da pesquisa e do aspecto psicológico. Assim, os momentos de desespero foram mais tranquilos. Sem vocês, não conseguiria chegar nem na metade do que foi feito.

Meus pais foram os maiores apoiadores desse projeto. Minha mãe segurou as pontas sozinha quando precisei e sempre acreditou no meu potencial, mesmo quando eu não enxergava nada disso. Meu pai, por sua vez, sempre foi a minha maior inspiração. Mesmo após sua ida, seus ensinamentos e pedidos para eu ter calma ainda surtem efeito. Desde minhas idas de visitar o departamento da UFC, todas as discussões sobre modelagem, ele frescando comigo dizendo que os maiores economistas eram... engenheiros, seu hábito de leitura que me fez ler qualquer coisa desde Astérix até Dostoiévski – me pergunto até hoje o quanto de Aliócha o pequeno ideafix tem – e as últimas conversas por telefone que tivemos sobre o acesso do Ceará para série A. Parece que ainda ouço ele falar “tem calma, cara... é assim mesmo”. Queria ser mais assim. Talvez ainda seja, num futuro qualquer, pois sinto que estou me tornando mais próximo da minha lembrança do senhor. Talvez isso seja só uma esperança. Talvez apenas saudade. Obrigado por me fazerem ser o que sou, mãe e pai.

É isso, caro leitor, se você chegou até aqui, agradeço a sensibilidade. Finalizo com um dito popular da terra de papai: vai chover, não tem lenha e a janta é peixe.

RESUMO

A partir da crise de 2008, uma série de estudos sobre a pobreza no mercado de trabalho ganhou relevância na Europa e Estados Unidos. Esses estudos buscam compreender dois pilares deste fenômeno: mudanças no mercado de trabalho e nas estruturas familiares. Estabelece-se uma relação entre a discussão de multidimensionalidade na pobreza e a pobreza no mercado de trabalho. Desta forma, propõe-se analisar a pobreza no mercado de trabalho a partir de um índice multidimensional para o mercado de trabalho, no nível individual. Para tanto, são utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2005 e 2015. Os resultados evidenciam que os grupos costumeiramente vulneráveis são sobrerrepresentados na análise multidimensional da pobreza no mercado de trabalho – destacam-se mulheres, negros e nordestinos dentre os mais vulneráveis. Entre os anos analisados, apesar da melhora dentre os indivíduos sem nenhum aspecto de pobreza no mercado de trabalho e da redução nos patamares de acumulação de dimensões de pobreza no mercado de trabalho, a estrutura permanece a mesma.

Palavras-chave: Pobreza no Mercado de Trabalho. Qualidade de Trabalho. Índice Multidimensional.

ABSTRACT

Since the economic crisis of 2008, a myriad of studies on in-work poverty has gained relevance in Europe and the United States. These studies seek to understand two building blocks of this phenomenon: changes in the labor market and in the family structure. An overlap between the discussion of multidimensionality in poverty and labor market poverty is established. Thus, we propose to analyze labor market poverty from a multidimensional index at the individual level. For this purpose, data from the National Household Sample Survey (PNAD) of 2005 and 2015 from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) are used. The results display that the usually vulnerable groups are overrepresented in the multidimensional analysis of market poverty. In the 2 years analyzed, the results also show that, despite the improvement among individuals with no aspect of in-work poverty and reducing the dimensions of accumulation of poverty in the labor market, the structure remains the same.

Keywords: In-work poverty. Job Quality. Multidimensional Index.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 A pobreza no mercado de trabalho: definições e características	13
2.2 Alterações recentes no mercado de trabalho e pobreza no mercado de trabalho	17
2.3 Características familiares e pobreza no trabalho	23
3. METODOLOGIA.....	29
3.1 Índices multidimensionais e o mercado de trabalho.....	30
3.2 Fonte de dados e variáveis escolhidas	36
3.3 Modelo econométrico	40
4. RESULTADOS	44
4.1 Resultados descritivos	44
4.2 Resultados econométricos	60
4.3 Coeficientes estimados do modelo	61
4.4 Probabilidades previstas para as variáveis explicativas quanto às dimensões de pobreza no mercado de trabalho.....	70
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78

1. INTRODUÇÃO

O estudo da pobreza esteve ligado a variáveis não diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, especialmente, no final do século XX. Variáveis macroeconômicas, igualdade de oportunidades, capacidades (FERREIRA, 2010; BOURGUIGNON *et al* 2007), entre outros temas, foram o foco da discussão. O mercado de trabalho e a renda originada do trabalho, uma das principais saídas do estado de pobreza, perderam espaço no debate com a proliferação dessas diversas linhas de pesquisa (FIELDS, 2012).

O cenário foi alterado de forma sutil após a crise mundial de 2008, especialmente por autores europeus, que contribuíram com uma agenda de pesquisa direcionada para a *in-work poverty* (ANDRESS; LOHMANN, 2008; FRASER; GUTIERREZ; PENA-CASAS, 2011; LOHMANN; MARX, 2018). Nos Estados Unidos, o termo que prevalece para designar o grupo é *working poor* (THIEDE; LITCHER; SANDERS, 2015; THIEDE; LITCHER; SLACK, 2016; TORRACO, 2016). As duas definições se concentram nos conceitos de trabalhador e de pobreza, e como a conexão entre os dois é estabelecida.

Neste sentido, esta dissertação tem como alicerce o detalhamento da pobreza no mercado de trabalho brasileiro, incorporando o Brasil à literatura de *in-work poverty* internacional. Este tema de pesquisa tem sido estudado por uma união de sociólogos e economistas, especialmente a partir da grande crise de 2008, nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Os pesquisadores tentam responder o porquê de indivíduos que estejam protegidos com a melhor forma de rede de segurança, o trabalho, continuam enfrentando situações de pobreza. Acredita-se que, desta forma, o *ethos* do trabalho como dignificante da vida parece não ser verdade para estes indivíduos.

Considerando o caso do Brasil, acrescenta-se que países situados na periferia da economia globalizada têm recebido pouca atenção no debate internacional, mesmo estando em uma situação potencialmente mais delicada em relação à pobreza. As características próprias do mercado de trabalho e das estruturas familiares brasileiras podem acentuar ainda mais esse processo.

Desta forma, acredita-se que as condições de trabalho tenham um grande impacto nessa discussão, dadas as alterações do mercado de trabalho com o advento de novas tecnologias na produção, mudando a forma como o trabalho é demandado. Nesse sentido, diversos autores acreditam que uma polarização entre as ocupações é estabelecida, dividindo-as entre as

necessidades de habilidades específicas (AUTOR; LEVY; MURNAME, 2003; AUTOR, 2015; TORRACO; 2016). Concomitantemente a este processo, uma intensificação da flexibilidade do trabalho tem se configurado, através de mudanças de legislação e de contratos. Desta forma, diversos locais no mundo apresentam um *boom* de maiores possibilidades de contratações diferentes do tempo integral, isto é, em meio período, temporário e/ou sazonais (KALLEBERG et al, 2000; HIRATA, 2011; RODGERS, 2007, STANDING, 2011; TORRACO, 2016). A literatura tem encontrado relação entre essas novas formas de contratação e os diferentes grupos em que se enquadram os trabalhadores pobres (CRETIAZ, 2013).

Adicionalmente ao processo de mudanças no mercado de trabalho, ocorreram alterações nas estruturas familiares a partir da segunda metade do século XX, ocasionadas, entre outros motivos, pela entrada feminina no mercado de trabalho (WAJNMAN, 2012). O impacto dessas transformações sobre a pobreza do mercado de trabalho é sentido especialmente na composição da renda familiar, que diminuiu com o aumento das famílias monoparentais.

Entretanto, como Ponthieux (2018) pontua, a mera análise do conjunto familiar obstrui o entendimento da relação entre sexo e a pobreza no mercado de trabalho. Ao analisar somente a família, não se avaliam os impactos que questões como maternidade, preconceito, maior representatividade nas tarefas domésticas e, especialmente, a divisão não equitativa do rendimento familiar no entendimento da *in-work poverty*. Nesta pesquisa, por isso, escolheu-se realizar o enfoque sobre as características individuais para não incorrer em subestimação da desigualdade de sexo dentro do grupo de trabalhadores pobres.

Diante do exposto, esta dissertação se propõe a uma análise individual, priorizando as múltiplas características da qualidade no trabalho, situando-se em uma discussão de pobreza no trabalho multidimensional. Baseia-se, assim, na discussão de multidimensionalidade da pobreza, mas aplicando-a ao trabalho. Isto posto, captura-se as diversas possibilidades causadas pelas mudanças no mercado de trabalho. Adicionalmente, a composição familiar é incluída como possível determinante da pobreza no mercado de trabalho. Para este intuito, utiliza-se um índice baseado em Caetano e Maas (2009) para a delimitação da pobreza no mercado de trabalho, e uma estimação de um probit ordenado com correção de seleção amostral, visando resultados econômicos.

O pressuposto inicial deste trabalho é de que o impacto das mudanças no mercado de trabalho é reforçado pelas estruturas familiares, acentuando as vulnerabilidades de grupos já atingidos pela pobreza no mercado de trabalho. Assim, o detalhamento das características dos

working poors tende a se concentrar em atributos de ambos os universos. Espera-se, dessa forma, que o trabalho possa contribuir com o diagnóstico de uma situação pouco explorada no Brasil, os *working poors*, e assim, ajudar a promover o avanço na complementaridade das políticas de transferência de renda com políticas voltadas para o mercado de trabalho. Além disso, apresentar uma análise individual detalhada seria o passo inicial para a discussão no âmbito familiar, especialmente para as famílias que apresentam maiores grupos de risco. Diante do exposto se pretende responder neste trabalho às seguintes perguntas: qual a estrutura da pobreza no mercado de trabalho do Brasil?

Ressalta-se que, apesar de a literatura apresentar significados diferentes, para fins textuais, os termos *working poors* e *in-work poverty* serão utilizados como termos intercambiáveis, como é visto nos trabalhos mais recentes sobre o tema (LOHMANN; MARX, 2018), juntamente com as traduções livres dos termos – trabalhadores pobres e pobreza no mercado de trabalho.

Para percorrer essas questões, esta dissertação se divide em 5 capítulos, incluindo essa breve introdução. Em seguida, a Revisão de Literatura tece um diálogo mais aprofundado com os temas propostos. O terceiro capítulo expõe a metodologia e, de certa forma, continua a interlocução com o tema. Os resultados são apresentados no quarto capítulo, dividido entre resultados descritivos e econométricos. Por fim, é apresentada uma breve conclusão com os principais resultados obtidos e algumas considerações sobre possíveis desdobramentos do trabalho.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, situa-se brevemente a dissertação na literatura mundial e brasileira sobre pobreza no mercado de trabalho. Primeiramente, apresenta-se a discussão teórica e aplicada acerca do tema e suas diversas interseções. É necessário analisar as mudanças recentes do mercado de trabalho, de forma a subsidiar a elaboração do indicador multidimensional mencionado na introdução. Além disso, é mister a análise de como a pobreza no mercado de trabalho se relaciona com as diversas características familiares dos trabalhadores. Ressalta-se que, quando pertinente, serão introduzidos na análise elementos sobre a conjuntura brasileira e, eventualmente, alguns assuntos serão mencionados em mais de uma seção, dado seu caráter transversal (e.g. divisão sexual do trabalho), entretanto, tenta-se manter a coesão do capítulo.

Desta forma, o capítulo é composto de 3 seções além desta breve introdução. Primeiramente, apresenta-se uma introdução ao termo *working poor*. Em seguida, analisam-se as mudanças recentes ocorridas no mercado de trabalho, elaborando a conexão entre essas transformações e pobreza no mercado de trabalho. Após essa segunda etapa, explica-se pela literatura as recentes mudanças nas estruturas familiares e como estas se aplicam aos trabalhadores pobres.

2.1 A pobreza no mercado de trabalho: definições e características

O termo *working poor* é, aparentemente, autoexplicativo. Define o subgrupo dos trabalhadores, que, mesmo estando empregados, permanecem em situação de pobreza. Ao se aprofundar no termo, entretanto, percebe-se que essa superfície simples é desfeita devido à dificuldade de se delimitar cada um dos componentes do termo, os “trabalhadores” e os “pobres”, e como eles se relacionam. Dessa forma, os diferentes estudos sobre o tema geram várias acepções do termo.

A primeira discussão relevante diz respeito ao conceito de pobreza. Existe uma vasta literatura sobre a definição de pobreza e as várias abordagens possíveis (e.g.; GRUSKY E KANBUR, 2006). Para fins de simplificação, seguiremos Airio (2008) sobre a definição usualmente utilizada para o estudo da *in-work poverty*: a falta de recursos, seja renda ou bens, para uma família viver de forma aceitável. O autor afirma ainda que o ponto de partida para o

entendimento das diversas definições de *working poor* são os conceitos de pobreza absoluta e relativa.

A medida absoluta de pobreza corresponde ao quanto é necessário para uma família viver em determinada localização de acordo com as necessidades básicas de alimentação, vestimenta, abrigo, etc. Contudo, essa abordagem é problemática, ao se configurar apenas um *threshold* absoluto para uma população. A medida relativa de pobreza, por sua vez, permite uma contextualização temporal e local. Dessa forma, o problema de se aplicar uma mesma linha de pobreza a situações distintas seria contornado. A renda seria comparada a um determinado valor de corte, de acordo com a necessidade do estudo (e.g. 60% da mediana da renda, como será visto adiante), variando de acordo com a distribuição da renda no caso analisado.

A maioria dos estudos sobre *working poors* utilizam linhas de pobreza relativas (CRETIAZ, 2013; GAUTIÉ E PONTHEUX, 2016). Os autores argumentam que este instrumento é utilizado devido à contextualização proporcionada, facilitando a utilização entre um grupo de países homogêneos. Entretanto, Crettaz (2013) comenta que, reiteradamente, os *thresholds* utilizados são arbitrários, levando a uma diminuição da possibilidade de comparação, dada a quantidade de definições existentes.

Da mesma forma que a análise da pobreza, a definição de trabalho exhibe algumas complexidades. Teoricamente, para o indivíduo ser um trabalhador, precisa exercer um trabalho ou permanecer em um trabalho por um período determinado. Gautié e Ponthieux (2016) argumentam que a dificuldade do conceito é, justamente, a necessidade de se delimitar um período específico, de modo que entre em consonância com o contexto da pesquisa e dialogue com a literatura sobre o tema. Crettaz (2013) reafirma esta colocação ao observar que as definições de trabalho são mais heterogêneas que as de pobreza, podendo variar os critérios baseados no tempo de trabalho (um ano ou uma semana), a inclusão ou não dos trabalhadores por conta própria (dado o problema de aferimento das rendas fornecidas nos questionários) e a utilização de informações apenas da pessoa de referência da família, de todos moradores do domicílio, ou apenas indivíduos, sem associação às condições familiares. A não uniformização desses critérios (somada com a dificuldade de se estabelecer uma linha de pobreza), argumenta Crettaz (2013), gera uma dificuldade de análise dos *working poors*, pois a cada mudança de critério, o grupo de análise pode ser alterado.

Com o disposto acima, a literatura referente aos *working poors* não exhibe consenso sobre os melhores critérios metodológicos a serem adotados. Essa diversidade de construções

metodológicas existe de acordo com a disponibilidade dos dados, situação sociopolítica e econômica (CRETIAZ, 2013; GAUTIE E PONTHEUX, 2016). Assim, cada proposta utilizada pelos autores circunscreve um grupo distinto do outro, dificultando a comparação entre países, porém com maior acurácia para cada especificidade nacional.

Assim, existem países que exibem mais de uma definição de *working poor*, como o Canadá. A União Europeia possui uma definição própria, enquanto seus países integrantes apresentam outras distintas (CRETIAZ, 2013). As três principais definições – Estados Unidos, União Europeia e Organização Mundial do Trabalho (OIT) – serão apresentadas a seguir.

A primeira definição, estadunidense, denomina o grupo de *working poors*. O *Bureau of Labor Statistics* (BLS) foi o primeiro a apresentar uma definição estatística (GAUTIE E PONTHEUX, 2016), utilizando linhas de pobreza distintas para cada tipo de família e para indivíduos que estavam há pelo menos 27 semanas no ano de referência. Já a métrica europeia, utilizada pelo Eurostat, apresenta o conceito de *in-work poverty*. Nesta definição, somente quem esteve empregado por pelo menos 7 meses no ano de referência é considerado trabalhador. Para a pobreza monetária, é utilizado um *threshold* de 60% da mediana nacional a partir da renda média equalizada¹ da família após deduções de impostos. Por fim, a OIT utiliza um conceito de *working poor* próprio. Utiliza a linha de pobreza de 1,25/2 dólares *per capita* ao dia com paridade poder de compra para extrema pobreza e pobreza moderada, respectivamente. Para a definição de trabalhador, aplica o critério mais amplo dos três, em que são incluídas todas as pessoas que trabalharam pelo menos uma hora por semana.

Gautié e Ponthieux (2016) argumentam que as definições estadunidense e europeia exibem virtudes e problemas, servindo aos propósitos distintos dos países que as implementam. Segundo os autores, a definição estadunidense de trabalhadores, ao considerar os desempregados, exibe um foco na pobreza. Desta forma, o conceito seria utilizado para diferenciar o indivíduo pobre que trabalha e o que não trabalha e, portanto, não necessitaria de assistência social. A definição europeia, por sua vez, teria um maior foco na *in-work poverty*, em vez da pobreza. Assim, existiria uma tendência ao estudo do porquê da permanência na pobreza ainda que o indivíduo estivesse trabalhando, assumindo que o trabalho seria a principal e melhor saída para a pobreza. Por fim, a métrica da OIT tem o objetivo de comparações

¹ Utilizam pesos para os integrantes familiares: 1 para o primeiro adulto, 0,5 para o segundo em diante e 0,3 para cada criança menor que 14 anos.

internacionais, especialmente entre países subdesenvolvidos, apresentando características mais permissivas que as outras duas, que visam estudar países de renda alta (LOHMANN, 2018).

Ponthieux (2010) transpõe as medidas de trabalho do BLS americano para os valores europeus e faz uma comparação para 24 países europeus cobertos pela EU-SILC, base de dados europeia, em 2009. Os resultados encontrados são distintos, com variações de 1% a 5% na magnitude do grupo dos *working poors* entre os países.

Se não existe consenso sobre os indicadores a serem utilizados, há uma concordância entre a relação entre os *low paid workers* (trabalhadores com baixos salários - LPW) e os *working poors*. A semelhança entre ambos está presente em dois aspectos principais: na medida em que são subgrupos de trabalhadores e com a associação natural entre baixos salários e pobreza. Entretanto, como Andress e Lohmann (2008b) argumentam, utilizando evidências para 13 países europeus em 2001, não existe uma sobreposição muito forte entre ambos.

Salverda (2018), apresentando resultados para 2010, discorre sobre a menor presença dos *working poors* em 16 dos 18 países europeus analisados, em comparação aos trabalhadores com rendas baixas. Dos países analisados pelo autor, somente a França apresenta uma participação parecida dos dois grupos, enquanto a Suécia tem um número maior de trabalhadores pobres em comparação aos LPW.

Fields (2012) apresenta diversos estudos de caso para países em desenvolvimento no continente africano, asiático e na América Latina. O autor apresenta situações em que os salários são postos como condição essencial para a melhoria de vida das famílias, mas acrescenta que há diversos fatores fora do mercado de trabalho que explicam os trabalhadores pobres.

Desta forma, Andress e Lohman (2008), Fields (2012) e Salverda (2018) convergem na amplitude de aspectos que levam à diferença entre trabalhadores pobres e LPW. Todos os trabalhos ressaltam outras dimensões além do salário para explicar o comportamento dos *working poor*: estrutura familiar, aspectos institucionais do país e características individuais.

Lohmann (2018) sintetiza ao comentar que os *working poors*, ao terem a análise calcada na pobreza - portanto, na dimensão familiar - e receberem renda de outras fontes além do trabalho (doações familiares e auxílio governamental), têm aspectos diferentes dos LPW. Marx et al (2012) complementam ao afirmar que na Europa há uma maior associação entre possuir uma única fonte de renda familiar e ser *working poor* do que entre ser LPW e ser *working poor*.

Não obstante, a conjunção de todos os fatores citados, inclusive as condições do mercado de trabalho, em um acúmulo de características, aumentam as chances de ser um trabalhador pobre (MARX; NOLAN, 2014).

2.2 Alterações recentes no mercado de trabalho e pobreza no mercado de trabalho

Com o que foi comentado no fim da seção anterior, acredita-se que a análise somente da renda não seja suficiente para distinguir os trabalhadores pobres dos não pobres. Posto que esta dissertação propõe uma análise individual, mais focada no mercado de trabalho, acredita-se que seja necessário situar as transformações nos níveis de remuneração e nas características dos processos de trabalho – presença de contrato, tipo de contrato e estabilidade, por exemplo. Concorde-se com Torracco (2016) que, ao se focar na demanda do mercado de trabalho e nas mudanças estruturais advindas desta, tem-se um melhor entendimento do fenômeno da pobreza no mercado de trabalho.

Lohmann e Crettaz (2018), em sua análise bibliográfica, expõem que as teorias mais citadas para o entendimento da pobreza no mercado de trabalho são: a modificação tecnológica da economia, que favorece indivíduos com habilidades complementares às dos computadores, e o efeito nocivo da globalização.

Neste sentido, Horemans (2018) comenta que as mudanças no mercado de trabalho são profundas, tendo origem em mudanças sociais complexas, como a globalização, as alterações nos processos rotineiros de trabalho e a inserção feminina na força de trabalho mais focada em serviços, considerada pelo autor como mais suscetível à precarização². O autor concorda com Airio (2008) ao comentar que empregos com menor segurança para o trabalhador e com baixa remuneração só transferem um pobre em uma situação de desempregado para a situação de um trabalhador pobre. Estas mudanças, cita o autor, explicam o caráter de baixo rendimento e da menor segurança dos empregos criados nos processos laborais recentes, especialmente para os trabalhadores com baixas habilidades (*low skill workers*).

Os argumentos de Horemans (2018) são explicitados, em parte, com a análise da aceleração dos processos de automação que, desde 1980, altera toda a cadeia produtiva. O trabalho seminal de Autor, Levy e Murmane (2003) pressupõe que o mercado de trabalho se

² O caráter de feminização da força de trabalho precária será mencionada ao longo do capítulo.

altera quando a evolução tecnológica capacita computadores a traduzir etapas de trabalho a partir de programação de algoritmos. Assim, os autores identificam dois tipos de tarefas. As que seriam substituíveis pelos computadores, denominadas rotineiras, e as que complementarizam este processo – e.g. solução de problemas e habilidades comunicativas complexas – chamadas de não rotineiras. Adicionalmente, classificam essas tarefas de acordo com a forma de elaboração, analisando 4 classificações de ocupação: manuais e rotineiras, cognitivas e rotineiras, analíticas e rotineiras e interativas e não rotineiras. Elaborando um modelo de equilíbrio geral e diversas estimativas, os autores apresentam resultados que indicam, dada a redução do preço dos computadores e sua popularização, um aumento da demanda de trabalho para indivíduos com maior educação formal. Ressaltam, ainda, que este resultado precede a elevação do nível educacional, e não o contrário.

Em trabalho posterior, Autor (2015) exemplifica que estas mudanças ocasionam a perda de postos de trabalho que antes eram destinados a pessoas com habilidades médias (*middle-skill*), sendo criados outros postos que necessitam de menor habilidade (*low-skill*) para a execução (AUTOR, 2015). Complementarmente, ocorre um processo de valorização das carreiras com elevado grau de educação (e.g. gestão e tecnológicas), aumentando a demanda por ocupações abstratas (analítica, cognitiva e interativas) e não rotineiras. Autor (2015) e vasta literatura³ ponderam que essas duas características dão origem a um mercado de trabalho polarizado entre os *low skills jobs* e os *high skills Jobs*. Nesta análise, entretanto, Autor (2015) comenta que não teme um processo de polarização completo que reduza a quantidade de trabalho, mas sim um processo que determine uma queda na qualidade do emprego – a mesma inquietação de Horemans (2018).

Por outro lado, a abordagem da globalização aparenta ter uma direção mais política, focando nas pressões de organizações multilaterais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo – para uma maior flexibilização das leis que regem os mercados de trabalho nacionais.

Standing (2011) afirma que este processo tem raízes no final dos anos 1970, a partir de pressões em países de industrialização recente, especialmente, China e Índia, que proveem oferta de trabalho de baixo custo. Com o aprofundamento do processo ao passar dos anos, uma massa de trabalhadores sem seguridade é criada, o “precariado”⁴ – um neologismo a partir da

³ Ver Santos (2018) para uma abordagem mais completa e rica do tema.

⁴ Para o autor, este termo teria sido utilizado anteriormente para definir grupos semelhantes de trabalhadores com seguridade reduzida. Dentre os usos citados, ressalta-se o uso japonês que significaria “*working poor*”.

junção de precário e proletário. Este grupo se relaciona às inúmeras formas de flexibilização de trabalho e permeia a economia em diversos setores de atividade, determinando uma tendência no mercado de trabalho global. Assim, um dos fatores de manutenção do precariado como um grupo de trabalhadores estabelecido, segundo o autor, é a necessidade de aceitar qualquer trabalho para ter o mínimo necessário para subsistência. Isto posto, os trabalhadores apresentam um dispêndio de tempo e energia nestes trabalhos, impedindo uma busca por educação formal ou treinamento para que uma possível mobilidade social fosse alcançada – levando a um ciclo vicioso. Desta forma, como comentado na introdução desta dissertação, o trabalho perde a função de instrumento contra a pobreza.

Rodgers (2007), então diretor do Instituto Internacional para Estudos do Trabalho da OIT, discute as escolhas das sociedades por maior flexibilidade do mercado de trabalho ou maior segurança para os trabalhadores. Acredita que esta escolha seja pendular de acordo com os anseios políticos do momento histórico e complementa que as escolhas estejam pendendo em prol da flexibilidade ao redor do mundo.

O autor comenta que a institucionalização das políticas de flexibilização é tida como uma condição *sine qua non* para uma economia globalizada, segundo as organizações que as sugerem. Com este mote, cita as recomendações da OCDE e de outras organizações multilaterais a favor da flexibilização. Argumenta, entretanto, que, na maioria das vezes, não existe uma fundamentação empírica nestas recomendações. Nesse sentido, Rodgers (2007) argumenta que os possíveis frutos da flexibilização (e.g. melhoria nos índices macroeconômicos) só são encontrados em sociedades com um sistema político inclusivo, com grande participação da população e um arcabouço tal que todos os atores sociais – sejam empregadores, empregados ou governo – apresentam direitos e deveres. O autor argumenta que, desta forma, a captura dos direitos dos trabalhadores seria minimizada. Finaliza expondo que a agenda de trabalho decente da OIT tenta incluir na discussão internacional de flexibilização estes aspectos, em um esforço de articular objetivos sociais e econômicos⁵.

Entretanto, como comentado por Burchel et al (2014), por ser um objetivo ambicioso, a proposta de Rodgers (2007) e da OIT em meados dos anos 2000 não conseguiu estabelecer um diálogo com as diferentes realidades políticas e sociais dos países. Ressalta-se, também, que diversos países não apresentam dados suficientes, e os que os têm, por vezes, não apresentam qualidade em todas as dimensões. Desta forma, o termo trabalho decente se associa mais a uma

⁵A agenda de *decent work* (trabalho decente) será mencionada no capítulo referente à metodologia.

ideia, um objetivo etéreo, e não a um indicador específico (Burchel *et al*, 2014). Para este fim, alegam que a noção de qualidade de trabalho é mais aplicada⁶, pois traria uma análise mais objetiva.

Nesse sentido, a própria OIT utiliza a noção da qualidade de trabalho nos relatórios. Em um trabalho conjunto com o Eurofund ⁷ (2019), apresenta análises das condições de trabalho em diversos países. Dentre os resultados, destaca-se os resultados em vários países em que os trabalhadores com menor educação formal exibem menor chance de desenvolver suas habilidades. Adicionalmente, o relatório expõe que a ausência de seguridade no trabalho é reportada por quase um terço dos trabalhadores – isto é, 30% dos trabalhadores comentam que o emprego em que estão não levam a crescimento na carreira, remontando a Standing (2011).

Corroborando este argumento, Kalleberg *et al* (2000) discorrem sobre o aumento dos *bad jobs* – empregos sem segurança para o trabalhador, isto é, sem previdência, plano de saúde ou qualquer tipo de rede de proteção social – nos Estados Unidos. Os autores discorrem sobre um aumento dos contratos fora dos padrões (que não sejam em tempo integral, isto é, meio período, sazonal, temporário etc.) à revelia dos empregados, isto é, do lado da oferta do mercado de trabalho. Os resultados apresentados indicam que qualquer dos contratos fora do padrão de tempo integral tem maior relação com as características de um *bad job*, indicando uma sobreposição significativa entre os dois grupos.

Hallerod *et al* (2015) agregam à discussão ao indicar que a principal causa da variação entre os grupos de *working poors* entre países é o tamanho da massa de trabalhadores com contratos diferentes dos padrões. Os autores argumentam, ainda, que não conseguem encontrar um padrão consistente entre os diversos países. Desta forma, os autores quebram a hipótese inicial utilizada de que os diferentes *clusters* de estado de bem-estar social europeus teriam resultados distintos.

Retornando a Horemans (2018), Torraco (2016) indica que a polarização do trabalho, juntamente com a maior participação dos *bad jobs*, especialmente explicados pelo acúmulo de características que limitam a segurança do trabalhador, indicam um caminho para se entender os impactos do mercado de trabalho nos trabalhadores pobres. Assim, as diferentes formas de

⁶Este termo em português se refere a um grupo de termos em inglês citados pelos autores: *quality of employment, quality of work e job quality*.

⁷*The European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions*. Uma agência da União Europeia criada com o intuito de prover estatísticas e discussões para ajudar em melhores políticas voltadas para as áreas sociais e de trabalho.

análise da flexibilização do trabalho – formas distintas de contratos, ausências de contrato, diferenças de inserções no mercado de trabalho por motivos além dos individuais – apresentam características necessárias para entender a pobreza no mercado de trabalho além da redução de renda decorrente.

Dado este breve apanhado internacional, procura-se entender quais as implicações destas mudanças das últimas décadas no mercado de trabalho brasileiro. As particularidades inerentes a um país periférico nos fluxos globais podem impor algumas limitações para o alcance destas teorias no Brasil ou exacerbá-las. Desta forma, pretende-se situar o contexto brasileiro no mundial.

A polarização de ocupações baseadas nas habilidades específicas causadas pelo advento tecnológico encontra reverberações no Brasil. Bressan e Hermeto (2009) encontram evidências de um aumento de demanda de trabalho para ocupações com requerimentos superiores para administração de recursos tecnológicos e não rotineiros. Os resultados capturam um bônus relacionado a ocupações não rotineiras. Em um trabalho mais recente, Santos (2018) apresenta resultados que reforçam a ideia de uma polarização dos rendimentos e de uma diminuição do prêmio salarial de ocupações manuais não rotineiras, entendidas como médias, em relação aos extremos, manual rotineira e não manual rotineira.

Concomitantemente a este processo, alguns autores discutem uma versão mais intensificada do aumento da precariedade no mercado de trabalho, citando os impactos de políticas de globalização. Kalleberg (2009b) e Hirata (2011) comentam processos de aprofundamento da precarização (*bad jobs*, para o primeiro autor) no país, dadas as práticas de privatização e de aumento da flexibilidade do mercado de trabalho que ocorreram no país desde o começo da década de 1990. Assim, reconhece-se que o Brasil encara uma situação mais crítica em relação à flexibilidade no mercado de trabalho, devido à informalidade econômica que apresenta menor segurança para o trabalhador. Países periféricos, como os latino-americanos, possuem um setor informal hipertrofiado, logo, a falta de segurança dos trabalhadores adviria de um processo já existente, e não de uma perda de direitos, como na Europa (KALLEBERG, 2009b).

Leite (2010), citando Rodgers (1989), argumenta que o trabalho precário é sentido a partir de uma combinação entre 4 características: instabilidade, controle dos trabalhadores de suas condições de trabalho, proteção trabalhista, seja por meio de legislação ou por meio de

contratos, e rendimento. A partir dessas características, a autora antecede Standing (2011) e reconhece em vários setores de atividades – têxtil, calçadista, petroquímico, serviços, por exemplo – o processo de flexibilização do trabalho no Brasil.

Hirata (2011) vai além e apresenta um compêndio do debate sobre precarização em três países, Brasil incluso. A autora afirma que, no processo de precarização, há uma distinção de gênero engendrada. Os trabalhos femininos, devido à divisão sexual do trabalho, seriam relacionados a “profissões tradicionais pouco qualificadas”, com uma expressiva participação no que a autora chama de *cuidado (care)*, serviços assalariados de cuidados para outrem. Esta diferença estaria em evidência, também, na preponderância feminina no mercado informal e nos trabalhos parciais, que, como discutido por Kalleberg (2009b) e Horemans (2018), apresentam características precárias por si.

Conjuntamente, os efeitos citados acima no mercado de trabalho perfazem importantes pontos de partida para o entendimento dos *trabalhadores pobres* brasileiros. Acredita-se que, apesar das políticas públicas⁸ associadas ao período estudado, o processo de flexibilização do trabalho é acentuado no Brasil, dada a reverberação na informalidade já presente. Concomitantemente, a polarização dos rendimentos e da demanda de trabalho complementa o processo político-econômico de flexibilização, ao diminuir os postos de trabalho para os indivíduos com habilidades médias, como citado por Autor (2015).

É importante ressaltar que, apesar de existir um aumento de flexibilização e polarização no trabalho no mundo, as diferentes estruturas sociais e econômicas absorvem este processo de forma diferente. Além da acentuação do processo por presença exacerbada da informalidade, vide o caso do Brasil, outros países podem apresentar características socioeconômicas que realcem ou atenuem estas características macroeconômicas. Assim, a análise dos diferentes estados de bem-estar social da Europa Ocidental apresenta resultados distintos quanto à flexibilização e polarização, como mencionado reiteradamente por Andress e Lohmann (2008).

Vale destacar que, da mesma forma que as mudanças no mercado de trabalho são apresentadas de forma diferente em cada país, os aspectos familiares, regionais e individuais que podem influenciar a pobreza no mercado de trabalho também variam. Enquanto os Estados

⁸Por exemplo, a Emenda Complementar (EC) nº 72 de 2013 (PEC das domésticas), a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) 128/2008 e a Lei Complementar Federal 123/2006 (Super Simples). Além da política de valorização real do salário mínimo.

Unidos têm uma maior disparidade de salários que afeta mais profundamente as mulheres chefes de família, tendo maior prevalência no grupo dos *trabalhadores pobres* (KENWORTHY; MARX, 2017), a Bélgica não apresenta diferenças entre sexos na composição dos trabalhadores pobres (MARX *et al*, 2012). Essas diferenças encontradas ao redor do mundo são discutidas por Lohmann e Crettaz (2018). Os autores comentam que não se pode esperar homogeneidade nem mesmo dentro dos países, muito menos entre os países. Desta forma, apresentam quatro principais características, que interagem entre si, que são apontadas comumente como fatores de caracterização entre os *working poors*.

A primeira é a determinação da conexão entre *low wage work* e a *in-work poverty*. Argumentam que as diferentes formas de se vislumbrar uma interação entre estado de bem-estar social levam a mudanças entre o impacto dos baixos salários como explicado anteriormente. Em seguida, o tamanho da força de trabalho empregada por meio de trabalho precário. Adicionalmente, exibem uma preocupação com maior necessidade familiar de bens devido a presença de crianças e menor número de adultos. Por fim, discutem sobre insuficiência de transferências governamentais, incluindo benefícios sociais, que os autores comentam serem raramente analisadas na literatura.

Os dois primeiros e o último ponto foram discutidos, em alguma medida, ao longo do texto até agora. O terceiro ponto, entretanto, demanda uma atenção maior, devido à complexidade e interdisciplinaridade do assunto. Desta forma, o melhor entendimento do fenômeno dos trabalhadores pobres necessita de uma maior clareza sobre as mudanças que tem ocorrido nas famílias, pois influencia a tomada de decisão da oferta de trabalho. Este é o mote da próxima seção.

2.3 Características familiares e pobreza no trabalho

Da mesma forma que as mudanças na estrutura familiar são determinantes para o entendimento da pobreza entre os trabalhadores, diversos outros temas de pesquisa também dependem deste entendimento. Assim, diversas áreas das ciências sociais – além das biológicas – buscam entender as alterações nas formas de associações entre indivíduos, a formação das famílias. Assim, demógrafos, sociólogos, antropólogos e economistas capturam o objeto de acordo cada ótica e apresentam resultados distintos, mas, geralmente, complementares (WAJNMAN, 2012). A partir desta ampla gama de trabalhos, tenta-se agrupar o essencial das

mudanças familiares para entender a influência destas na pobreza individual no mercado de trabalho.

As primeiras mudanças familiares do século XX aconteceram na medida em que os países ocidentais foram atingidos por uma diminuição das taxas de mortalidade e de fertilidade, denominada de Primeira Transição Demográfica (LESTHAEGHE, 2010). O autor identifica que o arcabouço social para as mudanças era baseado em satisfação de necessidades básicas materiais (trabalho, saúde, entre outros), associada a uma família intrinsecamente ligada a um modelo de provedor único masculino com alta segregação sexual na sociedade, incluindo o mercado de trabalho. Cherlin (2012) comenta que, até a Segunda Guerra Mundial, os países ocidentais ⁹ teriam completado esta etapa, enquanto o restante do mundo, apenas ao final da primeira metade do século XX.

A Segunda Transição Demográfica (STD) teve seu início no início da segunda metade do século XX. Wajnmann (2012) afirma que o grande motor das mudanças foi a modificação da representação feminina na sociedade. O aumento dos anos de estudo, a maior participação no mercado de trabalho e a diminuição do diferencial salarial entre homens e mulheres foram vivenciados ao longo destas décadas. As mudanças ocasionadas pela participação feminina no mercado de trabalho alteram o padrão vigente anterior, do homem como *breadwinner*, que sustenta sozinho a família, enquanto a mulher estaria encarregada das tarefas domésticas. Assim, o novo padrão inclui a participação da provisão feminina na família a partir de um incremento da participação no mercado de trabalho.

Conjuntamente, os fatores citados que foram ocasionados pela STD dão origem a uma miríade de novas estruturas familiares. Casais com dois provedores, coabitação, pais e mães solteiros, etc., estão presentes na maioria dos países desenvolvidos que foram primeiro afetados, associados a uma saída mais tardia dos filhos das casas dos pais. Na última década, encontra-se um aprofundamento dessas novas estruturas, com casais do mesmo sexo e casamentos sem coabitação. Com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, Becker (1993) explica que a divisão sexual do trabalho presente nos casamentos foi alterada de forma que não haveria incentivo econômico para a manutenção dos casamentos, aumentando a quantidade de divórcios, juntamente com a prevalência do individualismo.

Entretanto, as transições não se dão uniformemente entre os países ou mesmo dentro dos países. Lesthaeghe (2010) demonstra que, dependendo da forma familiar predominante no

⁹ O autor se refere, especialmente, a Europa Ocidental e Estados Unidos.

país (ou região), as mudanças podem ser mais ou menos rápidas. O autor cita o caso da *strong family* italiana, em que predomina a manutenção dos filhos próximos à família até o casamento, ou mesmo após o casamento, minimizando efeitos de coabitação próprios da STD. O autor argumenta que essas barreiras apenas retardam as mudanças, mas não o processo por inteiro¹⁰.

Assim, mesmo os conjuntos de transições não ocorrem de formas iguais entre os diferentes tipos de família. Ellwood e Jencks (2004) apresentam resultados distintos quanto à evolução das famílias monoparentais nos Estados Unidos. Os autores observam que apenas as mulheres com nível superior não apresentam um crescimento exacerbado na quantidade de famílias monoparentais entre 1980 e 2002.

Quanto às distinções em relação a cor/raça, Ellwood e Crane (1990) exibem resultados para os Estados Unidos em que os brancos apresentam um aumento relativamente maior nas mudanças de estrutura familiar – aumento de divórcios e aumento de famílias monoparentais. Porém, houve um aumento muito maior entre negros, em termos absolutos. Os autores identificam que estas alterações se dão por diferentes mudanças familiares. Enquanto os negros têm um aumento por meio da não formação de família, os brancos, por conta do aumento de divórcios e de viuvez.

Desta forma, o estudo da *pobreza no mercado de trabalho* apresenta uma maior incorporação da dimensão familiar com as alterações proporcionadas pela STD. O aumento nas famílias monoparentais – ainda em curso - representa uma nova característica na análise da pobreza, pois estas tendem a depender dos rendimentos de apenas um adulto (THIEDE *ET AL*, 2018). Na análise das famílias monoparentais, Thiede *et al* (2018), juntamente com Nieuwenhuis e Maldonado (2018), identificam uma preponderância de chefes de famílias mulheres na estrutura familiar monoparental para uma série de países desenvolvidos incluindo Estados Unidos, Reino Unido e Espanha.

O agravamento dessas relações se deve, também, à concorrência, no âmbito do mercado de trabalho, do chefe da família com outros pais em famílias de *dual-earners*, que não têm a responsabilidade individual com o desenvolvimento infantil (NIEUWENHUIS;

¹⁰ De forma semelhante, Cherlin (2012) e Lesthaeghe (2010) são uníssonos quando falam que as transições são facilitadas pelo avanço tecnológico das telecomunicações. A disseminação do ideal de casamento com o objetivo de realização dos propósitos pessoais e ao *zeitgeist* individualista de modo geral se deve, segundo os autores, a uma expansão do alcance midiático ocidental.

MALDONADO, 2018). Isto posto, os autores encontram uma correlação, em países desenvolvidos, entre salários inadequados e chefes de família solteiros. Desta forma, as famílias monoparentais, geralmente impossibilitadas de conseguir maior renda, devido à necessidade de indivíduos dependentes – possivelmente uma criança ou outro dependente, tendem a se manter na cauda inferior de distribuição da renda familiar¹¹.

As famílias biparentais também podem apresentar distinções de gênero que não são relatadas por muitos estudos sobre a *in-work poverty*, por estarem dissimuladas no resultado familiar (PONTHIEUX, 2018). A junção dos integrantes familiares é feita sob a crença da perfeita divisão das rendas individuais, considerando o indivíduo pobre ou rico dependendo da situação familiar. No nível individual, entretanto, a divisão de tarefas intrafamiliar não é sempre equitativa, existindo diferentes contribuições não monetárias para a manutenção domiciliar, sendo as mulheres comumente associadas a esses afazeres. Além disso, segundo Ponthieux (2018), as questões de gênero relacionadas ao preconceito no mercado de trabalho, ainda que sejam fatores externos ao domicílio, corroboram uma maior desigualdade intrafamiliar. Conforme a autora, “(...) ao nível domiciliar, apenas a ponta do iceberg está visível”¹². Dada esta diferenciação intrafamiliar, Allegrè (2012) Pena-Casa e Ghandilini (2012) e Ponthieux (2018), questionam se esse modelo de repartição equitativa da renda do trabalho é plausível e propõem a utilização de uma abordagem que leve em conta essa diferenciação de gênero.

Neste sentido, existe grande literatura entre as diferenças de salário entre homens e mulheres. Oaxaca (1973) e Blinder (1973) utilizam uma decomposição pioneira para entender o papel dos efeitos não explicados sobre o diferencial de rendimento entre os sexos. Blau e Khan (1996) vão além e utilizam uma decomposição de Juhn-Murphy-Pierce e explicam a diferenciação de salários entre homens e mulheres em 10 países. O principal resultado encontrado é que a desigualdade de salários entre os gêneros nos Estados Unidos se deve a uma desigualdade estrutural da economia americana. Os autores encontram que as diferenças de remuneração entre empregos que demandam *low skills* e *high skills* são um dos principais determinantes para explicar a desigualdade norte-americana. Mesmo que as mulheres tenham

¹¹ Neste sentido, vale o comentário de Leite (2010) acerca da predileção da estratégia empresarial de contratar mães solteiras, pois existe um maior nível de dependência ao emprego.

¹² Sendo este o principal motivo de uma discussão individual para pobreza no mercado de trabalho nesta dissertação.

conseguido ganhar espaço no mercado de trabalho, à época do artigo, isto não havia sido o suficiente para reverter os efeitos estruturais.

Com todos os aspectos mencionados, ressalta-se que as mudanças familiares recentes refletem, em parte, a mudança da participação feminina no contexto social e econômico. Entretanto, é necessário para esta dissertação uma análise de como o Brasil se insere neste padrão de transição demográfica. Espera-se associar o estudo das estruturas familiares brasileiras e como a STD impactou um país periférico como o Brasil e a *pobreza no mercado de trabalho* no país.

Bilac (2014) argumenta que a modificação da estrutura familiar brasileira acontece a partir da década de 1970, quando o modelo de provedor único masculino começa a definhando nas classes baixas e médias. A autora argumenta, entretanto, que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, sobretudo no setor industrial, não aconteceu com a participação de um estado de bem-estar social, como na Europa. Assim, o cuidado com a estrutura intrafamiliar, o trabalho doméstico – inclusive o cuidado com os filhos - recai sobre a mulher.

Neste sentido, a inserção feminina na População Economicamente Ativa (PEA) do Brasil apresenta um aumento de 30 pontos percentuais entre 1950 e 2000, ao passo que os homens pouco alteram sua participação (Machado, Hermeto e Wajnman; 2005). Machado, Hermeto e Wajnman (2005) e Wajnman (2012) destacam uma confluência de fatores para este aumento: desde maiores liberdades individuais (proporcionadas por lutas políticas) à necessidade de renda a partir das crises econômicas, passando pela maior escolaridade e redução de fecundidade.

Entretanto, destaca-se que os postos de trabalho nos quais as mulheres se inserem variam de acordo com o grau de escolaridade e dos décimos de renda. Enquanto para algumas mulheres o processo se deu somente para um aumento rápido de renda – devido a crises econômicas, para outras o processo se deu de forma permanente – como um processo de liberdade individual. Desta forma, Machado, Hermeto e Wajnman (2005) comentam que parte da inserção feminina ocorreu a partir de trabalhos precários, o que é corroborado por Hirata (2011) para o período mais recente.

Com o decorrer do século, o processo de mudança das estruturas familiares foi aprofundado (Bilac, 2014). Utilizando dados para São Paulo em 2012, a autora relata a mudança

do modelo de provisão único e masculino para uma diversidade de famílias. As principais estruturas familiares encontradas são os casais com dupla renda, porventura sem filhos, famílias chefiadas por mulheres, e uma participação expressiva de famílias monoparentais femininas.

Marri e Wajnman (2006) apontam para o aumento das famílias cujos principais provedores são as mulheres. Considerando dados da PNAD de 2004, em 17% dos casais, as esposas são as principais provedoras. As autoras acrescentam que, apesar de estarem concentradas na parte mais pobre da distribuição, todos os décimos de renda analisados apresentam famílias com mulheres como as principais provedoras. Entretanto, ressaltam que o efeito disto para as famílias mais pobres são mais perversos, pois as esposas estão sujeitas à discriminação no mercado de trabalho. Assim, sendo estas a principal fonte de renda das famílias, este processo impactaria também o restante da família.

O Brasil, entretanto, apresenta uma característica não encontrada na literatura internacional. Conforme expõe Wajnman (2012), entre 1960 e 2000, a proporção de famílias com mais de um núcleo residindo no mesmo domicílio, chamadas de famílias conviventes – pais, filhos e netos, por exemplo – tende a aumentar. A autora comenta que este processo ocorre especialmente para as famílias nos décimos intermediários de renda. Argumenta que, enquanto as famílias mais pobres não teriam condições de comportar mais um dependente, as famílias dos décimos mais elevados poderiam dispor de cuidados sem agregar mais uma pessoa.

Nessa breve revisão de literatura, percebe-se que os fatores que são apontados pelas pesquisas internacionais como explicação para a *in-work poverty* estão presentes na realidade brasileira, porém exacerbados pelas condições de um país periférico. À vista disso, as considerações para identificar a pobreza no mercado de trabalho brasileira, mesmo utilizando o nível individual, devem exibir considerações para capturar esses problemas.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para especificar o índice de sobreposição da pobreza no mercado de trabalho, bem como apresentar o método escolhido para estimar os efeitos das características individuais, familiares e locacionais sobre os indivíduos da amostra.

Optou-se pelo uso de um índice multidimensional não-normalizado e sem pesos, possibilitando a análise dos resultados para cada patamar de dimensões sobrepostas e seus cruzamentos com as características adscritas dos indivíduos. Neste sentido, a análise econométrica foi pensada de forma a explorar, também, este aspecto de sobreposição de dimensões do índice. Utiliza-se, assim, um probit ordenado que, por meio da análise das probabilidades preditas, exhibe uma possibilidade de análise para cada categoria analisada. Entretanto, dado que estamos selecionando apenas indivíduos que estão ocupados no mercado de trabalho, é necessária a utilização de uma correção de forma a não incorrer em viés de seleção amostral. Desta forma, é acrescentado ao modelo probit ordenado uma etapa de correção de seleção.

Espera-se contribuir, assim, para uma discussão que extrapole a análise da renda do trabalho do indivíduo como indicativo de pobreza. Os trabalhadores, a partir desta análise multidimensional, são caracterizados de acordo com categorias adscritas. Desta forma, tenta-se traçar um perfil para o trabalho pobre no Brasil e agregar à discussão da *in-work poverty* internacional, a partir de um país que apresenta características normalmente distintas das analisadas, como citado no capítulo anterior. Cabe destacar, desde já, que o foco é na estrutura proposta pelo acúmulo de dimensões e não na análise de cada dimensão *per se*. Desta forma, tenta-se destacar os principais aspectos da estrutura do trabalho pobre brasileiro em 2005 e 2015.

O restante do capítulo se divide em três subseções. A primeira elabora uma breve discussão sobre os índices multidimensionais utilizados para o mercado de trabalho na literatura e, ao fim, apresenta o índice utilizado neste trabalho e as dimensões que o compõem. Em seguida, apresenta-se a fonte de dados escolhida e as variáveis selecionadas que ajudam a explicar o perfil da pobreza no mercado de trabalho. Na última subseção, o modelo probit ordenado com correção para seleção amostral tem suas características debatidas e apresenta-se a especificação dos modelos estimados.

3.1 Índices multidimensionais e o mercado de trabalho

A perspectiva multidimensional no entendimento da desigualdade e pobreza foi proposta como um contraponto à visão utilitarista de bem-estar dominante até então (BRUNORI; FERREIRA; PERAGINE, 2015). Sen (1997) afirma que esta percepção se baseia somente na análise da renda, a dimensão monetária, acreditando que esta seja um indicador capaz de esgotar as possibilidades de análise. Esta visão, argumenta Sen (1997), consideram que a renda, seja do trabalho ou oriunda de outra fonte, seja um fim em si como forma de garantir bem-estar, pois a partir desta poderia ser obtido qualquer bem.

Rawls (1981), por sua vez, propõe a utilização dos conceitos de bens primários, como direitos, oportunidades e liberdades, além da noção de renda, iniciando um debate sobre como a dimensão monetária pode não representar a melhor forma de se analisar pobreza e desigualdade. Entretanto, segundo Sen (1997), as noções destes bens primários dependem de características individuais – por exemplo, variações climáticas no ambiente do indivíduo, condições de saúde – que não são considerados por Rawls. O autor apresenta uma noção mais ampla de atributos de análise da pobreza e desigualdade a partir da noção de *functionings*, considerada como uma atividade que é um fim em si, dentro do espaço de possibilidades do indivíduo. Desta forma, Sen propõe que a análise da pobreza e desigualdade seja feita por meio do espaço multidimensional das capacidades, o conjunto de todas as *functionings*.

Vários índices foram criados para capturar as diversas dimensões da pobreza. Um dos mais utilizados, entretanto, foi proposto a partir de uma perspectiva unidimensional de renda. Esta é a classe de índices FGT proposta por Foster, Greer e Thorbecke (1984) – cuja especificação é $P_\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left(\frac{z-y_i}{z}\right)^\alpha$, onde z é a linha de pobreza, y_i é o i -ésimo rendimento mais baixo, n é a população total q é a quantidade de pobres e $\alpha \geq 0$ um grau de aversão à pobreza. Os indicadores mais utilizados da classe são aqueles em que α assume os valores 0, 1 ou 2, sendo chamados, respectivamente, *headcount ratio*, hiato de pobreza e severidade da pobreza.

Tais autores, em uma avaliação posterior (Foster, Greer e Thorbecke, 2010), comentam que a ampla aceitação do índice se deve a duas características. A primeira se deve à facilidade de implementação, dada sua estrutura simples, que facilitaria a discussão com *policymakers*. Em seguida, acrescentam que as capacidades de decomposição e da consistência entre subgrupos favorecem a ampla utilização, incluindo situações além da análise de pobreza, como

análise de risco. Destaca-se que a prevalência da utilização do FGT na análise de capacidades de Sen é devido, especialmente, ao grupo de características citadas, que favorecem a distinção entre as dimensões distintas de pobreza. Assim, diversos autores utilizaram o arcabouço proposto e expandiram a análise de pobreza multidimensional¹³ (Foster, Greer, Thorbecke; 2010).

Atkinson (2003) expõe as duas formas então vigentes nos estudos de pobreza e de desigualdade de se caracterizar um indivíduo pobre sob o paradigma de multidimensionalidade: a presença de todas as dimensões de pobreza no indivíduo (interseção) ou de pelo menos uma dimensão (união). Desta forma, o autor discorre sobre as características dos dois tipos de contagem de vulnerabilidades, considerando que a interseção pode ser restritiva, enquanto a união pode ser permissiva.

A partir das considerações de Atkinson (2003), Alkire e Foster (2011) propõem um FGT modificado, de forma a ressaltar a intensidade de pobreza por meio contagem do número de dimensões. Estes autores apresentam um índice de “duplo corte”: o primeiro utiliza uma linha de pobreza para cada dimensão escolhida de pobreza, enquanto o segundo estabelece a linha pobreza geral, que indica a quantidade de dimensões que vai definir se o indivíduo é pobre – sendo este resultado definido *ad hoc*. Assim, argumentam os autores, o índice fica entre a interseção e a união das dimensões, podendo ser ambos, caso o pesquisador escolha pela análise de todas as dimensões ou de somente uma dimensão. A partir deste arcabouço de duplo corte, os autores apresentam uma classe de indicadores FGT ajustada para contagem multidimensional, que apresentam as mesmas características que o índice original, isto é, a *head count ratio*, *poverty gap* e o indicador FGT (severidade da pobreza).

Outra linha de trabalhos, segundo Atkinson (2003), apresenta uma contagem simples de privações que o indivíduo apresenta, sendo este considerado pobre de acordo com determinado número de características. Townsend (1979) aparenta ser o pioneiro desta linha e utiliza 12 valores de privações para a Inglaterra. Callan *et al* (1999), em uma versão mais modernizada dessa abordagem, apresentam 23 características não monetárias para a pobreza na Irlanda divididas entre características básicas ou não.

Se a análise teórica da pobreza culminou em um novo paradigma baseado na multidimensionalidade, o mesmo não ocorreu para as análises do mercado de trabalho. Acredita-se que esta estagnação possa ter acontecido pelo fato de os salários serem responsáveis

¹³ E.g, Bradolini e D’Alessio (1998) e Kanbur e Mukherjee (2007).

pela maior parte da renda da população. Desta forma, a análise normalmente fica restrita à dimensão monetária. A maioria dos indicadores utilizam alguma porcentagem da mediana da renda (50, 60, 70 por cento, etc.) - normalmente utilizada em países europeus (Atkinson et al, 2002) - ou alguma linha de pobreza governamental – como o caso brasileiro, em que se utiliza usualmente o salário mínimo, ou dos Estados Unidos, em que se utilizam distintas linhas de pobreza para vários tipos de família. Outro indicador comumente analisado é a taxa de desemprego, que também é um indicativo da dimensão renda – a ausência da fonte de rendimento do trabalho, no caso¹⁴.

Nesse sentido, alguns esforços foram realizados para contornar esta limitação. Ghai (2003) apresenta um índice de trabalho decente a partir das indicações da OIT no final do século XXI. A partir do conceito de trabalho decente, o autor combina as dimensões de trabalho, como grau de sindicalização dos ocupados, participação feminina no mercado de trabalho, taxa de desemprego, e variáveis macroeconômicas, como crescimento econômico e inflação em um só índice. As dimensões de trabalho são divididas observando características em 5 dimensões distintas: emprego, discriminação no trabalho, proteção social, diálogo social e performance social. Entretanto, segundo Huneus et al (2015), esta proposição da OIT de uma análise de trabalho multidimensional com estes pilares não apresenta relevância no meio acadêmico, ficando restrito às análises institucionais, em contraponto a outros desenvolvimentos de caráter multidimensional como o índice de desenvolvimento humano (IDH) formulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e utilizado amplamente .

Concomitantemente à discussão sobre trabalho decente, pesquisas sobre qualidade de trabalho, precarização e pobreza no trabalho, citadas no capítulo anterior, relacionam-se ao debate sobre o processo de flexibilização de trabalho do século XXI e as alterações provocadas pelas mudanças de oferta e demanda do mercado de trabalho (Kalleberg, 2000, 2009; Standing, 2011; Hirata, 2011; Crettaz, 2013, Horemans, 2018). Desta forma, uma série de características são identificadas com a (falta) de qualidade de trabalho, reunindo as diversas abordagens de mercado de trabalho em torno da flexibilização, numa perspectiva multidimensional.

¹⁴ Apesar deste uso costumeiro de indicadores monetários para a análise de mercado de trabalho, diferentes facetas do emprego são comumente analisadas – especialmente em uma economia eminentemente informal como a brasileira. Existem diversas análises sobre a forma de contrato - limitada ou indeterminada, a presença de vínculo – formalidade e informalidade, jornada completa ou incompleta, setor de atividade ou ocupação, entre outros recortes. Ver, por exemplo, Kon (2004), Cacciamali e Tatei (2016) etc.

Huneus, Landretche e Puentes (2012) apresentam o primeiro índice voltado para a pobreza multidimensional no mercado de trabalho a partir de Alkire e Foster (2011). O estudo apresenta uma versão do índice com um duplo corte para o mercado de trabalho chileno. Os autores delimitam quatro dimensões de qualidade de trabalho: i) a dimensão renda – menor que o *household ethical income*¹⁵; ii) a dimensão de estabilidade no mercado de trabalho, isto é, se o indivíduo trabalha há pelo menos um ano no local de trabalho; iii) a dimensão de treinamento, caso este seja oferecido no mercado de trabalho; iv) a dimensão de contrato, caso haja contrato formal, contrato atípico sem contribuições ou o indivíduo trabalhe há mais de um ano tipo de contrato (formal ou variantes). Os autores apresentam os índices de contagem para todos os “duplos cortes” possíveis, isto é, para cada uma das 4 possibilidades de linha pobreza de trabalho, e para o acúmulo de 1, 2, 3 ou 4 dimensões.

Posteriormente, Huneus et al (2015) utilizam o mesmo método para o Brasil. Entretanto, adequam as dimensões aos dados existentes no país. Desta forma, selecionam 3 dimensões: renda, estabilidade no mercado de trabalho e informalidade. A dimensão de renda parte de uma linha de pobreza que considera pobre o trabalhador que receba menos que o salário mínimo/hora. Estabilidade no trabalho apresenta o mesmo critério do trabalho anterior – pelo menos um 1 ano de trabalho no mesmo local. A variável de informalidade, por sua vez, apresenta um *threshold* que delimita a pobreza caso não haja contrato formal de trabalho e não exista contribuição para previdência e, no caso dos trabalhadores por conta própria, caso não contribuam para previdência. Todos os resultados para a linha de pobreza, o segundo corte do índice, são apresentados. Isto posto, não apresentam uma linha de pobreza de trabalho *a priori*.

Em um estudo mais amplo, Brummond et al (2016) também apresentam um índice de duplo corte para a América Latina a partir de 7 dimensões de qualidade de trabalho – estabilidade, renda, contribuição para aposentadoria, seguro saúde, contrato formalizado, trabalho único e um trabalho que não seja temporário. Contudo, os autores introduzem uma mudança na hierarquia igualitária das dimensões do índice de Alkire e Foster (2011). Destacam a dimensão monetária de forma que, caso um indivíduo não apresente um salário adequado, recebe um escore 0 no índice de qualidade de trabalho – igualando-se a um desempregado.

Caetano e Maas (2009), por sua vez, apresentam resultados para o trabalho precário brasileiro a partir de um índice de sobreposição de características para 1996, 2001 e 2006. Os autores utilizam quatro categorias binárias de trabalho precário, com um critério de corte

¹⁵ Programa de transferência de renda condicional chileno, o maior programa anti-pobreza chileno.

estabelecido para cada uma. Caso o indivíduo esteja inserido em uma situação de qualidade de trabalho recebe um escore 1, caso contrário, há uma característica de trabalho precário, analisada como ausência de qualidade de trabalho. A dimensão renda é contemplada a partir de uma linha de pobreza de 2 salários mínimos. Uma dimensão de posição na ocupação investiga se o indivíduo é formal ou informal. Sobre a dimensão de classificação da ocupação, caso o indivíduo tenha uma ocupação manual, é considerado precário, enquanto ocupações técnicas e de nível médio e superior são consideradas trabalho não precário. Os autores acrescentam uma modificação na variável de estabilidade mencionada nos estudos anteriores, sendo identificada aqui como tempo de permanência no trabalho e apresenta valor 1, caso seja acima de 1 ano para trabalhadores formalizados, e até 1 ano para trabalhadores informais.

A partir desta análise individual das características, os autores optam por uma metodologia mais simples para qualidade de trabalho multidimensional, pois utiliza somente o primeiro dos dois cortes propostos por Alkire e Foster (2011). Desta forma, a soma das categorias é agregada de acordo com o número de características relacionadas à qualidade no trabalho, gerando diferentes níveis de inserção de qualidade no trabalho – isto é, a quantidade agregada de categorias de qualidade de trabalho. Por exemplo, caso um indivíduo hipotético apresente somente a categoria de renda, pertenceria ao nível de inserção de qualidade de trabalho nível 1. Por sua vez, um outro indivíduo hipotético que tenha permanecido formal por mais de um ano em uma ocupação manual e recebesse acima de 2 salários mínimos estaria agregado no nível 2. Desta forma, os níveis vão diferenciando os ocupados de acordo com o grau de qualidade de trabalho.

Neste sentido, Caetano e Maas (2009) se aproximam dos estudos de Townsend (1979) e Callan et al. (1999) pela simplicidade com que expõem os resultados. Entretanto, estes apresentam os níveis ordenados de qualidade de trabalho a partir de menor número de dimensões, facilitando a interpretação dos níveis de qualidade de trabalho e de como esses níveis diferem entre si.

A partir dessa configuração, Caetano e Maas (2009) analisam os níveis das categorias agregadas quanto à sua composição. Assim, assumem que os níveis de agregação de inserções de qualidade do trabalho 3 e 4 oferecem informações semelhantes quanto à qualidade de trabalho, unificando-as. Por outro lado, os níveis 0 e 1, com características precárias, reúnem a maior parte da população em todos os anos, pela concentração de pessoas nas categorias manuais – cerca de 70% dos ocupados nos anos analisados.

Para a construção do índice de pobreza no trabalho utilizado nesta dissertação, opta-se pela clareza de Caetano e Maas (2009). Com isso, a intensidade dos níveis de vulnerabilidades no mercado de trabalho e como estas se relacionam às características sociodemográficas brasileiras serão mais perceptíveis que no indicador sintético proposto por Alkire e Foster (2011), utilizado por Huneus, Landerretche e Puentes (2012) e Huneus et al (2015). Com esse intuito, foram selecionadas 4 variáveis para a análise da pobreza no mercado de trabalho e a soma das dimensões contempladas dará origem a patamares (estratos) que assumem valores entre 0 e 4. Escolhe-se variáveis binárias com valores 1 para a situação de pobreza no mercado de trabalho e 0 para a situação de não-pobreza. Assim, os indivíduos que estão no patamar 4 são os mais vulneráveis no mercado de trabalho, enquanto os que estão no estrato 0 apresentam melhor qualidade de trabalho. A seguir, as dimensões são apresentadas, enquanto a forma que foram construídas será exibida na seção seguinte.

Uma dimensão sempre analisada em estudos de pobreza multidimensional é a privação de renda. Como Sen (1997) argumenta, a renda é crucial para os indivíduos, mas ela precisa ser associada a outras dimensões para deixar de ser somente um meio para o fim de melhoria de bem-estar. A análise no mercado de trabalho não é diferente, como comentado anteriormente, o salário é a principal fonte de rendimentos para a maioria da população. Desta forma, seguimos os estudos citados anteriormente e a dimensão monetária é incluída. Dentro das possibilidades citadas de linha de pobreza anteriormente, como 60% da mediana da renda e linhas absolutas, opta-se por seguir por Huneus et al (2015) e utilizar o salário mínimo¹⁶.

Acrescenta-se, também, a ausência de seguridade social ao índice. Dado o caráter amplo da variável, podendo significar diferentes formas de benefícios e de proteção ao trabalhador – podendo variar entre benefícios de saúde, previdência social etc dependendo da localidade analisada – escolhe-se utilizar um indicador composto com variáveis de tipo de contrato e de previdência social. Desta forma, agrega-se a dimensão dos benefícios de seguridade social e de informalidade, que se sobrepõem e são alvos semelhantes para as políticas públicas do período. Caso o indivíduo seja um trabalhador informal, definido a partir das posições de ocupações, ou não contribua para previdência social, será considerado pobre no mercado de trabalho e agrega um ponto ao somatório de dimensões. Por outro lado, caso esteja ocupado em um trabalho

¹⁶ Reconhece-se os ganhos advindos de uma análise com a perspectiva relativa de 60% da mediana da renda. Entretanto, para melhorar a exposição dos resultados, utiliza-se somente a linha de pobreza pelo salário mínimo deflacionada para preços de 2015. Dentre as duas opções mencionadas no texto, acredita-se que esta seja a mais relevante para essa dissertação, devido a sua relação intrínseca à uma política pública no período – valorização real do salário mínimo.

formal e contribua para a previdência social, é considerado uma ausência de dimensão de pobreza no mercado de trabalho.

A dimensão de instabilidade no mercado de trabalho presente nos outros trabalhos é incluída ao índice proposto. Esta categoria acrescenta uma noção de rotação de mão-de-obra, uma característica da precariedade no mercado de trabalho. Adicionalmente, remete a perda de benefícios que o indivíduo ocupado recebe ao atingir um ano de emprego – a possibilidade de seguro desemprego a partir de 6 meses e uma extensão do prazo de recebimento a partir de 1 ano. Para tanto, delimita-se uma variável que assume valor 1 se o indivíduo está a menos de um ano no emprego e 0 caso contrário.

A última dimensão incluída apresenta uma característica de uma jornada reduzida de trabalho involuntária. Acredita-se que uma das facetas da flexibilização do mercado de trabalho é a incompleta utilização das capacidades individuais no mercado de trabalho (Horemans, 2018). Desta forma, o indivíduo que esteja trabalhando menos horas que o necessário para si é considerado privado na dimensão.

3.2 Fonte de dados e variáveis escolhidas

Os microdados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), serão a fonte de dados utilizada. A PNAD foi disponibilizada entre 1967 e 1970 de forma trimestral. A partir de 1971, os censos foram realizados anualmente e, excetuando-se anos especiais (1974, 1975 e 1994) a pesquisa foi incorporada a outras ou não ocorreu. A pesquisa foi encerrada em 2016, apresentando os resultados para 2015, dando lugar à PNAD Contínua.

A pesquisa é feita por amostragem probabilística em todo o território nacional a partir de 2004 - anteriormente, a zona rural da região Norte não estava inclusa (IBGE, 2015). Silva *et al* (2002, p. 660) ressaltam que a PNAD é uma pesquisa com desenho amostral complexo, apresentando “seleção da amostra em vários estágios com unidades compostas de amostragem, probabilidades desiguais de seleção em um ou mais estágio e calibração dos pesos totais populacionais conhecidos”. Dessa forma, as estimações pontuais, desvios padrões e variâncias são influenciadas pelos pesos de cada observação, podendo gerar resultados errados para as pesquisas elaboradas sem o devido cuidado

A escolha da PNAD anual em detrimento da contínua é explicada pelos anos escolhidos para análise, pois esta depende das transições que ocorreram ao longo da década. Ademais, não se pretende analisar a dinâmica dos últimos anos dos trabalhadores pobres, mas sua composição e alguma possível mudança de sua estrutura entre 2005 e 2015.

Entre as bases de dados disponíveis, a PNAD é a única que oferece possibilidades de análise dos dois principais focos deste trabalho, mercado de trabalho e estruturas familiares, ao longo dos anos. A presença de informações sobre posição na ocupação e de variáveis familiares são cruciais para o entendimento da pobreza no mercado de trabalho. A partir desta fonte, montou-se uma base de dados com todas as unidades federativas para os anos de 2005 e 2015, considerando apenas os indivíduos residentes em áreas urbanas com idade entre 18 e 70 anos completos, posições de ocupação que não apresentassem próprio consumo, uso e ausência de remuneração, não aposentados, não estudem, não apresentem renda do trabalho principal 0 ou 1 e que sejam os responsáveis pela família, cônjuges ou filhos. Inicialmente, em 2005, consegue-se fugir das oscilações macroeconômicas que desviariam o foco do resultado e, ao final, fica-se restrito somente pelo fim da pesquisa, em 2015. Não obstante, o período engloba importantes mudanças de políticas públicas no mercado de trabalho¹⁷. Apesar do foco não ser uma avaliação destas políticas públicas, inevitavelmente, estas serão mencionadas caso sejam pertinentes os impactos gerados na estrutura da pobreza no mercado de trabalho no período analisado.

As variáveis selecionadas para o entendimento da pobreza no mercado de trabalho são associadas a três grupos. Um deles contém as variáveis individuais, isto é, referentes a habilidades e vicissitudes de cada pessoa. Estão neste grupo sexo, cor/raça, grupos de idade e grupos de anos de estudo. Em seguida, as variáveis familiares apresentam um caráter de associação entre indivíduos e seus arranjos na família. As variáveis utilizadas neste grupo são posição na família, tipo de família e presença de família(s) convivente(s). O último grupo é composto pelas variáveis locacionais, que acrescentam a variação do espaço. Neste grupo estão presentes a macrorregião, residência em área metropolitana e migração. Acrescenta-se a variável de número de filhos com menos de 15 anos como uma variável acessória para a estimação do modelo econométrico. A tabela 1 apresenta um resumo dessas variáveis.

¹⁷ Emenda Complementar (EC) nº 72 de 2013 (PEC das domésticas), a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) 128/2008 e a Lei Complementar Federal 123/2006 (Super Simples). Inclui-se neste além da política de valorização do salário mínimo.

Quadro 1 - Variáveis utilizadas complementares ao índice de sobreposição de dimensões

Variável	Tipo	Descrição
Sexo	Individual	Variável binária com valor 0 para mulher e 1 para homem
Cor/raça	Individual	Variável binária com valor 0 para pretos e pardos (negros) e 1 para brancos
Grupos de Anos de Estudos	Individual	Variável categórica construída a partir dos anos de estudo: 0 a 3 anos, 4 a 7 anos, 8 a 11, 12 a 14 e 15 ou mais anos de estudo
Grupos de Idade	Individual	Variável categórica construída a partir da idade dos indivíduos, associando em grupos quinquenais, com recorte de 18 a 70 anos. Por conta do recorte, o primeiro grupo é composto somente por indivíduos de 18-19 anos e o último por indivíduos de 70 anos: 18 e 19 anos, 20-24 anos, 25-29 anos, 30-34 anos, 35-39 anos, 40-44 anos, 45-49, 50-54 anos, 55 a 59 anos, 60 a 64 anos, 65 a 69 anos e 70 anos.
Tipo de Família	Familiar	Variável categórica construída a partir da variável original de família. Agrega-se o número de filhos e cria-se uma categoria somente com os indivíduos em famílias unipessoais. As categorias são: 1 – casal sem filhos, 2- casal com filhos, 3- monoparental feminino 4- outro 5- unipessoal
Posição na Família	Familiar	Variável categórica com 1- responsável pela família, 2 - cônjuge e 3- filho. O recorte utilizado desconsidera a posição de família "outro" – pois é muito genérico, podendo variar entre diversas posições: tio (a), avô(ó), neto(a). Assim, teria resultados diferentes, sem agregar um entendimento coeso à análise familiar
Família Convivente	Familiar	Variável binária com valor 0 para a ausência de famílias conviventes no domicílio e 1 para a presença de famílias conviventes no domicílio.
Macrorregião Brasileira	Regional	Variável categórica com as categorias 1- Regiões Norte, 2- Nordeste, 3- Sudeste, 4- Sul e 5- Centro Oeste
Residente em área metropolitana	Regional	Variável binária em que 0 corresponde a indivíduo residente em área não metropolitana e 1 residente em área metropolitana
Migrante	Regional	Variável binária a qual assume 0 para indivíduos que sempre moraram no município ou que migraram há mais de 10 anos e assume 1 para indivíduos que migraram para o município há menos de 10 anos. É classificada como regional dada sua característica espacial, apesar de ser formulada a partir de variáveis individuais
Número de filhos até 15 anos	Acessória	Variável contínua com o número de filhos menores de 15 anos do indivíduo. Utilizada como elo entre o modelo de seleção e o probit ordenado de forma a possibilitar a identificação do modelo

Fonte: Elaboração própria (2019)

As variáveis que compõem o índice de sobreposição de dimensões para pobreza no trabalho, mencionadas na seção anterior, são apresentadas na tabela 2. Tenta-se, assim, fazer o melhor uso das capacidades das características de mercado de trabalho da PNAD.

Quadro 2 - Variáveis binárias que compõem o índice de sobreposição de dimensões da pobreza no mercado de trabalho

Variável	Dimensão	Descrição
Pobreza Monetária	Renda	Assume valor 0 para indivíduos com renda do salário principal maior que um salário mínimo. Caso contrário, assume valor 1. Salários mínimo a preços de 2015
Ausência de Seguridade Social	Tipo de contrato e benefícios	Variável composta a partir das variáveis de posição de ocupação e contribuição para previdência social. Assume valor 1 caso o indivíduo tenha um tipo de contrato informal (excluídos profissionais de ciências e artes) ou não contribua para previdência social e assume um valor 0 se contribuir para previdência e tiver um contrato formal.
Instabilidade	Rotatividade e benefícios	Assume valor 1 para menos de um ano no trabalho e 0 para mais de um ano de trabalho
Jornada de Trabalho Reduzida Involuntariamente	Tipo de Trabalho flexível	Variável composta a partir das variáveis de horas trabalhadas na semana e se procurou trabalho naquela semana. Assume valor 1, caso apresente menos de 20 horas semanais ou entre 20 e 30 horas semanais e procurou trabalho na semana de referência. Assume valor 0, caso tenha 30 a 98 horas de trabalho semanais ou entre 20 e 30 horas semanais e não procurou trabalho na semana de referência

Fonte: Elaboração própria (2019)

A seguir, as correlações entre as variáveis dos índices são apresentadas para 2005 e 2015 nas tabelas 3 e 4. Ressalta-se que algum grau de complementaridade entre as variáveis é esperado, pois não faria sentido agregar as dimensões em um único índice, caso não representassem uma faceta das privações no mercado de trabalho (HUNEEUS et al, 2015).

Tabela 1 - Correlação entre as variáveis do índice de sobreposição de dimensões - 2005

Dimensão	Monetária	Ausência de Seguridade Social	Instabilidade	Jornada Involuntária
Monetária	1			
Ausência de Seguridade Social	0,4238	1		
Instabilidade	0,1303	0,0778	1	
Jornada Involuntária	0,2503	0,2084	0,0337	1

Fonte: Elaboração Própria a partir dos resultados obtidos (2019).

Tabela 2 - Correlação entre as variáveis do índice de sobreposição de dimensões - 2015

Dimensão	Monetária	Ausência de Seguridade Social	Instabilidade	Jornada Involuntária
Monetária	1			
Ausência de Seguridade Social	0,4716	1		
Instabilidade	0,0954	0,0546	1	
Jornada Involuntária	0,3680	0,2680	0,0425	1

Fonte: Elaboração Própria a partir dos resultados obtidos (2019).

Todas as variáveis são, em algum nível, complementares. A variável de renda apresenta as maiores correlações com as demais variáveis. Enquanto a variável de instabilidade exibe menor complementaridade entre as variáveis. Padrão este mantido entre os anos.

3.3 Modelo Econométrico

Nas últimas seções, foi discutida a importância da análise multidimensional no mercado de trabalho e qual base de dados que atenderia às especificações necessárias para a formação do índice e das variáveis analisadas, PNAD. Acredita-se que, a partir destas variáveis, possa ser elaborada um perfil do trabalhador pobre brasileiro. Neste sentido, a escolha por um índice simples que explicita a estrutura da pobreza no mercado de trabalho, a partir da intensidade desta, contribui com a distribuição dos patamares de pobreza.

Com o intuito de ampliar o entendimento do processo representado pelo índice de sobreposição dimensões de pobreza no mercado de trabalho, uma análise econométrica que capture esta estrutura é necessária. Desta forma, segue-se Powers e Xie (2007) que comentam a utilização do modelo probit ordenado para a análise de uma variável conceitual representada por uma outra ranqueada.

Entretanto, dado a análise ser restrita ao mercado de trabalho, as variáveis observadas são referentes somente aos indivíduos ocupados. Isto posto, o processo de seleção para o mercado de trabalho acontece concomitantemente à análise da pobreza no mercado de trabalho. Assim, se o processo de seleção for desconsiderado, a estimação do probit ordenado poderá incorrer em um problema de seleção amostral semelhante ao de Heckman (1979) e apresentar estimações inconsistentes.

O modelo utilizado nesta dissertação, então, é um modelo probit ordenado com correção para seleção amostral. Este apresenta duas etapas estimadas ao mesmo tempo, uma para a seleção no mercado de trabalho, enquanto outra para a estimação do probit ordenado. Para fins de exposição, primeiro será exposta a lógica do processo de seleção e depois se agrega o processo de seleção.

Assim, o modelo de seleção apresentado nas equações 1 e 2 é baseado em De Luca e Perroti (2011).

$$Y_j^* = \beta_j^T X_j + U_j, \quad j = 1, 2 \quad (1)$$

$$Y_1 = I(Y_1^* > 0) \quad (2)$$

Em que Y_j^* representa a função de variável latente que é estimada a partir dos vetores de variáveis explicativas, X_j , e erros aleatórios, U_j . Desta forma, Y_1 representa a primeira etapa do modelo, a seleção no mercado do trabalho. Assim, a variável binária observada de participação no mercado de trabalho, Y_1 , assume valor 1 caso sua contraparte latente, Y_1^* , for maior que 0. Caso contrário, assume valor 0.

A equação 3 apresenta o modelo probit ordenado a partir da equação 1. Isto é, apresenta uma variável latente contínua que representa a variável ordenada observada. Estima-se, além dos coeficientes das variáveis explicativas, os pontos de corte de cada categoria ordenada.

$$Y_2 = \sum_{h=0}^H hI(\alpha_h < Y_2^* \leq \alpha_{h+1}) \quad (3)$$

A variável contínua latente de precariedade de trabalho, Y_2^* , assume os valores ordenados observados, Y_2 , quando está no intervalo de pontos de cortes $\alpha = (\alpha_1, \dots, \alpha_H)$ – com propriedades $\alpha_h < \alpha_{h+1}$, $\alpha_0 = -\infty$ e $\alpha_{H+1} = +\infty$ – em que H é um vetor estritamente monotônico de pontos de corte, que particiona Y_2^* em $H + 1$ intervalos exaustivos e mutuamente excludentes. A estimação apresentará resultados inconsistentes, caso os erros das equações de seleção e do modelo ordenado, U_1 e U_2 , sejam correlacionados (Greene e Hensher, 2009).

Luca e Perroti (2011) expõem 2 restrições necessárias para garantir a identificação do modelo. A primeira decorre do fato de só podermos ter H pontos de corte. Desta forma, os modelos estimados não apresentam o intercepto, pois não se saberia diferenciá-lo dos cortes de cada categoria. A segunda restrição determina a necessidade de o modelo de seleção apresentar pelo menos uma variável que não esteja na etapa do probit ordenado. Assim, ao vetor de covariáveis do modelo de seleção, é acrescentada a variável de números de filhos menores de 15 anos de forma a garantir a identificação.

A partir deste arcabouço, são estimados dois modelos para explicar a pobreza no trabalho. O modelo 1 utiliza apenas as características individuais presentes na tabela 1 na primeira seção deste capítulo. O modelo 2 utiliza as variáveis individuais e acrescenta as variáveis familiares e regionais. Ressalta-se que o modelo 1 é estimado apenas para comparação com o modelo 2, este o principal modelo que iremos analisar detidamente.

O método de estimação em duas etapas de Heckman, utilizando a inversa da raiz de Mills (HECKMAN, 1979), não pode ser utilizado devido a não linearidade das estimações a partir do probit ordenado (GREENE; HENSHER, 2009; LUCA; PERROTI, 2011). Desta a

forma a estimação é elaborada de forma conjunta por uma função de máxima verossimilhança, assumindo que os erros U_1 e U_2 das variáveis latentes possuam uma distribuição bivariada normal com valores 0 na média, variância unitária e coeficiente de correlação ρ .

A análise de resultados, dado que os modelos probit não têm interpretação direta, será elaborada por meio dos níveis de significância e sinais dos coeficientes. Adicionalmente, para uma melhor compreensão dos efeitos das variáveis explicativas na estrutura do trabalho pobre brasileiro, calcula-se as probabilidades preditas das covariáveis em cada um dos patamares estimados para o indivíduo.

Entretanto, a interpretação dos coeficientes pelo método de variável latente necessita da avaliação da precariedade como variável latente contínua. A fim de evitar esta discussão, segue-se Powers e Xie (2007) e as variações do modelo probit ordenado através da função de acumulação de probabilidade é apresentada. Ressalta-se que esta especificação apresenta resultados iguais à especificação de variável latente para cada patamar, mas, como mencionado, evita-se a análise por via de uma análise de uma variável latente subjacente. A equação 1 apresenta a probabilidade acumulada do i -ésimo indivíduo para o nível j . Considera-se a probabilidade acumulada para $j = J$ precisa somar 1 pela definição de probabilidade. Assim, somente $J - 1$ são identificadas.

$$C_{i,j} = \Pr(y_i > j) = \sum_{k=1}^j \Pr(y_i = k), \quad j = 1, \dots, J \quad (4)$$

Assumindo o caráter de uma função de vetores das variáveis dependentes, a probabilidade acumulada é denotada pela equação 5:

$$C_{i,j} = F(\alpha_j + x'_i \beta), \quad j = 1, \dots, J - 1 \quad (5)$$

Onde $F(\cdot)$ é a função de acumulação utilizada. Nessa dissertação, utiliza-se uma função de acumulação normal padrão tal que a equação 6 assume a forma:

$$C_{i,j} = \Pr(y_i > j | x_i) = \Phi(\alpha_j + x'_i \beta) \quad (6)$$

Assim, as probabilidades condicionais dos intervalos ordenados a partir das probabilidades acumuladas assumem os valores apresentados na equação 7:

$$\Pr(y_i = j | x_i) = \begin{cases} F(\alpha_1 + x'_i \beta), & j = 1 \\ F(\alpha_j + x'_i \beta) - F(\alpha_{j-1} + x'_i \beta), & 1 < j \leq J - 1 \\ 1 - F(\alpha_{J-1} + x'_i \beta), & j = J \end{cases} \quad (7)$$

Desta forma, comentam Powers e Xie (2007), as probabilidades preditas associadas à variável resposta dado os vetores de covariáveis podem ser estimadas.

4. RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se descrições iniciais sobre a pobreza no mercado de trabalho no Brasil em 2005 e 2015. Uma vez que a definição utilizada – apresentada no capítulo anterior – faz uso de várias dimensões do mercado de trabalho, tenta-se focar em características dos indivíduos relacionadas a sua inserção no mercado de trabalho.

Em seguida, é apresentada a descrição dos indivíduos pobres no mercado de trabalho através de suas características adscritas. Acredita-se que a comparação entre os diferentes grupos possa elucidar as características determinantes da condição de pobreza no mercado de trabalho no período. As características destacadas são gênero, raça, combinação entre gênero e raça, grupos educacionais, sobrequalificação educacional vis a vis ocupação, grupos etários, macrorregiões e tipos de família. Acredita-se que estas características possam ter maior relevância para a descrição dos trabalhadores pobres brasileiros e consigam estabelecer um diálogo com a literatura.

Após esta etapa descritiva, apresenta-se uma análise econométrica a partir da estimação de dois modelos probit ordenado com correção de seleção – o modelo 1 com características individuais e o modelo 2 com características individuais, familiares e regionais. Em seguida, analisa-se as probabilidades preditas do modelo 2. Espera-se ter subsídios suficientes para o entendimento do *working poor* individual dessa forma.

4.1 Resultados descritivos

A análise inicial é feita a partir das características escolhidas para adentrar o índice de sobreposição de dimensões. A tabela 3 apresenta a descrição destas características e a variação percentual para os indivíduos selecionados pelo recorte¹⁸ evidenciado na seção anterior e para os indivíduos ocupados.

¹⁸ Foram selecionados os indivíduos que residem em zonas urbanas, têm entre 18 e 70 anos, não estudam e não são aposentados e ocupados em posições de ocupações tal que não sejam trabalhadores para próprio consumo, próprio uso ou não remunerados. Para mais detalhes, ver seção anterior.

Tabela 3 – Percentual de trabalhadores segundo características que compõem o Índice de Sobreposição – Brasil

Características	2005 – Trabalhadores selecionados	2005- Ocupados	2015 - Trabalhadores selecionados	2015- Ocupados	Varição entre os anos para indivíduos selecionados
Jornada de trabalho com insuficiência de horas trabalhadas	8,9	16,0	9,6	14,7	7,7
Ausência de Seguridade Social	46,3	58,2	39,8	48,2	-14,1
Pobreza monetária (Salário Mínimo)	28,7	35,9	12,6	17,9	-56,0
Instabilidade	18,9	19,1	15,1	15,9	-19,9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das PNAD 2005 e 2015

No intervalo de tempo analisado, apenas a dimensão de jornada com insuficiência de horas trabalhadas apresenta um aumento de participação entre os indivíduos que estão trabalhando, equivalente a 7,7%. Entretanto, este aumento corresponde à menor variação percentual dentre os indicadores.

A queda de 6,5 pontos percentuais na dimensão de ausência de seguridade social, perfazendo uma queda de 14,1% em relação ao valor inicial, ocorre paralelamente a uma diminuição dos valores da instabilidade no mercado de trabalho, 19,9%. Acredita-se que o estabelecimento de políticas públicas que visam à formalidade e à contribuição ao sistema previdenciário, no período, por exemplo, a Emenda Complementar (EC) nº 72 de 2013 (PEC das domésticas), a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) 128/2008 e a Lei Complementar Federal 123/2006 (Super Simples), seja um possível fator para essa melhora.

Ressaltam-se os resultados diferentes para as duas formas de mensurar a pobreza monetária. A variação referente à primeira linha de pobreza adotada (salário mínimo) é menor que aquela referente à segunda linha adotada (60% da mediana da renda do trabalho principal), apesar das mudanças ocorrerem no mesmo sentido. Nota-se a maior queda percentual dentre as características analisadas para a pobreza monetária medida pelo salário mínimo, perfazendo uma diferença de 56%. Supõe-se que pelo menos dois motivos estejam influenciando essa diferença entre os indicadores: diferenças conceituais entre relativo e absoluto, que mudam o grupo de risco estabelecido (AIRIO, 2008; GAUTIÉ, PONTHEUX; 2016) e a dupla função que o salário mínimo exibe no período, posto que foi alvo de uma política pública de valorização e também unidade de medida de pobreza. Neste sentido, o salário mínimo é escolhido como indicador de pobreza monetária, pois acrescenta a medida de política pública à dimensão de pobreza monetária. Adicionando à combinação de políticas públicas do período expostas anteriormente.

A tabela 4 exibe os resultados para o índice de sobreposição de dimensões para a pobreza no mercado de trabalho, utilizando o salário mínimo como linha de corte para a pobreza monetária.

Tabela 4 – Distribuição de trabalhadores segundo o Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposições de Dimensões – Brasil

Número de Dimensões	Frequência 2005	Frequência 2005(%)	Frequência Acumulada 2005 (%)	Frequência 2015	Frequência 2015 (%)	Frequência Acumulada 2015 (%)	Varição entre 2005 e 2015 (%)
Ausência	19.784.338	38,6	38,6	31.102.214	49,4	49,4	13,8
1	16.346.700	31,9	70,5	19.997.835	31,8	81,1	-5,4
2	9.736.939	19,0	89,5	7.766.547	12,3	93,5	-18,5
3	4.658.531	9,1	98,6	3.469.367	5,5	99,0	-18
4	708.934	1,4	100,0	657.701	1,0	100,0	-14,2
Total	51.878.685	100		64.075.172	100		

Fonte: Resultados obtidos pelo autor a partir das PNADS 2005 e 2015

A gradação de pobreza no mercado de trabalho oferece uma descrição mais completa em comparação às informações apresentadas na tabela 3. O mercado de trabalho brasileiro exibe uma quantidade de pessoas com pelo menos uma das dimensões de pobreza indicadas de cerca de 30 milhões de indivíduos. Entre os anos, percebe-se uma queda da percentagem de indivíduos nos patamares com pelos menos uma dimensão e um aumento no estrato de ausência de características. Adicionalmente, percebe-se que as maiores quedas ocorrem a partir do acúmulo de 2 dimensões. Apesar dessas reduções, o mercado de trabalho brasileiro exibe uma quantidade de pessoas com pelo menos uma das dimensões de pobreza indicadas de cerca de 30 milhões de indivíduos nos dois anos analisados.

Os resultados obtidos contrastam com os de Caetano e der Maas (2009), que elaboram um índice semelhante para 1996, 2001 e 2006, encontram uma manutenção dos estágios com maior vulnerabilidade. Pode-se supor que a confluência de fatores de mercado de trabalho e crescimento econômico no período avaliado neste trabalho, como comentado por Huneus et al (2015), possam levar a esse resultado. Estes autores elaboram um índice FGT de Alkire e Foster (2011) para análise multidimensional da qualidade do trabalho no Brasil entre 2002 e 2011 e apontam melhora nesta qualidade a partir de 2006, independentemente da quantidade de dimensões consideradas.

Em seguida, a tabela 5 apresenta os resultados diferenciando os trabalhadores por sexo.

Tabela 5 – Distribuição de trabalhadores por sexo, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)

Dimensões	Mulheres 2005	Homens 2005	Mulheres 2015	Homens 2015	Diferença entre os Anos - Mulheres	Diferença entre os Anos - Homens	Diferença entre Gêneros - 2005	Diferença entre Gêneros - 2015
Ausência	35,3	41,0	49,3	49,4	39,8	20,5	16,2	0,2
1	27,3	35,2	26,6	35,7	-2,2	1,2	29,3	33,9
2	20,5	17,9	13,3	11,6	-35,3	-35,3	-12,4	-12,4
3	14,2	5,4	8,9	2,9	-37,5	-46,5	-61,7	-67,2
4	2,8	0,4	1,9	0,4	-32,0	0,0	-86,0	-79,4
Total	100	100	100	100				

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Em 2005, percebe-se a pior condição feminina em relação aos homens na pobreza do mercado de trabalho, pois apresentam maior incidência nos patamares do índice com pelo menos duas dimensões, além de uma menor representatividade no estrato de ausência de vulnerabilidades. Contudo, em 2015, o percentual de mulheres se reduz, especialmente quando se consideram duas ou mais dimensões, o que sugere uma redução da disparidade entre os sexos. Desta forma, o contingente feminino com as características destacadas apresenta uma queda em todos os patamares com pelo menos uma dimensão e aumenta o agregado de pessoas com ausência de dimensões do trabalho pobre – a ponto de a variação entre os gêneros nesse patamar praticamente não existir entre 2005 e 2015. Estes resultados convergem também com Huneus et al (2015) que descreve uma melhora para as mulheres especialmente entre 2009 e 2011.

Os resultados encontrados parecem corroborar os estudos que apontam para a sobrerrepresentação feminina na pobreza no mercado de trabalho no nível individual como os de Maurizio (2018) para a América Latina e Ponthieux (2018) para os países europeus. Mesmo que exista uma redução na desigualdade entre os gêneros, nas categorias com maior número de dimensões a variação percentual permanece alta: 67,2% e 79,4% em 2005 e 2015, respectivamente.

A Tabela 6 apresenta as mudanças entre 2005 e 2015 entre negros¹⁹ e brancos e uma variação percentual entre as diferentes variações relevantes possíveis.

¹⁹ Considera-se o grupo de negros composto por pretos e pardos

Tabela 6 – Distribuição de trabalhadores por cor/raça, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)

Dimensões	Negros 2005	Branco 2005	Negros 2015	Branco 2015	Varição entre os anos - Negros	Varição entre os anos - Branco	Varição entre raças - 2005	Varição entre raças - 2015
Ausência	31,16	44,92	44,43	54,81	42,6	22,0	44,2	23,4
1	31,46	32,28	32,15	31,3	2,2	-3,0	2,6	-2,6
2	23,72	15,02	14,98	9,41	-36,8	-37,4	-36,7	-37,2
3	11,87	6,74	7,09	3,76	-40,3	-44,2	-43,2	-47,0
4	1,79	1,04	1,34	0,72	-25,1	-30,8	-41,9	-46,3
Total	100	100	100	100				

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Percebe-se que há uma melhora do indicador quanto à diferenciação por cor/raça na ausência de dimensões, reduzindo-se a diferença percentual entre negros e brancos de 44,2% para 23,4% no período. Por outro lado, ao se considerar a presença de qualquer número de dimensões de *working poor*, a variação entre negros e brancos se elevou, indicando uma piora relativa quanto à desigualdade de raça no que se refere à pobreza no trabalho. Os maiores aumentos nas diferenças raciais, em detrimento dos negros, são observados nos patamares com apenas uma dimensão, no qual se verifica uma alteração na preponderância entre os grupos analisados no indicador (entre 2,6% e -2,6%, simbolizando a mudança de direção), e com o maior número de dimensões (41,9 contra 46,3 em 2005 e 2015 respectivamente) Dessa forma, nota-se que as mudanças na pobreza no mercado de trabalho do período não exercem um impacto estrutural na diferença entre brancos e negros dentro do grupo.

Neste sentido, observa-se um paralelo entre a preponderância dos negros na análise de cor/raça para Brasil e Estados Unidos. Segundo Gautié e Ponthieux (2016) e Kenworthy e Marx (2017), que utilizam um indicador binário de *in-work poverty*, uma das diferenças encontradas quanto ao perfil da pobreza no mercado de trabalho americano se deve a qual grupo étnico/racial predomina. Os Estados Unidos apresentam uma maior predominância entre latinos e negros. Por sua vez, os países europeus, normalmente, têm um padrão em que predomina trabalhadores migrantes (GAUTIÉ, PONTHEUX; 2016).

A seguir, a diferenciação cumulativa entre gênero e raça é acrescentada à análise devido exercerem pressões quanto a produção e reprodução de desigualdades e a confluência das desvantagens históricas nos dois grupos (Lima et al, 2013). A tabela 7 apresenta os resultados em uma gradação entre os grupos mais vulneráveis até o menos vulnerável.

Tabela 7 - Distribuição de trabalhadores por gênero e raça, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)

2005									
Dimensões	Mulheres Negras	Mulheres Brancas	Homens Negros	Homens Brancos	Variação entre Mulheres Negras e Brancas	Variação entre Homens Negros e Brancos	Variação entre Mulheres Negras e Homens Brancos	Variação entre Mulheres e Homens Brancos	Variação entre Mulheres e Homens Negros
Ausência	26,9	41,9	34,0	47,2	55,9	38,9	75,9	12,8	26,7
1	26,2	28,1	35,0	35,5	7,1	1,5	35,3	26,4	33,3
2	24,9	17,0	22,9	13,5	-31,5	-41,2	-45,8	-20,8	-7,9
3	18,3	11,0	7,6	3,5	-39,5	-54,2	-80,9	-68,4	-58,3
4	3,8	2,0	0,5	0,3	-47,5	-34,0	-91,8	-84,4	-87,6
Total	100	100	100	100					
2015									
Dimensões	Mulheres Negras	Mulheres Brancas	Homens Negros	Homens Brancos	Variação entre Mulheres Negras e Brancas	Variação entre Homens Negros e Brancos	Variação entre Mulheres Negras e Homens Brancos	Variação entre Mulheres e Homens Brancos	Variação entre Mulheres e Homens Negros
Ausência	43,6	55,1	45,1	54,6	26,6	21,1	25,3	-1,0	3,4
1	26,3	27,0	36,3	34,9	2,8	-4,0	32,8	29,1	38,3
2	15,9	10,6	14,3	8,4	-33,6	-41,1	-47,1	-20,3	-10,2
3	11,7	6,1	3,8	1,8	-47,8	-52,6	-84,4	-70,1	-67,1
4	2,6	1,2	0,5	0,3	-53,1	-32,6	-88,0	-74,4	-82,2
Total	100	100	100	100					
Variação – 2005 e 2015									
Dimensões	Mulheres Negras	Mulheres Brancas	Homens Negros	Homens Brancos	Entre Mulheres Negras e Brancas	Entre Homens Negros e Brancos	Entre Mulheres Negras e Homens Brancos	Entre Mulheres e Homens Brancos	Entre Mulheres e Homens Negros
Ausência	62,1	31,6	32,4	15,5	-52,5	-45,7	-66,7	-108,1	-87,1
1	0,2	-3,8	4,0	-1,7	-60,3	-370,0	-7,2	10,5	15,0
2	-36,0	-37,9	-37,6	-37,5	6,5	-0,2	2,8	-2,5	29,1
3	-36,1	-44,8	-49,6	-47,9	20,8	-2,9	4,3	2,5	15,1
4	-31,9	-39,2	0,0	0,0	11,8	-4,2	-4,2	-11,9	-6,2

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Os resultados encontrados elucidam alguns pontos das tabelas 5 e 6. A melhora quanto ao gênero na pobreza no mercado de trabalho, encontrada na tabela 5, é concentrada no grupo das mulheres brancas, que apresentam as maiores diminuições percentuais nos patamares com pelo menos duas características: 37,9%, 44,8% e 39,2%, respectivamente. As mulheres negras, apesar de apresentarem resultados positivos, incluindo o maior acréscimo percentual na ausência de dimensões – 62,1% - apresentam o único valor positivo entre os anos no patamar

com 1 dimensão, 0,2%, enquanto, para o restante dos patamares, apresentam resultados intermediários. Comparando as variações das proporções femininas, percebem-se duas quedas na desigualdade: quanto à ausência de dimensões, que apresenta uma redução de 52,5%, e no estrato de 1 dimensão, em que a diminuição de 60,3% se dá pela queda das mulheres brancas de 5,9% e o aumento de 0,2% para mulheres negras, citado anteriormente. No restante dos patamares, entretanto, é observado um aumento da desigualdade racial entre as mulheres, com aumento de 6,5%, 20,8% e 11,8% nos patamares com duas, três e quatro dimensões, respectivamente.

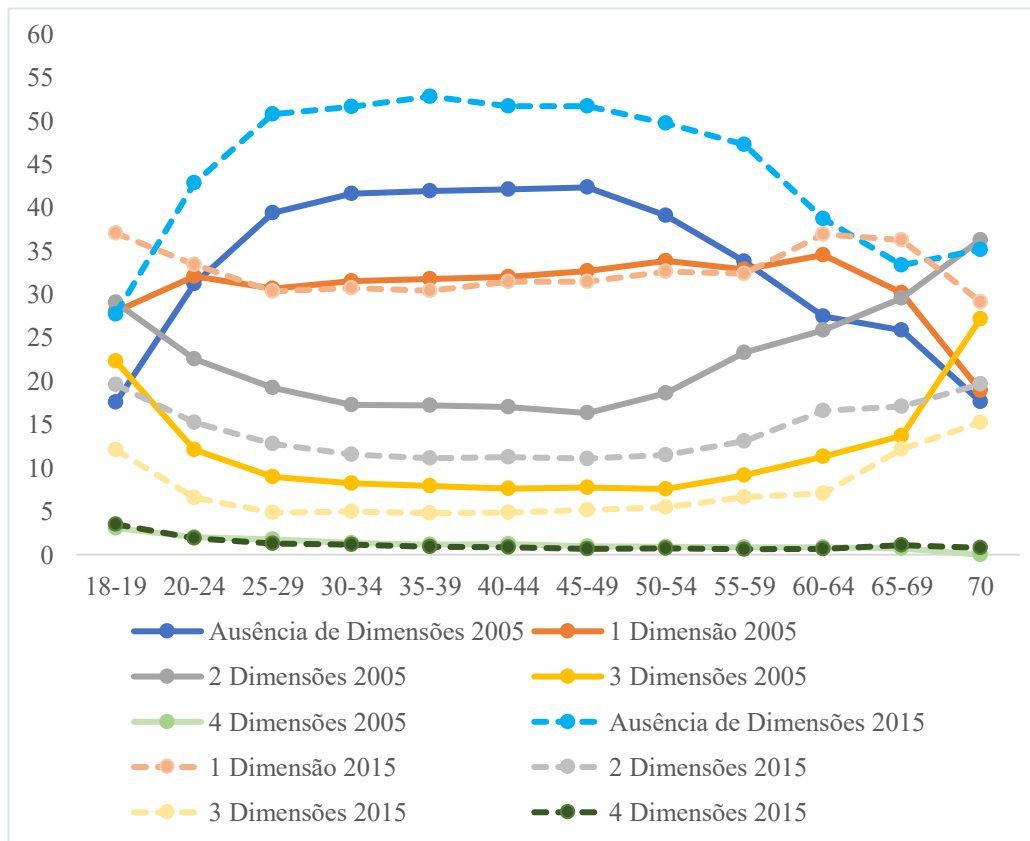
O percentual de homens no estrato com maior quantidade de dimensões de trabalho pobre nos anos analisados não apresenta nenhuma variação tanto para negros como brancos. Os resultados exibem uma sinalização em direção a uma maior igualdade entre as raças em todos os patamares com exceção do patamar com 1 dimensão apresentando uma queda na diferença entre homens negros e homens brancos de 45,7%, 0,2%, 2,9% e 4,2% respectivamente. Entretanto, os resultados para uma característica de pobreza no mercado de trabalho exibem desvantagens dos negros em relação aos brancos. Em 2005, os homens negros eram um contingente 1,5% menor que os homens brancos. Entretanto, em 2015, os brancos revertem essa composição e tem um contingente 4% menor que os homens negros.

Soares (2000) comenta que existem duas fontes de diferenciação entre gênero e raça: para os negros, existe uma significativa barreira à entrada em trabalhos não manuais com menor dinamismo econômico devido à baixa escolaridade, e as mulheres exibem uma maior diferenciação nos rendimentos do trabalho em relação aos homens. A mulher negra agregaria a diferenciação tanto por gênero quanto por raça, estando na pior situação dentre os analisados. Os resultados, dessa forma, parecem reassegurar uma manutenção da estrutura observada nas tabelas 5 e 6. Quando essas tabelas são tomadas em conjunto, na tabela 7, o perfil de discriminação encontrado por Soares (2000) é refletido no Índice de Sobreposição de Dimensões da Pobreza do Mercado de Trabalho e, conseqüentemente, no trabalho pobre brasileiro.

Para o entendimento da pobreza no mercado de trabalho, Andress e Lohman (2008) identificam que os diferenciais por idade variam de acordo com o país que se é analisado e suas características econômicas e culturais. Enquanto em alguns os trabalhadores jovens apresentam maior inclinação para o trabalho pobre, em outros países com sistemas familiares distintos, o trabalhador idoso pode tender à pobreza laboral. Adicionalmente, o grau de inserção na

economia mundial e a proteção social do país alteram a vulnerabilidade dos diferentes grupos de idade. Dessa forma, acredita-se que a descrição dos grupos etários pode contribuir para o entendimento da *in-work poverty* brasileira. O gráfico 1 abaixo apresenta um panorama dos resultados obtidos.

Gráfico 1 - Distribuição de trabalhadores por grupos etários, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)



Fonte: elaboração própria (2019).

Percebe-se um comportamento próximo ao formato de “u invertido” para os indivíduos com ausência de dimensões do mercado de trabalho, apresentando maior inclinação entre os grupos 45-49, 50-54 e 55-59 anos em 2005. Para 2015, o formato de parábola é mais perceptível, dada a menor inclinação nos grupos etários citados anteriormente e ao maior percentual de indivíduos nesse patamar. Entretanto, o grupo de trabalhadores com 70 anos apresenta um comportamento errático em 2015, com maior presença de indivíduos com ausência de dimensões.

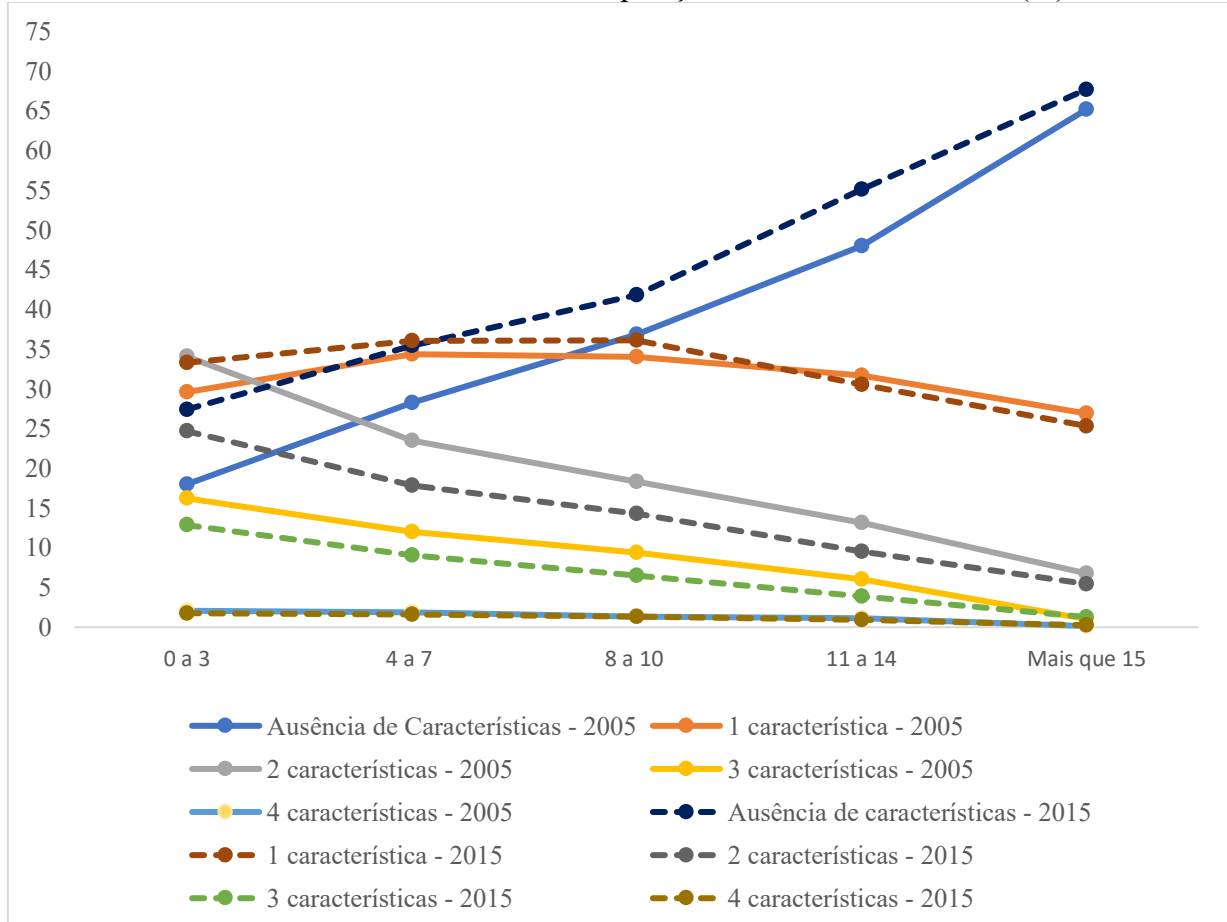
Com o aumento gradativo do número de dimensões concomitantes, há uma transição para um formato de U e, em geral, em 2015 observa-se uma redução do percentual de indivíduos em cada dimensão, em comparação a 2005. A análise do patamar com 1 dimensão apresenta uma curva com desenho mais linear, especialmente em 2015. Em 2005, entretanto, após uma leve queda do percentual entre 40-44 e 50-54 anos, a curva exibe um comportamento um pouco mais errático, alternando direções entre 55-59 e 60-64 para em seguida cair nos grupos seguintes. O acumulado de 2 dimensões, por sua vez, expõe uma curva em formato de U um pouco mais nítido. A diferença entre os anos se dá por uma suavização da inclinação nos extremos da curva. Ao analisar o contingente de 3 dimensões, também se percebe um formato de u, mas com um platô menos definido entre os grupos etários entre 30-34 até 45-49 do que a curva anterior em 2005. Nestes grupos, a variação entre os anos se atenua, aproximando as curvas dos dois anos. Entre 50-54 até 70 anos as duas curvas apresentam um aumento do percentual da população e se diferenciam por meio de um aumento de inclinação maior no ano de 2005. Por fim, percebe-se a baixa representatividade no estrato com as 4 dimensões presentes, chegando a zero no último grupo em 2015. Nota-se um comportamento destoante da curva em relação às outras 4 que apresenta uma queda linear até 45-49 anos em 2005 e 50-54 anos, em seguida, há uma variação leve tanto aumentando quanto diminuindo o percentual.

Especialmente para os estratos com 2 ou 3 vulnerabilidades do índice de pobreza multidimensional para o mercado de trabalho, pode-se supor uma prevalência de jovens e trabalhadores com idade mais avançada, enquanto a ausência de dimensões traz o comportamento oposto. Estes resultados contrastam com os resultados exibidos por Huneus et al (2015) e Maurizio (2018). O primeiro apresenta pior qualidade de trabalho no grupo mais jovem analisado – 23 a 40 anos, enquanto o grupo entre 55-65 anos apresenta maior qualidade de trabalho. O último trabalho identifica uma maior incidência de pobreza nos trabalhadores com menos de 25 anos para Argentina, Brasil, Equador e Peru. Reitera-se, entretanto, a utilização de metodologias distintas a esta dissertação em ambos. Huneus et al (2015) utiliza um índice FGT para acumulação de vulnerabilidade e Maurizio (2018) utiliza uma definição convencional de *in-work poverty*.

A pobreza no mercado de trabalho, assim como a análise tradicional de pobreza, também exige necessidade de se descrever as variações de anos de estudo de acordo com a sobreposição das dimensões. Complementarmente, Kalleberg (2009) expõe a conexão entre educação e baixa qualidade do trabalho através da obtenção de *low skill jobs*, empregos que são caracterizados por instabilidade e baixa intensidade de trabalho – não somente o salário reduzido. O gráfico

2 a seguir exibe as variações entre os anos de estudo e as dimensões de pobreza no mercado de trabalho.

Gráfico 2 - Distribuição de trabalhadores por níveis educacionais, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)



Fonte: elaboração própria (2019).

Nota-se a diferença das tendências entre os trabalhadores que não apresentam dimensões de trabalho pobre e os demais: enquanto a ausência de dimensões exibe um comportamento crescente em relação aos anos de estudos, para os demais patamares, o comportamento é decrescente. O patamar de 1 dimensão exibe um comportamento intermediário, mas sem a nitidez do gráfico 2 para idade, dado a elevação entre os dois primeiros grupos que não acontece nos grupos seguintes. Entretanto, esse comportamento se desfaz a partir do grupo de 8 a 10 anos de estudo e a curva começa a decair. As outras curvas seguem uma tendência declinante. Estes resultados corroboram os argumentos de Gautié e Ponthieux (2016), que expõem a maior vulnerabilidade de indivíduos com menor escolarização formal e tendem a ser sobrerrepresentados dentre os *working poors*.

Percebe-se pouca alteração entre os anos quanto aos anos de estudo e a pobreza no mercado de trabalho. Acredita-se, assim, que as mudanças tênues nas inclinações das participações entre 2005 e 2015 não afetam a estrutura do mercado de trabalho pobre. A tabela 8 apresenta os hiatos da variação educacional entre os anos, visando esclarecer quais as melhorias entre os anos e se ocorreu redução na diferença entre os grupos educacionais extremos.

Tabela 8 - Distribuição de trabalhadores por anos de estudo, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões (%)

2005						
Características	0 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	Mais que 15	Varição entre Mais que 15 e 0 a 3
Ausência	18,0	28,3	36,9	48,0	65,2	262,0
1	29,6	34,4	34,0	31,7	26,9	-9,2
2	34,1	23,5	18,4	13,2	6,8	-80,1
3	16,2	12,0	9,4	6,0	1,0	-93,7
4	2,1	1,8	1,3	1,1	0,1	-93,2
Total	100	100	100	100	100	
2015						
Características	0 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	Mais que 15	Varição entre Mais que 15 e 0 a 3
Ausência	27,4	35,5	41,8	55,1	67,7	147,0
1	33,3	36,1	36,1	30,6	25,3	-24,0
2	24,7	17,9	14,3	9,5	5,5	-77,9
3	12,9	9,1	6,5	3,9	1,3	-90,0
4	1,8	1,6	1,3	0,9	0,3	-85,8
Total	100	100	100	100	100	
Varição entre os anos						
Características	0 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	Mais que 15	Entre Mais que 15 e 0 a 3
Ausência	52,3	25,4	13,4	14,9	3,9	-43,9
1	12,4	4,9	6,1	-3,4	-5,9	161,0
2	-27,6	-23,9	-22,2	-27,7	-19,6	-2,7
3	-20,8	-24,8	-31,1	-35,9	25,5	-3,9
4	-15,0	-14,1	-2,2	-19,6	78,6	-8,0

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

O hiato encontrado entre os grupos extremos quanto aos anos de estudo diminui no patamar de ausência de dimensões. Entretanto a diferença em cada ano é de pouco mais de 40 pontos percentuais. Neste sentido, ressalta-se o aumento da diferença entre estes grupos no estrato de 1 dimensão. Observa-se, além de uma queda nos mais escolarizados, um aumento da participação entre os menos escolarizados. O hiato entre esses grupos no patamar não está entre os maiores dentre os grupos analisados, apesar do alto crescimento percentual.

É necessário pôr em destaque o aumento da participação dos patamares com 3 e 4 dimensões entre os indivíduos com mais de 15 anos de estudo. Por mais que representem apenas décimos de pontos percentuais – 0,3 e 0,2 p.p., na variação percentual, existe um aumento de 25,5% e 78,6%. Dessa forma, embora exista uma melhora dos resultados para o grupo com 0 a 3 anos de estudos, o resultado da diminuição da desigualdade entre os grupos de escolaridade diferentes entre 2005 e 2015 não é composto somente por aspectos positivos.

Dentro do espectro das mudanças educacionais, faz-se uma descrição sobre o *mismatch* entre nível de educação e a média observada da ocupação inserida entre as dimensões observadas²⁰. Essa pormenorização é motivada pela crença de que existem diferenciações entre grupos – e.g, sexo, étnico/racial, etário – que exibem maior representatividade dentre os profissionais sobrequalificados, segundo Leuven e Oosterbeek (2011). Desta forma, acredita-se que os salários e a satisfação de trabalho destes indivíduos tendem a ser menores, afetando a qualidade do trabalho.

Tabela 9 - Descrição por Qualificação do Trabalho do Índice de Sobreposição de Características - 2005 e 2015 (%)

Características	Sobrequalificados 2005	Indivíduo Ajustado Ocupação 2005	Sobrequalificados 2015	Indivíduo Ajustado Ocupação 2015	Varição sobrequalificação	Varição ajustado
Ausência	39,2	38,5	49,3	50,1	25,7	30,1
1	34,0	31,5	31,5	33,7	-7,6	7,1
2	16,7	19,5	12,6	10,9	-24,9	-44,0
3	8,5	9,2	5,7	4,2	-33,1	-54,6
4	1,5	1,4	1,0	1,1	-32,7	-17,0
total	100	100	100	100		

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

As maiores variações observadas estão presentes tanto para o grupo sobrequalificado quanto para os indivíduos com valores ajustados para a ocupação, isto é, observa-se uma relativa manutenção da estrutura de ocupação do mercado de trabalho. Ocorre um aumento maior para os sobrequalificados no patamar com 0 dimensões (30,01% contra 25,7%). Nos estratos com 1 e 2 dimensões, nota-se uma diferença levemente maior para os indivíduos ajustados. A maior alteração se dá na alteração do patamar de 3 dimensões com uma queda de

²⁰ O *mismatch* educacional foi calculado considerando se o trabalhador ocupado teria um número de anos de estudo maior que a média mais um desvio padrão dentre seus pares na ocupação. Caso possuísse, esse indicador seria classificado como sobrequalificado.

33,1% para os indivíduos sobrequalificados em oposição a 54,6% dos indivíduos com escolaridade compatível com a escolaridade da ocupação.

Dentre as características individuais, a análise das diferenças regionais brasileiras tipifica os trabalhadores pobres quanto à macrorregião de residência. Supõe-se que parte dessas dissociações existentes no território nacional advém de uma união de diferentes fatores, demográficos e diferentes estruturas produtivas em cada região, que alteram o mercado de trabalho. A tabela 10 apresenta as características regionais dos trabalhadores pobres.

Tabela 10 - Descrição Regional do Índice de Sobreposição dos Working Poors - 2005 e 2015 (%)

2005						
Dimensões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Varição Nordeste-Sudeste (NE/SE)
Ausência	28,3	23,0	44,3	46,6	37,7	92,5
1	35,5	28,7	32,3	31,9	35,3	12,7
2	24,9	31,0	15,0	13,6	18,1	-51,7
3	10,2	15,2	7,3	6,7	7,9	-52,2
4	1,2	2,2	1,2	1,3	1,1	-46,0
Total	100	100	100	100	100	
2015						
Dimensões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Varição Nordeste-Sudeste (NE/SE)
Ausência	37,2	38,7	54,0	56,0	48,3	39,4
1	35,1	28,9	31,8	31,4	36,8	9,9
2	19,1	20,0	9,6	8,2	10,4	-52,2
3	7,5	10,4	3,9	3,7	3,7	-62,2
4	1,1	2,0	0,8	0,7	0,8	-60,6
Total	100	100	100	100	100	
Varição Entre os Anos						
Dimensões	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Nordeste-Sudeste (NE/SE)
Ausência	31,4	68,3	21,9	20,3	28,3	-57,4
1	-1,0	0,7	-1,8	-1,4	4,3	-22,3
2	-23,3	-35,4	-36,1	-39,4	-42,6	1,0
3	-26,4	-31,6	-45,9	-45,8	-52,8	19,2
4	-2,6	-7,9	-32,8	-47,3	-29,4	31,6

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Dentre as regiões brasileiras em 2005, Norte e Nordeste apresentam menor contingente de indivíduos com ausência de dimensões (28,3% e 23%), enquanto as regiões Sul e Sudeste apresentam as menores porcentagens de indivíduos com pelo menos alguma característica. Com uma vulnerabilidade, Norte se sobressai, apresentando o maior grupo de indivíduos (35,5%), descolando da paridade observada para ausência de característica. O padrão persiste nos

patamares com maior concentração de dimensões, e a região Nordeste exibe a maior concentração de pessoas com pelo menos 2 dimensões do índice, chegando, em 2005, a uma porcentagem aproximadamente duas vezes maior que Sul ou Sudeste em qualquer um desses 3 patamares.

Em 2015, nota-se um aumento da ausência de dimensões em todas as regiões e uma diminuição dos estratos com dimensões. A região nordeste exibe um maior crescimento no contingente sem vulnerabilidade do trabalho (68,3%), sobrepujando a região Norte e diminuindo a diferença em relação à região Sudeste.

Percebe-se, também, que a diminuição percentual das regiões sul, sudeste e centro-oeste para indivíduos com pelo menos duas dimensões são as maiores do período. A relação Nordeste-Sudeste exibe um comportamento dual, nos dois primeiros estratos existe uma queda acentuada da diferença entre as regiões, 57,4% e 22,3%, enquanto exibe um processo de aumento de desigualdade que se acentua gradativamente com o acúmulo de patamares. Dessa forma, a estrutura regional quanto aos trabalhadores pobres no Brasil parece ao menos se manter, ou mesmo piorar, dado a deterioração entre as duas regiões centrais, assemelhando-se à análise racial quanto à falta de alteração das condições entre os anos analisados.

Acredita-se que este resultado de manutenção das disparidades regionais esteja relacionado à multidimensionalidade do índice. Assim, supõe-se que a valorização real do salário mínimo no período possa apresentar um efeito acentuado no Nordeste, pois contém o maior contingente de trabalhadores que recebem um salário mínimo, como comentado por Bacelar (2014)²¹. Contudo, este efeito parece ser sobressaído pelas outras dimensões. Dentre estas, ressalta-se a aparente manutenção da magnitude de informalidade nordestina observada por Maciel (2015)²², em detrimento à redução das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Desta forma, apesar da queda na dimensão de ausência de seguridade social demonstrada na tabela 3 no início deste capítulo, os efeitos podem ter resultados contrários quando analisados para as macrorregiões brasileiras.

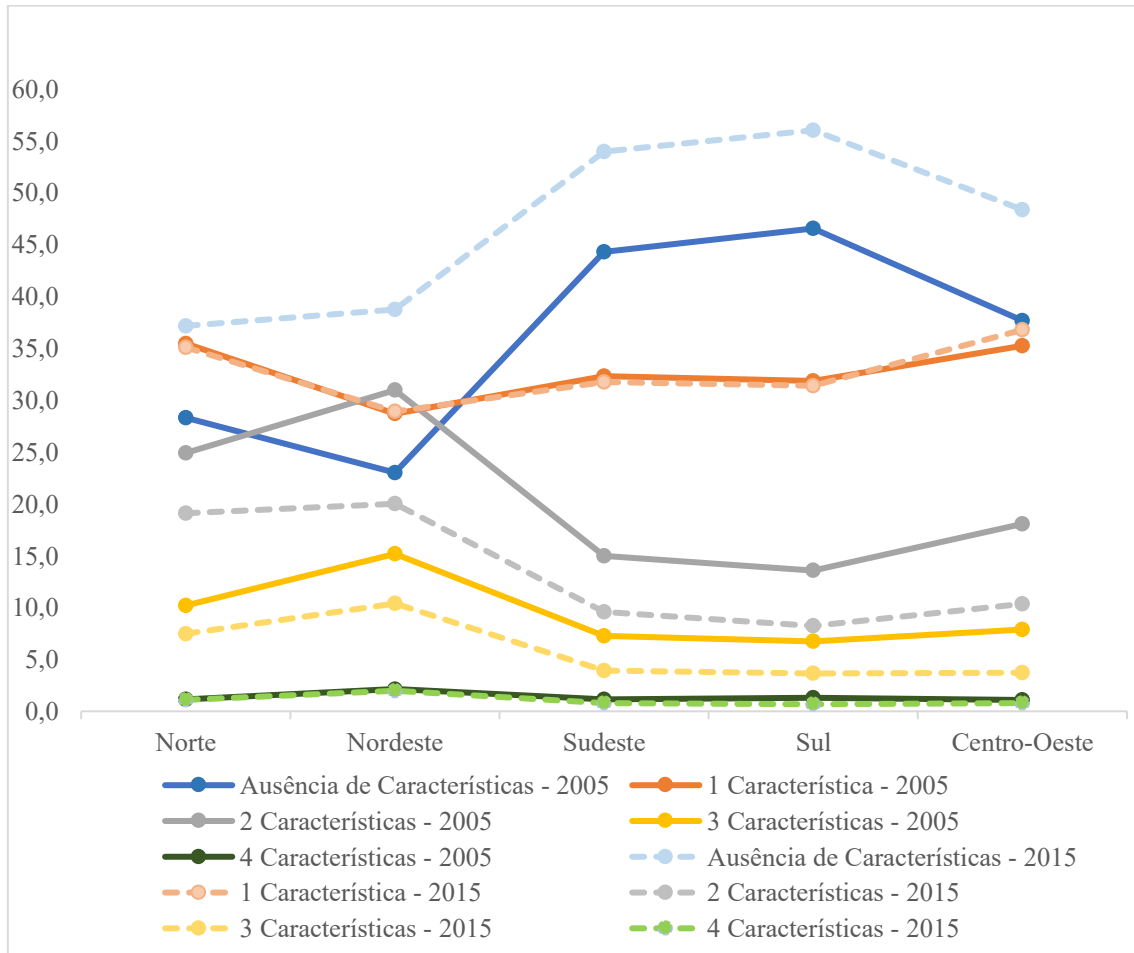
O gráfico 3 ressalta essa manutenção de padrão. Os hiatos apresentados na tabela são mais visíveis nos aclives e declives entre a região nordeste e sudeste. Destacam-se especialmente como as duas curvas para 1 dimensão pouco se alteram dentre os anos e as

²¹ Em uma comparação entre 2000 e 2010 e utilizando o Censo Demográfico Brasileiro.

²² Mesmo período e base utilizados por Bacelar (2014).

principais mudanças de forma no gráfico se devem ao desempenho da região Nordeste, especialmente para ausência e duas dimensões. Reitera-se, entretanto, o quanto esses resultados pouco alteram a estrutura regional total.

Gráfico 3 - Distribuição de trabalhadores por regiões, segundo Índice de Pobreza no Mercado de Trabalho com Sobreposição de Dimensões - Brasil (%)



Fonte: elaboração própria (2019).

A forma como os indivíduos se agrupa também acrescenta à discussão individual, pois a ponte que une o aparato individual e o familiar, nesta dissertação, são os tipos de família. A tabela 11 exibe as variações nos tipos de família ao longo do período analisado para os trabalhadores pobres.

Tabela 11 - Descrição por Tipo de Família do Índice de sobreposição de Dimensões de Working Poor - 2005 e 2015 (%)

2005						
Dimensões	Casal sem Filhos	Casal com Filhos	Monoparental Feminino	Unipessoal	Outro	Varição entre Monoparental Feminino e Casal sem Filhos
Ausência	40,9	39,7	32,0	38,7	38,5	27,7
1	33,1	32,2	29,3	33,4	32,4	12,9
2	17,8	18,2	23,0	19,0	20,6	-22,7
3	7,3	8,6	13,5	8,0	7,7	-45,7
4	1,0	1,3	2,2	1,0	0,8	-56,6
Total	100	100	100	100	100	
2015						
Dimensões	Casal sem Filhos	Casal com Filhos	Monoparental Feminino	Unipessoal	Outro	Varição entre Monoparental Feminino e Casal sem Filhos
Ausência	50,0	50,5	46,1	45,9	46,5	8,4
1	32,8	31,9	28,4	33,4	33,8	15,8
2	11,5	11,7	14,8	14,1	13,9	-22,3
3	4,9	4,9	8,9	5,7	5,2	-44,9
4	0,7	1,0	1,8	0,8	0,7	-59,9
Total	100	100	100	100	100	
Varição entre 2005 e 2015						
Dimensões	Casal sem Filhos	Casal com Filhos	Monoparental Feminino	Unipessoal	Outro	Entre Monoparental Feminino e Casal sem Filhos
Ausência	22,3	27,3	44,1	18,9	21,0	-69,7
1	-0,7	-0,7	-3,2	0,0	4,3	22,7
2	-35,1	-36,0	-35,5	-25,7	-32,9	-2,1
3	-33,5	-43,0	-34,4	-28,3	-32,7	-1,6
4	-23,2	-25,4	-16,9	-20,6	-21,4	5,8

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Nota-se uma maior participação do tipo de família monoparental feminino nos patamares com acúmulo de 2 ou mais desvantagens em 2005. Concomitantemente, apresenta o menor percentual de indivíduos que não têm dimensões de trabalho pobre (32%). Essa situação não é invertida em 2015, apesar de uma melhora de 14,1 p.p. no patamar com ausência de dimensões e de uma melhora no restante dos patamares.

Maurizio (2018) apresenta um padrão semelhante para América Latina em que famílias com filhos, especialmente monoparentais, apresentam maior incidência de trabalho pobre. A autora afirma que ainda há um sistema de *childcare* deficiente na região, influenciando uma sobrecarga dos serviços de cuidado das chefes mulheres nesse tipo de família. Simultaneamente a esse déficit de tempo, argumentam Nieuwenhuis e Maldonado (2018), ocorre uma perda monetária por um efeito cascata em que o cuidado com as crianças absorve parte do tempo disponível de trabalho, nas famílias monoparentais.

Observa-se, também, uma variação com sentido semelhante em todos os tipos de família analisados no período analisado. Ocorre um aumento no patamar da ausência de dimensões do trabalho pobre, sendo observado no grupo das mães solteiras a maior variação – 44,1%. De forma semelhante, nota-se uma queda, em quase todos os tipos de família, nos indivíduos com qualquer número de dimensões associadas. Destaca-se a queda sensivelmente menor do grupo monoparental feminino no patamar de 4 dimensões (16,9%), ao passo em que o número de dimensões aumenta, as reduções caem, em comparação aos outros grupos, até chegar à menor redução observada dentre os tipos de família no patamar com o maior número de dimensões (3,8%). A variação percentual entre casal sem filhos e família monoparental com chefe feminino sintetiza essa comparação ao não apresentar um comportamento bem definido. Isto é, apresenta uma queda na diferença do contingente sem dimensões de 69,7% e um aumento da diferença no patamar com maior grau de dimensões de trabalho pobre de 5,8%.

4.2. Resultados Econométricos

Nesta seção, são exibidos os resultados das estimações do modelo probit ordenado com correção para seleção amostral. Foram estimados dois modelos para os dois anos analisados, 2005 e 2015, de acordo com os recortes adotados. No primeiro, foram incluídas características eminentemente individuais com o intuito de captar a influência somente destas variáveis explicativas na qualidade de trabalho do indivíduo. No segundo modelo, amplia-se o espectro das variáveis explicativas, implementando as variáveis familiares e regionais. O objetivo, neste momento, é tentar capturar os efeitos na pobreza do trabalho dos aspectos das associações familiares entre os indivíduos e das características de residência.

Como discutido no capítulo metodológico, o método de estimação utilizado apresenta duas etapas, a de participação no mercado de trabalho por meio de um probit simples e a de estimação do probit ordenado para a pobreza laboral a partir destes selecionados. Desta forma, os resultados da seleção amostral são apresentados no início da seção. Ressalta-se que estes resultados são utilizados para aumentar a compreensão do segundo momento, a análise da estimação do probit ordenado para as dimensões da pobreza no trabalho.

Os coeficientes estimados, entretanto, não apresentam interpretação direta, sendo analisados somente a direção (sinal) dos resultados, sua significância e, quando relevante, a magnitude dos comparada dos coeficientes. Em seguida, para o melhor entendimento das

variações entre as variáveis explicativas e os resultados para cada patamar do índice de sobreposição de dimensões de pobreza no mercado de trabalho, são exibidas as probabilidades preditas das variáveis explicativas para cada estrato do índice para o segundo modelo em 2005 e 2015.

4.3 Coeficientes estimados do modelo

A tabela 12 exhibe os resultados para a etapa de seleção para o modelo 1 (apenas características individuais) e para o modelo 2 (individuais, familiares e localização). Como o foco deste trabalho não é a participação no mercado de trabalho, as probabilidades preditas não foram calculadas.

Tabela 12 – Coeficientes da participação no mercado de trabalho, a partir de um modelo probit binário (continua)

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	2005	2015	2005	2015
Sexo	0,905* (0,008)	1,068* (0,009)	0,911* (0,010)	0,814* (0,011)
Cor/Raça	0,029* (0,008)	0,024* (0,008)	-0,013*** (0,009)	-0,016 (0,009)
<i>Grupos de Anos de Estudo</i>				
4-7	0,266* (0,014)	0,174* (0,012)	0,236* (0,014)	0,166* (0,012)
8-10	0,375* (0,015)	0,294* (0,014)	0,338* (0,015)	0,291* (0,014)
11-14	0,564* (0,014)	0,545* (0,013)	0,561* (0,014)	0,559* (0,013)
15+	1,043* (0,018)	1,077* (0,021)	1,067* (0,018)	1,100* (0,022)
<i>Grupos Etários</i>				
20-24	0,371* (0,025)	0,330* (0,023)	0,286* (0,026)	0,270* (0,023)
25-29	0,638* (0,025)	0,568* (0,023)	0,458* (0,026)	0,444* (0,023)
30-34	0,783* (0,025)	0,716* (0,023)	0,556* (0,026)	0,566* (0,024)
35-39	0,880* (0,025)	0,815* (0,024)	0,613* (0,026)	0,637* (0,024)
40-44	0,907* (0,025)	0,790* (0,024)	0,595* (0,027)	0,571* (0,025)
45-49	0,852* (0,025)	0,697* (0,024)	0,499* (0,027)	0,439* (0,025)
50-54	0,807* (0,026)	0,597* (0,025)	0,414* (0,028)	0,301* (0,027)

Tabela 12 – Coeficientes da participação no mercado de trabalho, a partir de um modelo probit binário (conclusão)

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	2005	2015	2005	2015
55-59	0,647*	0,413*	0,231*	0,081*
	(0,026)	(0,027)	(0,029)	(0,028)
60-64	0,349*	0,100*	-0,090*	-0,261*
	(0,029)	(0,030)	(0,031)	(0,032)
65-69	-0,111*	-0,373*	-0,560*	-0,764*
	(0,035)	(0,039)	(0,037)	(0,041)
70	-0,535*	-0,600*	-1,008*	-1,013*
	(0,094)	(0,094)	(0,097)	(0,097)
<i>Posição na Família</i>				
Cônjuge	-	-	-0,240*	0,168*
			(0,011)	(0,013)
Filho	-	-	-0,585*	0,152*
			(0,015)	(0,013)
Família Convivente	-	-	-0,109*	-0,162*
			(0,014)	(0,012)
<i>Tipo de Família</i>				
Casal com filhos	-	-	-0,025*	-0,101***
			(0,013)	(0,015)
Monoparental Feminino	-	-	0,038*	-0,240**
			(0,017)	(0,019)
Unipessoal	-	-	-0,101*	-0,311*
			(0,025)	(0,027)
Outros	-	-	0,089*	-0,237*
			(0,023)	(0,027)
Número de Filhos até 15 anos	-0,013*	-0,018*	-0,077*	-0,049*
	(0,004)	(0,005)	(0,006)	(0,005)
Metropolitano	-	-	-0,108*	-0,117*
			(0,012)	(0,009)
Migrante	-	-	-0,031*	-0,092*
			(0,009)	(0,011)
<i>Regiões</i>				
Nordeste	-	-	-0,016*	-0,080
			(0,013)	(0,013)
Sudeste	-	-	0,123**	0,029*
			(0,013)	(0,013)
Sul	-	-	0,256*	0,158*
			(0,015)	(0,016)
Centro-Oeste	-	-	0,192	0,007*
			(0,015)	(0,016)
Constante	-0,777*	-0,965*	0,121*	-0,482*
	(0,024)	(0,026)	(0,031)	(0,031)

Elaboração do autor a partir das PNADS 2005 e 2015

Nota: * p-valor< 0,01 ** p-valor<0,05 ***pvalor<0,10

Nota: Categoria bases - Mulher, Negros (pretos e pardos), responsável pela família, Família Não-Convivente, Casal sem Filhos, Norte, Região Não-Metropolitana, Não-migrante, 0-3 anos de estudo, e 18-19 anos.

Os resultados para diferenças entre os sexos apontam uma maior probabilidade masculina para os selecionados. Os dois modelos apresentam tendências distintas, entretanto, o modelo 2 apresenta um resultado declinante na magnitude observada, enquanto o modelo 1 apresenta um aumento. O modelo 2 entra em consonância com os resultados observados na literatura, citados anteriormente, que explicitam uma maior representação feminina no mercado de trabalho.

Para cor/raça, entretanto, os resultados apresentam baixo impacto, sendo estas as covariáveis com menor impacto dentre as analisadas. Assim, demonstra-se que a participação dos negros no mercado de trabalho é semelhante à dos brancos. Entretanto, os resultados dos dois modelos apresentam coeficientes distintos. No modelo 1, os resultados indicam uma tênue diferença entre cores/raças, mas que aumenta com um aumento de participação dos brancos. No modelo 2, há uma inversão na direção desta participação em 2005, enquanto, em 2015, os resultados não diferem entre brancos e negros.

Para anos de estudo, não existem mudanças nas tendências entre os coeficientes dentre os modelos. Os resultados demonstram que indivíduos com maior escolaridade tendem a estar mais inseridos no mercado de trabalho em comparação aos indivíduos com menor escolaridade. Entretanto, entre os anos analisados, apresenta-se uma queda dessa diferença para os grupos, excetuando-se o grupo com maior escolaridade – para este, nota-se uma leve variação positiva.

No último grupo de variáveis presentes nos dois modelos, grupos de idade, exibe-se uma tendência de indivíduos aumentarem sua taxa de ocupação até, em seguida, terem um comportamento inverso, demonstrando o aspecto do envelhecimento na diminuição de contratação. A diferença encontrada entre os dois modelos se deve exatamente a este ponto de inflexão observado. No modelo 2, observa-se em 60-64, enquanto no modelo 1 em 65-69.

Dentre as variáveis familiares incluídas, destaca-se a inversão observada de posição de família. Em 2005, tanto cônjuges quanto filhos tinham coeficientes negativos, isto é, menor propensão a estarem ocupados no mercado de trabalho, quando comparados aos responsáveis pela família. Entretanto, em 2015, há uma inversão neste sentido e ambos passam a apresentar maiores probabilidades. Para família convivente, apresenta-se uma mudança tênue, mas mantém-se o padrão, refletindo a possibilidade de que o aumento do número de indivíduos numa família pode diminuir a taxa de participação no mercado de trabalho. A variável categórica de tipo de família apresenta resultados distintos entre os anos. Em 2015, os resultados

variam em seu nível de significância para casal com filhos e monoparental feminino. Os coeficientes aumentam seu impacto em comparação a 2005 e à categoria base, casal sem filhos.

O grupo de variáveis regionais exibe um comportamento mais constante. A variável referente ao processo migratório apresenta pouco impacto na seleção dos trabalhadores. Por sua vez, residência em área não metropolitana apresenta menor possibilidade de ser selecionado no mercado de trabalho. A variável de macrorregiões tem características distintas para cada região de comparação. O Nordeste tem uma estrutura de participação no mercado de trabalho pouco diferente do Norte em 2005, enquanto em 2015 as duas regiões apresentam resultados que são estatisticamente iguais. As regiões Sul e Sudeste apresentam os maiores coeficientes de participação, em relação à Região Norte, mas declinantes entre 2005 e 2015.

A tabela 13 apresenta o resultado da estimação do modelo probit ordenado corrigido para seleção amostral para o índice de sobreposição de dimensões nos dois anos analisados. Analisa-se prioritariamente os níveis de significância e o sinal (direção) dos coeficientes neste primeiro momento. Utiliza-se esta abordagem uma vez que a interpretação dos coeficientes não é direta, pois a relação entre variáveis dependente e independentes não é linear. Caso apresente sinal negativo, a variável exibe uma relação inversa com a ordem das dimensões do trabalho pobre. Por outro lado, o sinal positivo indica uma concatenação com a ordem da variável dependente. Entretanto, caso alguma mudança de magnitude dos coeficientes entre modelos ou nos anos analisados for díspar, faz-se uma apreciação dos possíveis fatores para tanto, considerando que quanto mais negativo (ou positivo) for o valor do coeficiente, mais fortemente relacionado com a pobreza no mercado de trabalho (qualidade de trabalho) este será. Pretende-se, assim, fazer um panorama dos resultados encontrados para posterior análise das probabilidades preditas.

Tabela 13 - Estimativas das características pelo modelo probit ordenado com correção de seleção para o índice de sobreposição de dimensões (continua)

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	2005	2015	2005	2015
Sexo	-0,252*	-0,403*	-0,314*	-0,233*
	(0,009)	(0,010)	(0,012)	(0,009)
Cor/Raça	-0,172*	-0,222*	-0,116*	-0,072*
	(0,008)	(0,008)	(0,008)	(0,009)
<i>Grupos de Anos de Estudo</i>				
4-7	-0,237*	-0,313*	-0,239*	-0,179*
	(0,014)	(0,011)	(0,011)	(0,015)
8-10	-0,442*	-0,575*	-0,491*	-0,368*
	(0,015)	(0,013)	(0,013)	(0,015)
11-14	-0,773*	-0,904*	-0,841*	-0,700*
	(0,014)	(0,012)	(0,012)	(0,014)
15+	-1,065*	-1,248*	-1,184*	-0,995*
	(0,017)	(0,017)	(0,018)	(0,017)
<i>Grupos Etários</i>				
20-24	-0,309*	-0,386*	-0,116*	-0,320*
	(0,028)	(0,024)	(0,024)	(0,029)
25-29	-0,449*	-0,600*	-0,576*	-0,458*
	(0,028)	(0,024)	(0,025)	(0,029)
30-34	-0,488*	-0,733*	-0,683*	-0,491*
	(0,028)	(0,024)	(0,025)	(0,029)
35-39	-0,580*	-0,779*	-0,718*	-0,572*
	(0,028)	(0,024)	(0,025)	(0,029)
40-44	-0,603*	-0,797*	-0,717*	-0,583*
	(0,028)	(0,024)	(0,026)	(0,029)
45-49	-0,615*	-0,850*	-0,757*	-0,592*
	(0,028)	(0,025)	(0,026)	(0,029)
50-54	-0,621*	-0,830*	-0,727*	-0,589*
	(0,028)	(0,025)	(0,027)	(0,030)
55-59	-0,590*	-0,799*	-0,689*	-0,553*
	(0,029)	(0,027)	(0,029)	(0,031)
60-64	-0,483*	-0,736*	-0,626*	-0,443*
	(0,032)	(0,032)	(0,034)	(0,034)
65-69	-0,370*	-0,742*	-0,631*	-0,352*
	(0,045)	(0,050)	(0,052)	(0,047)
70	-0,476*	-0,535*	-0,412*	-0,462*
	(0,166)	(0,144)	(0,151)	(0,173)
<i>Posição na Família</i>				
Cônjuge	-	-	0,168*	0,000
			(0,013)	(0,011)
Filho	-	-	0,152*	-0,003
			(0,013)	(0,010)
Família Convivente	-	-	0,053*	-0,018
			(0,011)	(0,015)
<i>Tipo de Família</i>				
Casal com filhos	-	-	0,054*	0,023*
			(0,012)	(0,011)
Monoparental Feminino	-	-	0,183*	0,113*
			(0,017)	(0,016)

Tabela 13 - Estimativas das características pelo modelo probit ordenado com correção de seleção para o índice de sobreposição de dimensões (conclusão)

Variáveis	Modelo 1		Modelo 2	
	2005	2015	2005	
Unipessoal	-	-	0,121*	0,121*
			(0,022)	(0,021)
Outros	-	-	0,202*	0,105*
			(0,021)	(0,018)
Metropolitano	-	-	-0,074*	-0,082*
			(0,008)	(0,008)
Migrante	-	-	0,124*	0,140*
			(0,010)	(0,011)
<i>Regiões</i>				
Nordeste	-	-	0,227*	0,044*
			(0,011)	(0,012)
Sudeste	-	-	-0,245*	-0,338*
			(0,011)	(0,012)
Sul	-	-	-0,288*	-0,399*
			(0,014)	(0,014)
Centro-Oeste	-	-	-0,194*	-0,284*
			(0,013)	(0,014)
Ponto de Corte 1	-1,920*	-1,339*	-1,679*	-1,396*
	(0,029)	(0,031)	(0,033)	(0,036)
Ponto de Corte 2	-0,994*	-0,373*	-0,727*	-0,412*
	(0,029)	(0,031)	(0,032)	(0,035)
Ponto de Corte 3	-0,187*	0,314*	0,101*	0,290*
	(0,028)	(0,031)	(0,032)	(0,035)
Ponto de Corte 4	0,851*	1,175*	1,152*	1,165*
	(0,029)	(0,032)	(0,032)	(0,036)
atrho	0,150*	0,102*	0,180*	0,151*
	(0,011)	(0,014)	(0,015)	(0,012)
Número de Observações não censuradas	112,672	110,178	112,278	106,553
Número de Observações censuradas	47302	45610	47071	43893
Pseudologlikelihood	-9,96	-1,17	-9,69	-1,11
Wald global	11161,66	8155,16	14066,23	9820,79
Wald independências das equações	115,4	92,21	145,39	153,8
rho	0,148983	0,101302	0,1778	0,1502

Elaboração do autor a partir das PNADS 2005 e 2015

Categorias bases - Mulher, Negros (pretos e pardos), Responsável pela família, Família Não-Convivente, Casal sem Filhos, Norte, Região Não-Metropolitana, Não-migrante, 0-3 anos de estudo, e 18-19.

Pelas estatísticas do modelo apresentadas na parte final da tabela 15, percebe-se que o modelo é significativo globalmente. Adicionalmente, o teste de Wald para dependência das equações rejeita a hipótese nula de independência das equações, indicando a correção de seleção amostral. De forma semelhante, a estimativa do rho foi maior que 0, também indicando um processo que necessita correção amostral. Isto é, os resíduos das estimações do processo probit ordenado e da equação de seleção apresentam uma correlação diferente de 0, mais precisamente

entre 0,1013 e 0,1778. A estatística “*atrho*”, segundo Buis (2011), é uma transformação de Fisher tal que: $z = 1/2\{\ln(1 + \rho) - \ln(1 - \rho)\}$. Assim, segundo o autor, facilita-se a interpretação da correlação de forma a ajustar o modelo de forma mais simples. Neste caso, é estatisticamente significativa a 1%, reiterando a necessidade de um modelo de seleção.

De forma geral, as maiores alterações entre os anos são as mudanças de significância da variável família convivente e das categorias cônjuge e filho da variável posição de família. O restante das variáveis apresenta direções semelhantes no período analisado. Na análise entre modelos, por sua vez, a diferenciação se dá entre as tendências observadas entre os anos. O modelo 1 apresenta magnitudes maiores no ano de 2015 em comparação à 2005. Entretanto, no modelo 2, que inclui as variáveis familiares e regionais, esta tendência se altera – analisando as variáveis individuais presentes nos dois modelos. Desta forma, ressalta-se a relevância da estimação utilizando os grupos de variáveis familiares e regionais, mesmo compreendendo que a análise não se detém aos coeficientes estimados.

Com relação à variável de sexo, tomando as tabelas 12 e 13 em conjunto, percebe-se que as mulheres têm uma menor participação no mercado de trabalho e ainda apresentam uma tendência maior ao trabalho pobre. Apesar do avanço da inserção feminina no mercado de trabalho, os resultados demonstram que as mulheres são mais propensas a estarem ocupadas em trabalho pobre. Acredita-se que a preponderância de rendimentos menores em ocupações feminina no trabalho formal no Brasil e a maior precariedade destas ocupações (Montali, 2004; Hirata, 2007; Kalleberg, 2009) reverberam em todas as dimensões analisadas pelo indicador. Estes resultados corroboram os encontrados na tabela 5 da análise descritiva e reafirmam a necessidade da análise individual para o melhor entendimento da pobreza no trabalho por sexo como enfatizado por Ponthieux (2018) e Maurizio (2018).

Para brancos e negros (pretos e pardos), os resultados apresentam variação diversa dos encontrados para sexo. As diferenças da precariedade no mercado de trabalho são pequenas nos anos diferentes, como visto na tabela 13. Observa-se, assim, que, no período analisado, controlando pelas outras características individuais, familiares e regionais, as diferenças raciais na pobreza do mercado de trabalho permanecem apesar dos baixos valores encontrados nos coeficientes – enquanto os negros trabalham na mesma proporção que os brancos. Em relação ao encontrado na análise descritiva, ressalta-se que a permanência da estrutura encontrada, apesar da melhora absoluta para os negros, é refletida na análise econométrica.

Ressalta-se que, da mesma forma que as mulheres, isto pode ocorrer devido a caracteres não observados individualmente que influenciam a inserção dos negros no mercado de trabalho em situações precárias, como a própria estrutura ocupacional (GRODSKY; PAGER, 2001) e preconceito (CAMPANTE; CRESPO; REIS, 2004). Estes últimos comentam que os negros podem encontrar menos barreiras de discriminação em ocupações mais ligadas ao setor informal, sendo capturado pela dimensão de ausência de seguridade social do índice.

Os resultados encontrados para grupos de anos de estudo são esperados e de acordo com a literatura de retorno da escolaridade nos rendimentos. Os indivíduos da categoria base, 0-3 anos, apresentam propensão maior à maior pobreza do trabalho. Percebe-se a diminuição da magnitude para todos grupos de estudo. Neste sentido, ressalta-se que a variável é construída de modo a ser comparada com a categoria base 0-3, então, os efeitos encontrados na tabela descritiva 10 do aumento do contingente de indivíduos no estrato de ausência de dimensões, podem ajudar a interpretar este aumento. Estes resultados, como comentado anteriormente, podem estar ligados à sobrerepresentatividade de indivíduos com baixa escolaridade formal que recebam abaixo do salário mínimo. Observa-se que indivíduos com menor escolaridade tendem a estar em atividades informais. Assim, com o foco das políticas públicas no combate à informalidade, pode-se supor que também tenha impacto que exerce um efeito de diminuição da informalidade.

Com relação aos grupos de idade, todos apresentam direção contrária a pobreza no mercado de trabalho, em comparação à categoria base de indivíduos com 18-19 anos. Adicionalmente, os indivíduos com 20-24 anos apresentam a segunda menor magnitude. É notável, também, a maneira como os coeficientes estimados assumem um formato de u invertido quanto à intensidade da pobreza no mercado de trabalho. Isto é, vis-à-vis os trabalhadores mais jovens selecionados, quanto maior a idade do indivíduo, menos os indivíduos se relacionam com a pobreza do mercado de trabalho. Entretanto, a partir de um pico – grupo com indivíduos com idades entre 45-49 anos no modelo 2, os resultados tendem a decrescer até o último grupo de indivíduos, com 70 anos, sendo o menor dos analisados, excetuando-se os dois grupos de trabalhadores mais jovens já citadas.

Desta forma, identifica-se a preponderância dos trabalhadores jovens e mais velhos na situação de vulnerabilidade do trabalho no Brasil. Andress e Lohmann (2008) comentam, em um resumo do seu trabalho seminal, que o perfil etário mais afetado pela pobreza no mercado de trabalho varia de acordo com uma série de fatores além dos econômicos em cada país. Os autores ressaltam que a ausência de regulação de contratos, costumeiramente, afeta jovens e

idosos trabalhadores. Neste sentido, entende-se que a grande parcela informal brasileira esteja influenciando estes resultados. Em 2015 o comportamento a estrutura dos resultados expostos para 2005 permanece. Entretanto, observa-se uma magnitude menor dos coeficientes.

Com relação à posição na família e família convivente, as primeiras variáveis do núcleo de variáveis familiares, a comparação entre os anos não é possível devido à ausência de diferença estatística entre as categorias analisada e a categoria base em 2015.

Em 2005, ressalta-se que cônjuge e filho, em comparação à pessoa de referência de família, apresentam uma maior tendência à pobreza no mercado de trabalho. O resultado é esperado dado a maior preponderância de mulheres cônjuges e a preponderância feminina na vulnerabilidade de trabalho, como demonstrado anteriormente. Adicionalmente, como Marri e Wajnman (2006) comentam para 2004, quando as mulheres são as principais provedoras de um casal, estas tendem a se concentrar em famílias na cauda inferior dos rendimentos, possivelmente mais relacionados à precariedade (Hirata, 2007). Assim, mesmo os cônjuges homens, apresentam indícios de estarem em situação de trabalho precário. Por sua vez, os filhos são indivíduos— dado o recorte analisado de indivíduos de 18 a 70 anos e de indivíduos que não estudam – no começo da idade ativa, com pouca experiência e com menos escolaridade formal, características mais atreladas ao trabalho precário.

As famílias conviventes, em comparação às famílias com apenas um núcleo no mesmo domicílio, estão mais relacionadas à pobreza no mercado de trabalho, entretanto, apresentam a menor magnitude dentre os coeficientes estimados. Acredita-se que, por mais que a associação destas famílias seja por questões de necessidades financeiras, as famílias que apresentassem mais pobreza no mercado de trabalho não conseguiriam assimilar outro integrante. Assim, acredita-se que, em relação à pobreza no mercado de trabalho, as famílias conviventes consistam em famílias com um mínimo de condições para agregar algum dependente, como comentado por Wajnman (2012).

Quanto aos tipos de família, destaca-se que a categoria base de casais sem filhos exibe menor relacionamento com a pobreza no mercado de trabalho, refletindo os resultados descritivos. Dado que apresentam maior disponibilidade de pessoas em idade ativa e ausência de indivíduos que necessitem de cuidados integral ou parcial, este tipo de família apresenta uma composição menos propensa à pobreza no mercado de trabalho. Assim, considera-se que, a relação de dependência seja fundamental para o entendimento da pobreza dentre os

trabalhadores brasileiros. Ressalta-se, também, que este foi a única variável familiar significativa entre os dois anos.

Com relação a análise regional no modelo, verifica-se que todas as regiões são estatisticamente significativas para a explicação da pobreza no mercado de trabalho. Entretanto, dado as diferenças entre regiões quanto à estrutura econômica e predominância de dimensões distintas do índice, como mencionado nos resultados descritivos, os resultados apresentam sentidos contrários. Apenas a região Nordeste apresenta maior preponderância à pobreza no mercado de trabalho que a categoria base, região Norte. Todas as outras regiões exibem resultados que indicam menor participação na pobreza no mercado de trabalho, apresentando um sinal negativo nos coeficientes.

Os outros dois componentes do grupo de características regionais, residência em zona metropolitana e migrante a menos de 10 anos de um município, também apresentam resultados significativos para a explicação da pobreza no mercado de trabalho, apesar de apresentarem sinais diferentes. Ressalta-se a economia de aglomeração, que delimita uma confluência de fatores – centro de tomadas de decisões, maior quantidade de serviços essenciais, maior quantidade de emprego industrial, resultando em maiores oportunidades encontradas no mercado de trabalho em regiões metropolitanas. Dentre os migrantes, supõe-se que os indivíduos que migram são mais propensos à pobreza no mercado de trabalho, pois saíram de uma localização em busca de melhores condições de trabalho e que, dado o intervalo tempo da variável, não se estabilizaram no novo município, tendo uma maior precariedade em seu trabalho.

4.4 Probabilidades preditas para as variáveis explicativas quanto às dimensões de pobreza no mercado de trabalho

A partir do modelo estimado referente às das tabelas 12 e 13 e dos resultados descritivos da seção anterior, situa-se a interpretação das probabilidades preditas. Os valores para cada categoria de variável explicativa dos gráficos somam 1 em cada ano (ou algo próximo a isso dado arredondamento) por hipótese. Ressalta-se que as variáveis familiares de posição na ocupação e família convivente não tiveram gráficos explicativos elaborados, pois não apresentam resultados significativos em 2015. Vale destacar que a maioria das probabilidades preditas têm semelhanças com os resultados descritivos. De forma a evitar a repetição deste

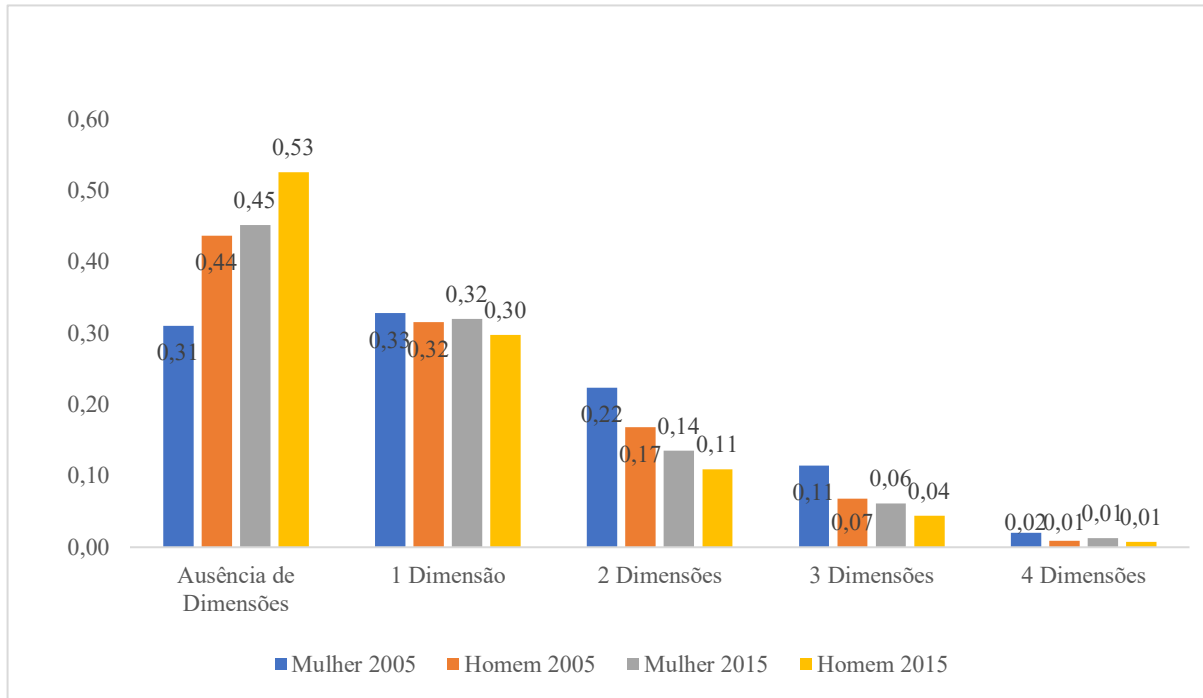
processo, foca-se na análise das diferenças entre os resultados descritivos e das probabilidades preditas. As probabilidades preditas para residência em região metropolitana e migrante estão no anexo.

O gráfico 4 apresenta os resultados das probabilidades preditas para sexo por patamar do índice de sobreposição de dimensões nos anos analisados. Os resultados são coerentes com os encontrados nos resultados descritivos na tabela 5. Assim, apresenta uma redução da diferença por sexo em todos os patamares analisados de mercado de trabalho, com exceção do primeiro patamar – que apresenta uma redução maior para os homens. Entretanto, ressalta-se que a diferença das probabilidades no patamar de ausência de dimensões de trabalho pobre permanece alta. Enquanto na tabela descritiva 5 é apresentada uma igual participação dos sexos em 2015, o gráfico sinaliza que a probabilidade predita feminina no patamar de ausência de dimensões é inferior à masculina (0,45 e 0,53), apesar da redução encontrada entre os anos.

Esta permanência da diferença entre probabilidades no patamar de ausência de dimensões e de 1 dimensão pode ser causada pela manutenção do perfil de discriminação de Soares (2000), ou de parte dele. Argumenta-se que, as três formas de discriminação que afetam as mulheres, salarial para brancas e formação, inserção e salarial para negras dificultam a equalização do patamar de ausência de dimensões, pois ficam mais sujeitas a alguma dimensão de precariedade. Assim, mesmo com as melhoras dos rendimentos e políticas que efetuam mudanças estruturais no mercado de trabalho feminino – política de valorização real do salário mínimo e a PEC das domésticas, por exemplo, alguma outra dimensão possa ser afetada.

Para os outros patamares de acúmulo de desvantagens, o padrão encontrado na tabela 5 permanece. Assim, as probabilidades preditas associadas ao acúmulo de dimensões são maiores para as mulheres.

Gráfico 4 - Probabilidades Preditas para Sexo por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões - 2005 e 2015

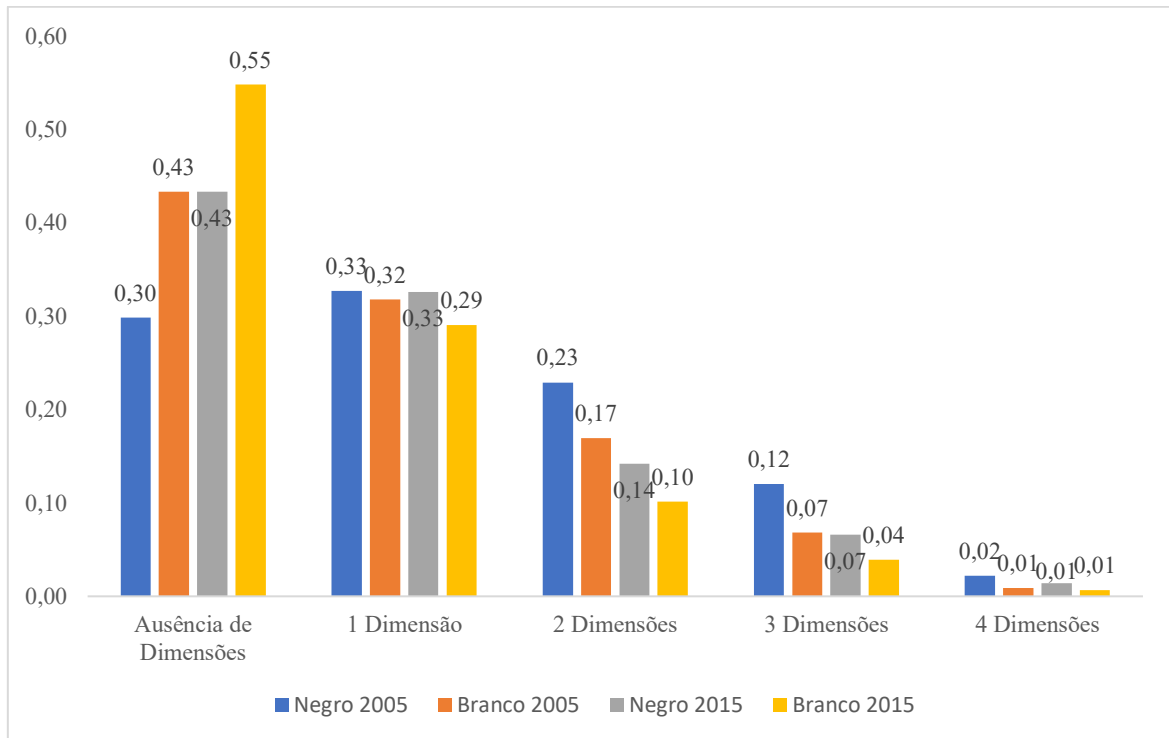


Fonte: elaboração própria (2019).

O gráfico 5 apresenta as variações o comportamento das probabilidades previstas e a dispersão dos estratos do índice para cor/raça. Percebe-se que o comportamento dos dois primeiros patamares de dimensões é semelhante ao encontrado para sexo. Entretanto, a diferença entre probabilidades marginais entre negros e brancos nestes patamares são mais acentuadas. Acredita-se que esta semelhança e a acentuação do padrão reafirmem o que foi encontrado nos resultados descritivos quanto à manutenção da estrutura sexual e racial da pobreza no mercado de trabalho, refletida por processos históricos dos dois grupos. Como discutido na tabela 7 nos resultados descritivos a partir de Soares (2000) e no gráfico 4 acima, a forma de discriminação dos negros e mulheres são distintas. Assim, entende-se que o caráter de sobreposição de desvantagens é exposto também a partir das características individuais, afetando as mulheres negras sobremaneira.

Apesar deste padrão, o gráfico 5 sinaliza que, quando controlado pelas outras variáveis explicativas, existe uma tendência de queda na desigualdade nos patamares com pelo menos duas dimensões de pobreza no mercado de trabalho – algo não observado nos resultados descritivos.

Gráfico 5 - Probabilidades Preditas para Cor/Raça por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões - 2005 e 2015



Fonte: elaboração própria (2019).

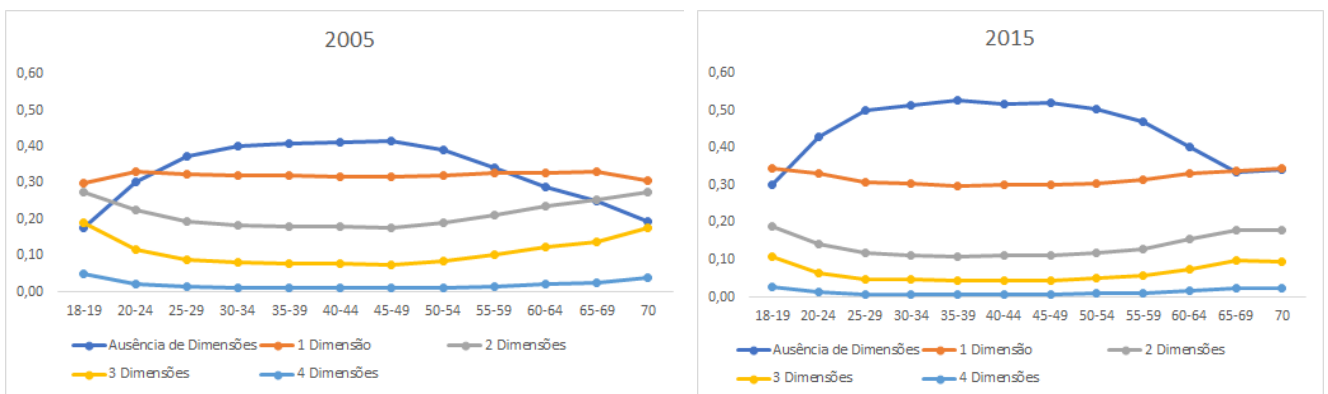
As probabilidades previstas para os grupos de idade se alteram entre 2005 e 2015. A probabilidade dos indivíduos que não apresentam dimensões de pobreza aumenta por volta de 0,1 entre os grupos de idade 25-29 e 50-54. Ressalta-se que o formato de U invertido para esta dimensão permanece quando comparada ao gráfico 1. Dentre os resultados previstos, ressalta-se a maior inclinação nos grupos mais jovens e a inclinação mais suave nos grupos de idade mais elevada, em 2005 e 2015, para o patamar de ausência de dimensões. As outras dimensões apresentam um comportamento de U, exemplificando a maior probabilidade dos grupos de idade mais jovens e mais velhos para qualquer dimensão de pobreza no trabalho. Da mesma forma que ocorre para ausência de dimensões, um processo simétrico acontece aos grupos de idade mais jovens e mais idosos com a inclinação. Acredita-se que a menor frequência do último grupo de idade altere o padrão de crescimento da curva no último grupo de idade.

Estas inclinações mais elevadas nos grupos mais jovens podem ser explicadas pelos indivíduos que não estudam e trabalham, mesmo em uma idade que poderiam estar estudando. Assim acredita-se que a manutenção destas inclinações se deva a um ingresso precoce no mercado de trabalho precário por necessidade de complementação de renda, estando,

possivelmente, em famílias mais pobres. Desta forma, estes jovens no início das carreiras não possuem experiência nem anos de estudo suficiente e são empregados em postos de trabalho com maior preponderância de salários mínimos e informalidade.

Por sua vez, o aumento da probabilidade predita nos grupos mais idosos se deve à permanência no trabalho por mais tempo – sem se aposentar – por indivíduos que não tenham contribuído para alguma previdência social ou receba cortes significativos caso se aposente. Adicionalmente, conjectura-se sobre a obsolescência das habilidades dos trabalhadores dos grupos de idade mais elevados que podem acabar vindo a ocupar atividades mais precárias.

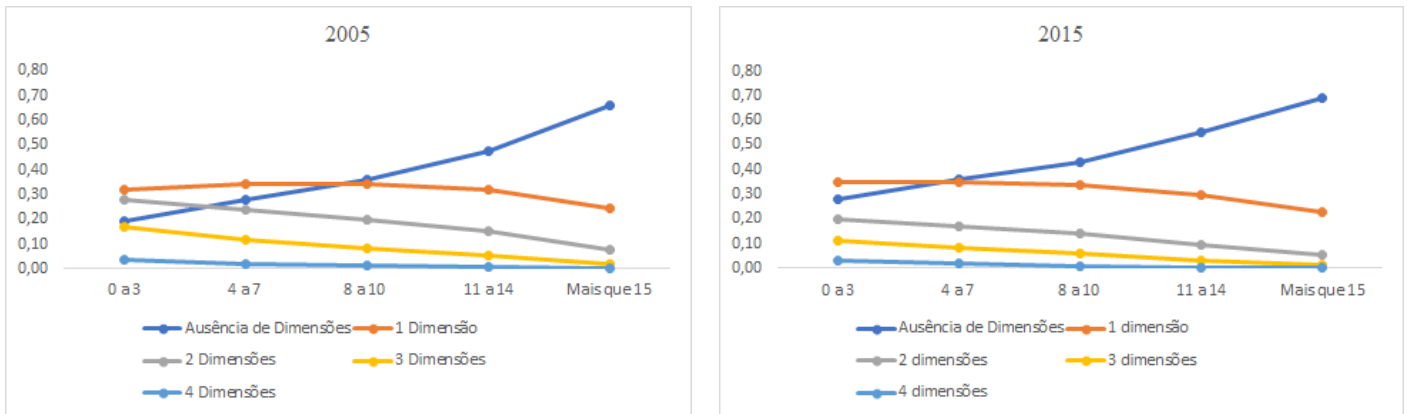
Gráfico 6– Probabilidades Preditas para Grupos de Idade por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões – 2005 e 2015



Fonte: elaboração própria (2019).

Para os grupos de anos de estudo, os gráficos para as probabilidades preditas de 2005 e 2015 são muito parecidos entre si e com o gráfico 2 dos resultados descritos. Acredita-se que esta similaridade entre os anos reflita a demora que os investimentos de políticas educacionais têm para se materializar e modificar os resultados dos padrões encontrados. Entretanto, ressalta-se, especialmente, a menor diferença entre as inclinações observada entre os anos de mais de 15 anos de estudo para todos os patamares. Acredita-se que isto seja um efeito referente à diminuição do prêmio de rendimento da escolarização formal da universidade.

Gráfico 7 - Probabilidades Preditas para Grupos de anos de estudo por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões



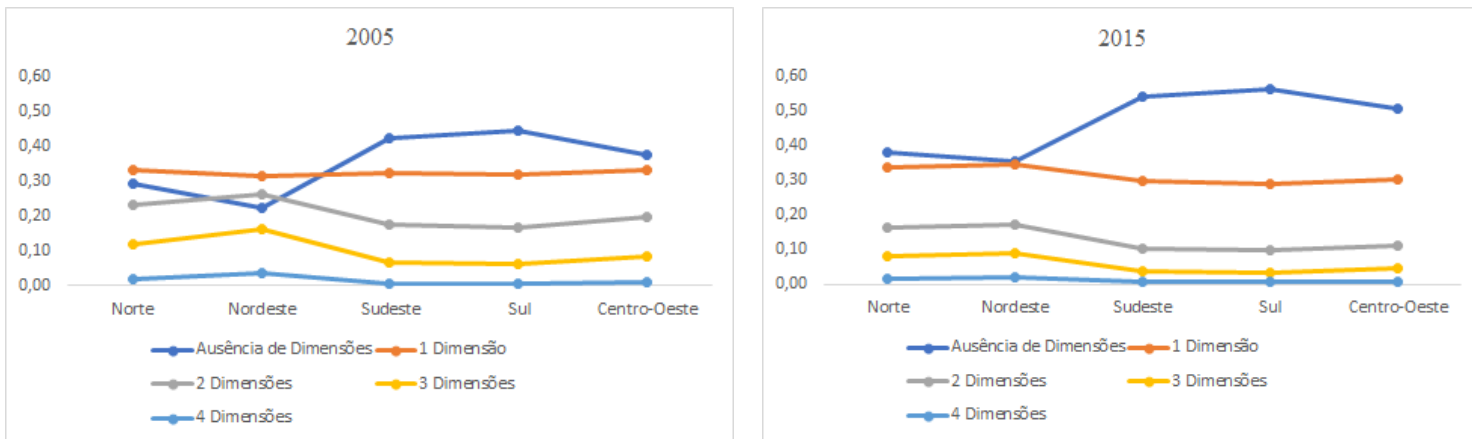
Fonte: elaboração própria (2019).

A análise das probabilidades preditas das dimensões para as macrorregiões do Brasil no gráfico 8 revela poucas mudanças em comparação à tabela 10 e ao gráfico 3. Desta forma, ressalta-se a maior proeminência do Nordeste nos patamares com pelo menos duas dimensões de *pobreza no trabalho* e menor probabilidade no patamar de ausência de dimensões, em 2005 e 2015. Adicionalmente, observa-se a grande diferença entre as probabilidades preditas do Sul e Sudeste, em comparação ao Sudeste. Reitera-se o argumento de que, mesmo com a valorização do salário mínimo real que mais impacta o Nordeste e a manutenção da informalidade na região (MACIEL, 2015; BACELAR, 2014)

Entretanto, ressalta-se uma pequena alteração entre as tabelas: a diferenciação das probabilidades preditas por regiões dos indivíduos com 1 dimensão em 2015, que não é observado nos resultados descritivos da tabela 12. Desta forma, entre 2005 e 2015, existe uma diferenciação maior para as regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste em comparação ao Nordeste, que mantém uma probabilidade quase inalterada entre os anos.

Neste sentido, por mais que não caiba uma discussão da dinâmica da *pobreza no mercado de trabalho*, aventa-se a hipótese de que este resultado é decorrente da maior concentração de indivíduos com o maior número de dimensões de pobreza no mercado de trabalho do Nordeste, quando controlado para as outras características. Assim, a redução em todas as regiões dos patamares com maior quantidade de dimensões teria um impacto, no Nordeste, de manutenção da probabilidade predita num valor próximo a 0,3.

Gráfico 8 - Probabilidades Preditas para Regiões por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões

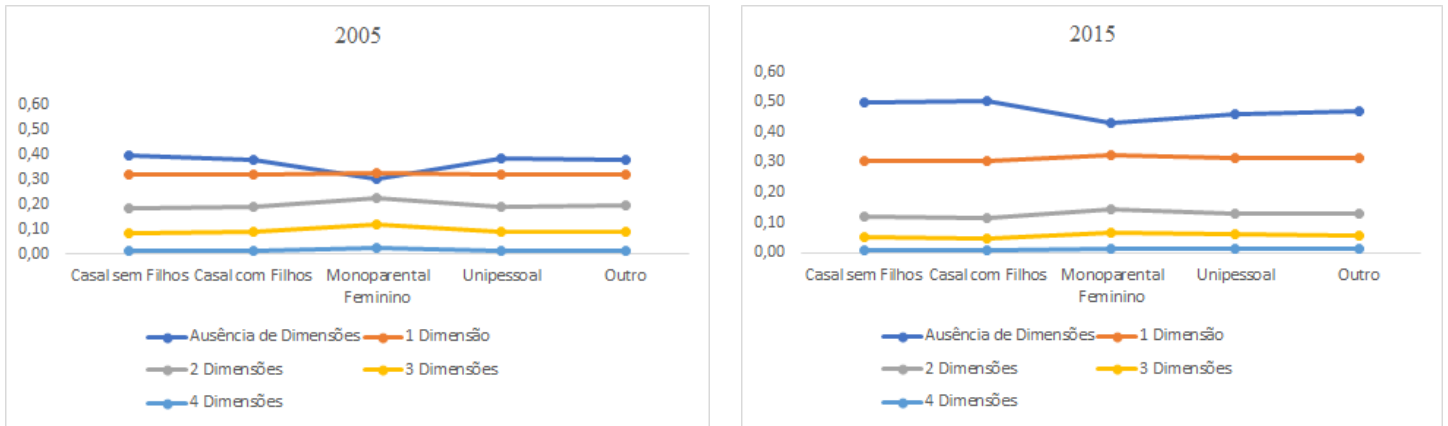


Fonte: elaboração própria (2019).

O gráfico 9 reflete os resultados descritivos na tabela 11 descritiva. Nota-se a preponderância das famílias monoparentais femininas, que apresentam a menor probabilidade predita nos dois anos para ausência de dimensões de pobreza no mercado de trabalho e a maior para todos os patamares com pelo menos uma dimensão. Reitera-se a análise elaborada a partir da maior necessidade de as chefes de família exercerem o cuidado neste tipo familiar, dado a ausência de cônjuge.

Ressalta-se a proximidade dentre as probabilidades preditas dos casais com e sem filhos. Apesar de se esperar uma maior distinção entre ambos tipos de estruturas familiares, dado uma maior quantidade de dependentes para os casais com filhos. Acredita-se que estes resultados sejam decorrentes da análise do âmbito individual, na medida em que a dependência familiar seja percebida a partir de uma análise do nível familiar. Considera-se, entretanto, que esta mudança não seja contraditória com o comentário acerca das famílias com responsáveis mulheres e filhos, pois se situam em aspectos diferentes, dado os casais com filhos apresentam outro cônjuge.

Gráfico 9 – Probabilidades Preditas para Tipos de Família por Patamar do Índice de Sobreposição de Dimensões



Fonte: elaboração própria (2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de analisar a estrutura da pobreza no mercado de trabalho do Brasil em 2005 e 2015, a partir de uma análise individual da inserção no trabalho precário ou não e de um entendimento individual a partir da família e posição da família. Para este fim, foram utilizados microdados da PNAD dos anos analisados. A partir destes, elaborou-se um índice de pobreza multidimensional com sobreposição de dimensões, acumulando a quantidade de dimensões de pobreza no mercado de trabalho que o indivíduo possui. Desta forma, deixa-se explícito o número de dimensões em cada patamar. Adicionalmente, foram estimados modelos probit ordenados com correção de seleção amostral. Neste último capítulo, os principais resultados são recapitulados de forma a se adicionar algumas características gerais da estrutura no mercado de trabalho.

Baseando-se na discussão de trabalho precário e qualidade de trabalho da OIT, o índice de sobreposição de dimensões é elaborado a partir de um somatório de dimensões de trabalho pobre. Desta forma, foram selecionadas dimensões referentes à pobreza monetária, ausência de seguridade social, instabilidade no mercado de trabalho e jornada de trabalho reduzida involuntária. Assim, caso o indivíduo possua apenas uma dimensão de trabalho pobre é classificado em 1 dimensão. Caso o indivíduo apresente todas as dimensões, estará no patamar de 4 dimensões, sendo o nível mais elevado e assim por diante. O índice proposto varia entre 5 patamares, iniciando com o patamar de ausência de dimensões e o último patamar com a presença de todos os índices.

Obtêm-se dois tipos de resultados a partir do índice de sobreposição de dimensões de trabalho pobre. Descreve-se a pobreza no mercado de trabalho individual a partir das variáveis obtidas pela PNAD de 2005 e 2015 de forma a fornecer indícios da análise econométrica. De forma geral, encontra-se que os resultados descritivos apresentam uma melhora entre os anos, mas o contingente de pessoas pobres entre os anos ainda é grande, perfazendo cerca de 51% da população com pelo menos uma dimensão de pobreza no mercado de trabalho em 2015. Ademais, esta análise descritiva utiliza variáveis descritivas adscritas a fim de, possivelmente, identificar os grupos socioeconômicos mais propensos à pobreza no mercado de trabalho. Os resultados evidenciam que os grupos costumeiramente vulneráveis são representados na análise multidimensional da pobreza no mercado de trabalho. Assim, encontra-se uma maior preponderância dos indivíduos pobres no mercado de trabalho os seguintes grupos: mulheres, negros, trabalhadores mais jovens (18-19 anos e 20-24 anos) e mais idosos (65-69 anos e 70

anos), indivíduos com escolaridade mais baixa (grupo de anos de estudo de 0-3 anos de estudo), nordestinos e famílias monoparentais femininas. Foram elaboradas duas medidas compostas por outros indicadores. A primeira analisa os indivíduos quanto ao sexo e à raça e cor. Os resultados reproduzem o comportamento de Soares (2000) sobre o perfil de discriminação brasileiro. As mulheres negras apresentam uma “sobreposição”, também, de discriminação no mercado de trabalho, por ser mulher e por ser negra. A segunda analisa quanto à sobrequalificação no trabalho. Tanto os indivíduos sobrequalificados, quanto os que apresentam ocupação ajustada à educação formal, apresentam uma semelhança na estrutura da pobreza no mercado de trabalho. Acredita-se que uma análise mais detalhada dos patamares de agregação, poderiam fornecer mais evidências.

A partir desta descrição, buscou a estimação de um modelo que pudesse responder à pergunta inicial proposta – qual a estrutura da pobreza no mercado de trabalho do Brasil? Entretanto, como é analisado somente o mercado de trabalho, foi utilizada uma correção de seleção amostral para não incorrer em inconsistência nos resultados. Assim, elaborou-se uma etapa de seleção juntamente com o modelo probit ordenado.

Os resultados encontrados elucidam questões sobre a preponderância das características dos grupos de pobres no mercado de trabalho. Ressalta-se os principais resultados encontrados: as mulheres participam menos do mercado de trabalho e são mais pobres que os homens neste âmbito, os negros têm a mesma participação que os brancos e são mais vulneráveis no mercado de trabalho, os grupos de idade apresentam preponderância dos trabalhadores mais jovens e mais idosos, cônjuges e filhos não são significativos em 2015 – o que indica uma necessidade da análise familiar, entre os anos a estrutura familiar das mães solteiras permanece mais vulnerável e o Nordeste apresenta uma maior preponderância a ter alguma característica de mercado de trabalho – mesmo em 2015. Assim, de forma mais geral, encontra-se um padrão de manutenção das vulnerabilidades no mercado de trabalho, apesar dos esforços postos de políticas públicas no período.

Acredita-se que, a partir da análise individual efetuada, uma agenda de pesquisa seja aberta para a pobreza no mercado de trabalho. Assume-se que foi elaborado apenas um passo inicial da análise, dado as restrições da natureza de uma dissertação, mas reconhece-se o avanço dado. Assim, ressalta-se que o nível familiar não foi analisado como um ente em si, mas como uma variável explicativa do modelo individual. Entretanto, ressalta-se que o objetivo desta metodologia individual é o melhor entendimento das variações de sexo na pobreza no mercado de trabalho – posto por Ponhtieux (2018) como um dos problemas de a análise do nível de

pobreza familiar, que dissimularia a condição precária feminina, o que se acredita ter sido cumprido.

Isto posto, faz-se mister o agrupamento destes indivíduos classificados individualmente por meio de uma estrutura familiar. Sugere-se o agrupamento a partir do número de dimensões agregadas calculadas pelo índice, em uma tentativa de entender a associação destes indivíduos entre si e com os desempregados. Com este procedimento, acredita-se que o duplo nível da análise – como especificado por Gautié e Ponthieux (2016) e Lohmann (2018) – seja posto de forma a um diálogo mais próximo com as especificações da análise internacional e não ocorra a subestimação das características individuais. Considera-se que os resultados expostos nesta dissertação possam ter uma diferenciação para estimações entre os sexos. Acredita-se que, desta forma, algumas variáveis possam ter resultados dissociados.

Ressalta-se que, a partir desta dissertação, espera-se ter contribuído com a literatura de forma a fazer o link do nível individual de qualidade do trabalho com o nível familiar, mesmo que inicial. Neste sentido, a realidade e a literatura do Brasil apresentam contribuições para o entendimento do processo da precarização dos postos de trabalho.

Tendo em vista estas considerações, é proposta uma agenda de pesquisa ampla a partir deste desenvolvimento individual. Além da análise familiar comentada acima, propõe-se uma análise dos patamares e as relações entre si, dado que a investigação desta dissertação foi concentrada na estrutura da pobreza no mercado de trabalho como um todo. Assim, acredita-se que as relações entre os patamares de acúmulo de vulnerabilidades poderiam ser mais elucidadas.

Reconhece-se ainda a necessidade de uma análise dinâmica para a análise da pobreza no trabalho a partir deste índice de sobreposição de dimensões criado. Desta forma, a transição entre patamares de indivíduos pode ser analisada, facilitando a análise.

Considerando estes pormenores e as ressalvas realizadas nesta subseção, observa-se que objetivo último desta dissertação é inserir o debate da pobreza no mercado de trabalho na confecção de políticas públicas do Brasil. Por mais que o período tenha políticas neste sentido importantes – como comentado ao longo do texto dos esforços de diminuir a informalidade e a valorização do salário mínimo – ao final do período analisado, em 2015, os principais grupos vulneráveis permanecem os mesmos. Estes indivíduos acumulam dimensões de pobreza e, possivelmente, características adscritas que se sobrepõem (pensando na mulher negra e todas as possibilidades que se incorrem).

Desta forma, extrapolando um pouco os limites de uma dissertação, considera-se que uma política transversal que consiga atingir de forma abrangente estes aspectos possa ser a mais efetiva. Neste sentido, insiste-se sobre o comentário de Maurizio (2018) sobre a deficiência dos sistemas de *childcare* na América Latina. Acredita-se, como comentado reiteradamente nesta dissertação, que a divisão sexual do trabalho impacte sobremaneira a pobreza no trabalho do Brasil e que um sistema de creches mais capilarizado e público possa atingir as sobreposições desta.

Adicionalmente propõe-se uma política de transferência de renda que seja condicional à pobreza específica do trabalho e um programa de treinamento para os trabalhadores. Desta forma, acredita-se que o ciclo vicioso da precariedade comentado por Standing (2011) possa ser evitado. Neste sentido, as necessidades e possibilidades de cada país delimitam a forma como estas políticas públicas possam ser aplicadas. Acredita-se que estas políticas sejam necessárias para evitar uma “armadilha de pobreza” que, aparentemente, está construída.

Referências Bibliográficas

- AIRIO, Ilpo. Change of Norm? In-Work Poverty in a comparative perspective. **Studies in Social Security and Health**: Kela. Research Department, v. 92, 2008.
- ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, v. 95, n. 7–8, p. 476–487, 2011.
- ALLÈGRE, Guillaume. From Wage Inequalities to Living Standard Inequalities at Household Level in: Fraser, Neil; Gutierrez, Rodolfo; Pena-Casas, Ramón. **Working Poverty in Europe: A Comparative Approach**. New York: Palgrave Macmillan. P.232-249 2011.
- ANDRESS, Hans-Jurgen; LOHMANN, Henning. Introduction: the working poor in Europe in: _____; _____ **The Working Poor in Europe: Employment, Poverty and Globalization**. p.47 – 76. 2008b.
- ANDRESS, Hans-Jurgen.; LOHMANN, Henning. **The working poor in Europe**. Cheltenham: Edward Elgar. 2008.
- ATKINSON, Anthony; CANTILLON, Bea; MARLIER, Eric; NOLAN, Brian. **Social Indicators: The EU And Social Inclusion**. Oxford University Press:Nova Iorque. 2002
- _____. Multidimensional Deprivation: Contrasting Social Welfare and Counting Approaches. **The Journal of Economic Inequality**, v. 1, n. 1, p. 51–65, 2003.
- AUTOR, DAVID. Why Are There Still So Many Jobs? The History and Future of Workplace Automation. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 3, p. 3–30, 2015.
- AUTOR, David H; LEVY, Frank; MURNANE, Richard J. The skill content of recent technological change: An empirical exploration. **The Quarterly journal of economics**, MIT Press, v. 118, n. 4, p. 1279–1333, 2003.
- BACELAR, Tania. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz et al. (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social,. p. [540]-560. 2014
- BECKER, Gary. **The Treatise on the Family**: Enlarged Edition. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts. 1993
- BILAC, Elisabete Trabalho e família: Articulações possíveis. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 129–145, 2014.
- BLAU, Francine; KAHN, Lawrence. Wage Structure and Gender Earnings Differentials: an International Comparison. **Economica**, v. 63, n. 250, 1996.
- Blinder, Alan. Wage discrimination: reduced form and structural estimates. **Journal of Human resources**. Vol.8. n4. 436-455. 1973
- BOURGUIGNON, François.; FERREIRA, Francisco; MENÉNDEZ, M. Inequality of opportunity in Brazil. **Review of Income and Wealth**, v. 53, n. 4, p. 585–618, 2007.
- BRANDOLINI, Andrea; D’ALESSIO, Giovanni: **Measuring well-being in the functioning space**. Bank of Italy: Rome. *Mimeo*. 1998.

BRESSAN, Gustavo; HERMETO, Ana Maria. Polarização do mercado de trabalho sob viés tecnológico e impactos sobre diferenciais salariais por gênero. Encontro Nacional De Economia, **Anais do Encontro Nacional De Economia**, v. 37, 2009.

BRUMMUND, Peter.; MANN, Christopher; RODRIGUEZ-CASTELAN, Carlos. Job Quality and Poverty in Latin America. **Policy Research Working Paper**, *World Bank*, v. 7927, 2016.

BRUNORI, Paolo; FERREIRA, Francisco; PERAGINE, Vito. Inequality of Opportunity, Income Inequality and Economic Mobility: Some International Comparisons. *ScietWorking Paper Series Inequality*, 2013. **ECINE WP 2013 - 284**, 2013

BUIS, Maarten. Stata tip 97: Getting at rho's and sigma's. **Stata Journal**, v. 11, n. 2, p. 315–317, 2011.

BURCHELL, Brendan *et al.* The quality of employment and decent work: Definitions, Methodologies, and ongoing debates. **Cambridge Journal of Economics**, v. 38, n. 2, p. 459–477, 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 103–121, 2016.

CAMPANTE, Filipe; CRESPO, Anna; LEITE, Phillippe. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 2, p. 185–210, 2004.

CAETANO André; MAAS, Lucas Entre A Família E O Trabalho: Uma Análise Da Qualidade Da Inserção Ocupacional No Brasil Urbano Sob Uma Perspectiva De Gênero, 1996-2006. **Textos para Discussão CEDEPLAR**. n.374, p1-24, 2009.

Callan, Tim *et al.* **Monitoring Poverty Trends**, ESRI, Dublin, 1999.

CHERLIN, Andrew. Goode's World Revolution and Family Patterns : A Reconsideration at Fifty Years. **Population and Development Review**, v. 38, n. 4, p. 577–607, 2012.

CRETIAZ, Eric. A state-of-the-art review of working poverty in advanced economies : theoretical models , measurement issues and risk groups. **Journal of European Social Policy**, v. 23, n. 4, p. 347–362, 2013.

ELLWOOD, David; JENCKS, Christopher. "The Spread of Single-Parent Families in the United States since 1960," **Working Paper Series**, Harvard University, John F. Kennedy School of Government. 2004.

_____.; CRANE, Jonathan. Family Change Among Black Americans: What Do We Know? **The Journal of Economic Perspectives**, v. 4, n. 4, p. 65–84, 1990.

EUROFUND AND INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, Working conditions in a global perspective, **Publications Office of the European Union**, Luxembourg, and International Labour Organization, Geneva. 2019

FERREIRA, Francisco. Distributions in motion: economic growth, inequality, and poverty dynamics. **ECINE WP 2010 - 183**, p. 33, 2010.

FIELDS, Gary. **Working Hard, working poor: a global journey**. New York: Oxford University Press. 2012

FRASER, Neil.; GUTIERREZ, Rodolfo.; PENA-CASAS, Ramón. **Working Poverty in Europe: A Comparative Approach**. New York: Palgrave Macmillan. P.202-231 2011.

FOSTER, James., GREER, Joel., THORBECKE, Erik.: A class of decomposable poverty measures. **Econometrica** 52, 761–776.1984

_____. The Foster-Greer-Thorbecke (FGT) poverty measures: 25 years later. **Journal of Economic Inequality**, v. 8, n. 4, p. 491–524, 2010.

GAUTIÉ, Jérôme.; PONTHEUX, Sophie. Employment and the Working Poor in: **The Oxford Handbook of the Social Science of Poverty**, p. 486–504, 2016.

GHAI, Dharam. Decent work: Concept and indicators. **International Labour Review**, v. 142, n. 2, p. 113–145, 2003.

GREENE, William; HENSHER, David. **Modeling ordered choices: a primer**. Cambridge: University Press, 2010.

GRODSKY, Eric; PAGER, Devah. The structure of disadvantage: Individual and occupational determinants of the black-white wage gap. **American Sociological Review**, JSTOR, p. 542–567, 2001.

GRUSKY, David, KANBUR, Ravi. **Poverty and inequality**. Stanford University Press: California. 2006

HALLERÖD, Brian; EKBRAND, Hans; BENGTTSSON, Mattias. In-work poverty and labour market trajectories: Poverty risks among the working population in 22 European countries. **Journal of European Social Policy**, v. 25, n. 5, p. 473–488, 2015.

HECKMAN, James. A sample selection bias as a specification error. **Econometrica**.vol.47, n.1,1979

HIRATA, Helena. Globalização, Trabalho e Gênero. **Revista de Políticas Públicas**, v. 48, n. 9, p. 800–809, 2005.

_____. TENDÊNCIAS RECENTES DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO: Brasil, França, Japão. **Cadernos CRH**, v. 24, p. 15--22, 2011.

HOREMANS, Jeroen. Atypical employment and in-work poverty. in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p. 146–170. Chetelham: Edward Elgar.2018.

HUNEEUS, Federico; LANDERRETICHE, Oscar; PUENTES, Esteban. Multidimensional Measure of Job Quality Persistence and Heterogeneity in a Developing Country. **Serie Documentos de Trabajo**, 357. 2012

HUNEEUS, Federico; LANDERRETICHE, Oscar; PUENTES, Eesteban; SELMAN, Javiera. A multidimensional employment quality index for Brazil, 2002-11. **International Labour Review**, 154(2), 195–22. 2015

IBGE. PNAD: Um Registro Histórico da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios. **Documentos para Disseminação: Memória institucional**. N.20. 2005

KALLEBERG, Arne. RESKIN, B. F.; HUDSON, K. E. N. Bad Jobs in America : Standard and Nonstandard Employment Relations and Job Quality in the United States. **American Sociological Review**, v. 65, n. 2, p. 256–278, 2000.

KALLEBERG, Arne. Employment Relations in Transition. **American Sociological Review**, v. 74, n. 1, 2009.

_____. O Crescimento Do Trabalho Precário: Um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 69, p. p.21-30, 2009b.

KANBUR, Ravi., MUKHERJEE, Diganta.: Premature mortality and poverty measurement. **Bulletin of Economic Research**. 59(4), 339–359.2007.

KENWORTHY, Lane.; MARX, Ive. In-Work Poverty in the United States In-Work Poverty in the United States. **IZA Discussion Paper**, n. 10638, 2017.

KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro In: Encontro Nacional de Economia, 32, 2004, João Pessoa. **Anais do Encontro Nacional de Economia**. 32. ANPEC. 2004

LEITE, Marcia Paula. El trabajo en el Brasil de los años 2000: dos caras de un mismo proceso. **Revista de Trabajo**, ano 7, n. 9, p. 115-129, jan./jul. 2011.

LESTHAEGHE, Ron. The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. **PSC Research Report** No. 10-696. 1 2010.

LEUVEN, Edwin; OOSTERBEEK, Hessel. Overeducation and Mismatch in the Labor Market Overeducation and Mismatch in the Labor Market. **IZA Discussion Paper Series**, v. 5523, p. 283–326, 2011.

LIMA, Márcia; RIOS, Flávia; FRANÇA, Danilo. Articulando Gênero e Raça: a Participação das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho (1995-2009). In: **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Marcondes, Mariana Mazzini *et al.* IPEA: Brasília. 160p. 2013.

LOHMANN, Henning. The Working Poor in European Welfare States: Empirical Evidence From a Multilevel Perspective. in: Andress, H.; _____ **The Working Poor in Europe: Employment, Poverty and Globalization**. p.47 – 76. 2008.

_____. The Concept And Measurement Of In-Work Poverty. in: _____; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p.7-25. Chetelham: Edward Elgar 2018.

_____.; CRETAAZ, Eric. Explaining cross-country differences in in-work poverty. in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p. 50–69. Chetelham: Edward Elgar.2018.

_____.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. Chetelham: Edward Elgar. 2018.

LUCA, Giuseppe De; PEROTTI, Valeria. Estimation of ordered response models with sample selection. **The Stata Journal**. n. 2, p. 213–239, 2011.

MACHADO, Ana Flávia; HERMETO, Ana; WAJNMAN, Simone. Sexo frágil? evidências sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **Série Estudos do Trabalho–Coletânea Gelre**, v. 1, n. 3, p. 26–32, 2005.

MACIEL, Francieli. **Dinâmica da (in) formalidade no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000** : diferenciais de rendimentos e padrões de mobilidade. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MARX, Ive; VANHILLE, Josefine; VERBIST, Gerlinde. Combating In-Work Poverty in Continental Europe: An Investigation Using the Belgian Case. **Journal of Social Policy**, v. 41, n. 1, p. 19–41, 2012.

_____.; NOLAN, Brian. In-Work Poverty. In: CANTILLON, Bea; VANDENBROUCKE F. **Reconciling Work and Poverty Reduction: How successful are European Welfare State?** p.131-156. New York: Oxford University Press. 2014.

MARRI, Izabel; WAJNMAN, Simone. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, n. 1, 2006.

MAURIZIO, Roxana. In-work poverty in Latin America. Prevalence, driving forces and trends. in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. Chetelham: Edward Elgar.2018.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 21, n. 2, p. 195–216, 2004.

NIEUWENHUIS, Rense; MALDONADO, Laurie. C. Single-Parent Families and In-Work Poverty. in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p. 171–192, Chetelham: Edward Elgar 2018.

PENA-CASAS, Ramón; GHAILANI, Dalila. Towards Individualizing Gender In-Work Poverty Risks in: Fraser, Neil; Gutierrez, Rodolfo; Pena-Casas, Ramón. **Working Poverty in Europe: A Comparative Approach**. New York: Palgrave Macmillan. P.202-231 2011.

PONTHIEUX, Sophie. In-work poverty in the EU. **Eurostat Methodologies and Working Papers**, 2010.

_____. Gender and In-work Poverty in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p.70-88. Chetelham: Edward Elgar. 2018.

POWERS, Daniel. XIE, Yu. **Statistical Methods for Categorical Data Analysis**. 1 ed. 2007.

Oaxaca, Ronald. "Male-female wage differentials in urban labor markets." **International economic review**.vol.14.n.3. p.693-709. 1973

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Martins Fontes: São Paulo. 708 páginas. 2 ed. 2002.

RODGERS, Gerry. Labour Market Flexibility and Decent Work. **DESA Working Papres**, n. 47, 2007.

_____. Precarious work in Western Europe. The state of the debate, jobs in labour market. *In Precarious jobs in labour market regulation: The growth of atypical employment in Western Europe*. _____; Rodgers, Janine. International Institute for Labour Studies: Free University of Brussels. 302p. 1989.

SALVERDA, Wiemer. Low earnings and their drivers in relation to in-work poverty in: LOHMANN, Henning.; MARX, Ive. **Handbook on In-work Poverty**. p.26-49. Chetelham: Edward Elgar. 2018.

SANTOS, Ana Teresa. **A estrutura da desvantagem e a desvantagem da estrutura: uma análise dos diferenciais de rendimentos no Mercado de trabalho brasileiro no período de 2006 a 2016**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SEN, Amartya. Distinguished Guest Lecture From Income Inequality to Economic Inequality. **Southern Economic Journal**, v. 64, n. 2, p. 383–401, 1997.

SILVA, Pedro Luís; PESSOA, Djalma; LILA, Maurício. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 659–670, 2002.

SOARES, Sergei. O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras. **IPEA Textos para Discussão**, v. 769, p. 6–6, 2000.

STANDING, Guy. **The precariat: the new dangerous class**. 1ed. Bloomsbury Academic: Londres. 2011.

THIEDE, Brian; LICHTER, Daniel; SANDERS, Scott. America's Working Poor: Conceptualization, Measurement, and New Estimates. **Work and Occupations**, v. 42, n. 3, p. 267–312, 2015.

_____.; LICHTER, Daniel; SLACK, Tim. Working, but poor: The good life in rural America? **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 183–193, 2016.

_____.; SANDERS, Scott; LICHTER, Daniel. Demographic Drivers of In-work Poverty in: LOHMANN, Henning. e MARX, Ives. **Handbook on In-work Poverty**. p.109-123. Chetelham: Edward Elgar 2018

TORRACO, Richard. The Persistence of Working Poor Families in a Changing U.S. Job Market: An Integrative Review of the Literature. **Human Resource Development Review**, v. 15, n. 1, p. 55–76, 2016.

TOWNSEND, Peter. **Poverty in the United Kingdom**, Allen Lane: Harmondsworth, 1979.

WAJNMAN, Simone. **Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros**. Tese de Professor Titular – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ANEXOS

Anexo A – Tabelas para resultados descritivos para residentes em zona metropolitana e migrantes a mais de 10 anos

Tabela A - Diferenciação por moradia em zona metropolitana ou não do Índice de Sobreposição de Características - 2005 e 2015 (%)

Dimensões	Metropolitano 2005	Não Metropolitano 2005	Metropolitano 2015	Não Metropolitano 2015
Ausência	46,9	41,5	53,5	47,4
1	34,0	33,5	33,3	33,8
2	12,6	16,5	9,5	12,4
3	5,5	7,3	3,2	5,3
4	1,1	1,3	0,6	1,1

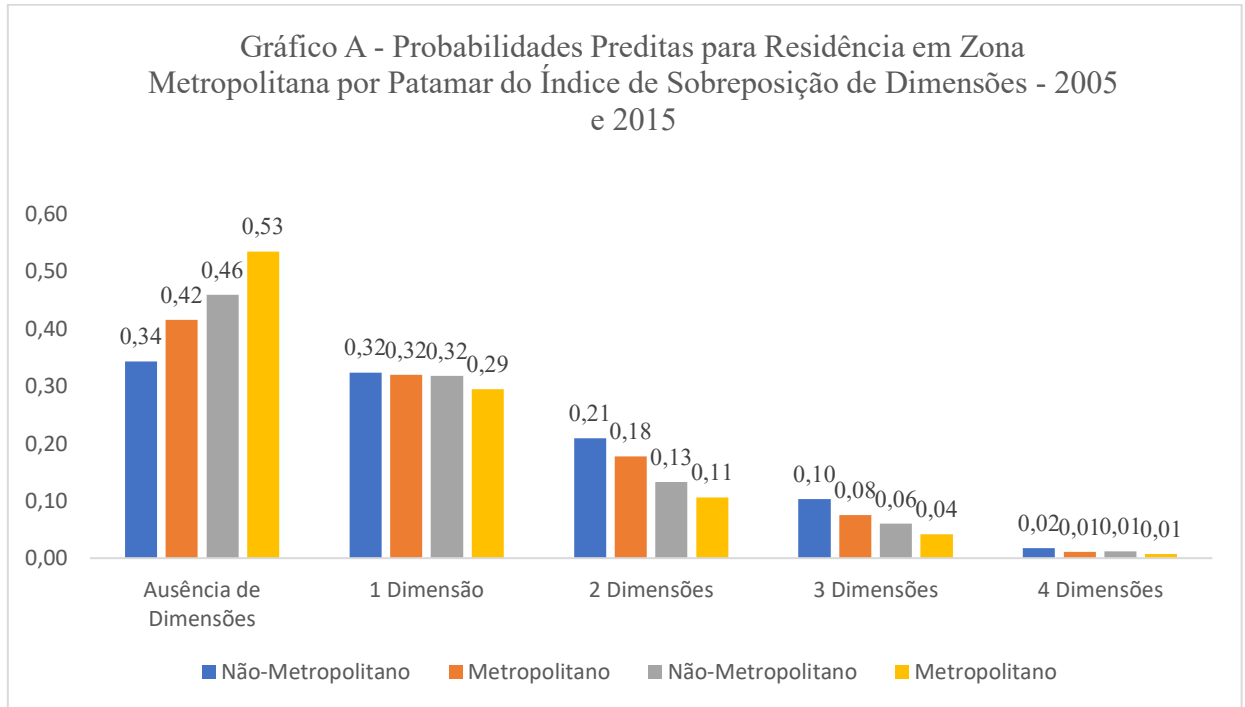
Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Tabela B - Diferenciação por Migração há mais de 10 anos do Índice de Sobreposição de Características - 2005 e 2015 (%)

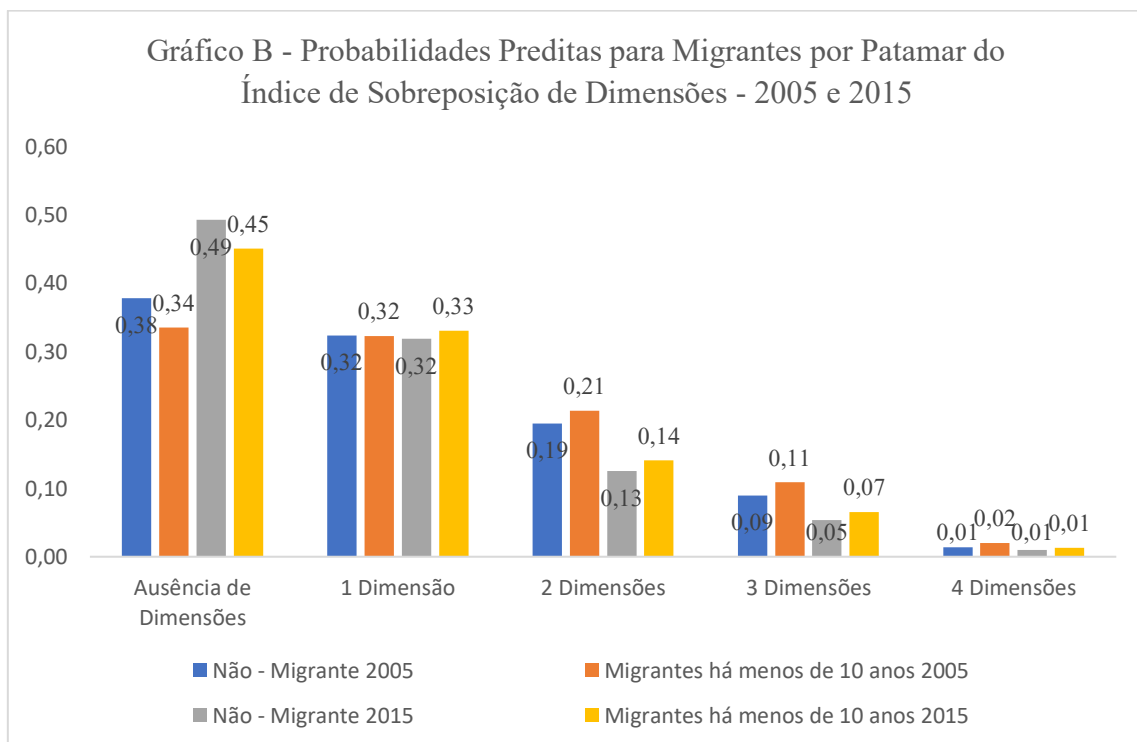
Características	Migrantes 2005	Não Migrantes 2005	Migrantes 2015	Não Migrantes 2015
Ausência	38,07	44,71	45,2	50,2
1	36,04	33,13	33,6	31,39
2	17,12	14,56	13,88	12
3	7,18	6,50	5,96	5,43
4	1,59	1,11	1,36	0,99

Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015

Anexo B – Gráficos para probabilidades previstas para residentes em zona metropolitana e migrantes a mais de 10 anos



Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015



Fonte: elaboração do autor a partir das PNAD 2005 e 2015